

Sigamos o cherne...

«(...) E tudo isto me leva a crer que se o Miguel de Vasconcelos tivesse conhecido a existência das aspas teria chegado a primeiro-ministro, ou a elite financeira, ou coisa assim, em vez de ter sido defenestrado.»



■ José Casanova

Pág. 20

Regressões constitucionais

A história das revisões da Constituição da República Portuguesa faz parte da história moderna dos ataques monopolistas e retrógrados às transformações e conquistas democráticas, sociais e políticas, trazidas pelo movimento popular e militar de Abril.

■ Pedro Ramos de Almeida

Pág. 21

Fim da ligação trabalhismo sindicatos

Tony Blair sonha, de facto, com um «New Labour» de estilo americano, um partido que não depende dos financiamentos que os sindicatos britânicos proporcionam e possa apelar «à sociedade» e ao «big business», livremente, para ter acesso a novos fundos.

■ Manoel de Lencastre

Pág. 24

TRABALHADORES



Aljustrel contra Penedos em defesa da mina

Pág. 11

INTERNACIONAL

Parlamento Europeu aprova relatório sobre os Direitos Humanos.

Págs. 14/15

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Setembro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1190 • Director: Carlos Brito

Carlos Carvalhas na Madeira

É preciso acabar com a política do quero, posso e mando

Págs. 5/6



Julio Anguita em Portugal a convite do PCP

Pág. 32

A «Festa do Avante!» continua a ser pioneira em Portugal

■ Entrevista com Jorge Pires

A Festa nas TV's

Págs. 16, 17, 18 e 19



EDITORIAL

Regionais: 13 de Outubro



Carlos Carvalho na Madeira

RESUMO

11
Quarta-feira

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública reivindica aumentos salariais de sete por cento para o próximo ano ■ Os Estados Unidos ameaçam responder de maneira "desproporcionada" aos disparos do Iraque contra caças norte-americanos na zona de exclusão do Iraque ■ Em visita oficial ao Japão, Yasser Arafat afirma que o processo de paz está praticamente congelado ■ É apresentado em Braga o Plano Integrado do Combate ao Trabalho Infantil ■ Doze milhões de africanos estavam infectados com o vírus da sida, em 1995, revela o comité regional da Organização Mundial de Saúde ■ Protesto dos antigos trabalhadores dos Grandes Armazéns do Grandella, actualmente no desemprego, na inauguração dos armazéns Printemps, no Chiado ■ Polícia Judiciária anuncia desmantelamento de rede internacional de tráfico de droga.

12
Quinta-feira

Em visita à localidade de Bouro-Santa Maria, concelho de Amarelos (Braga), Carlos Carvalho ouve queixas dos autarcas locais sobre o parque escolar ■ Um terço dos 54 países que se farão representar por Chefes de Estado ou do Governo, em Lisboa, na reunião de Dezembro da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, já confirmaram a sua presença ■ Bagdad anuncia que a defesa antiaérea disparou três mísseis contra aviões americanos na zona de exclusão ■ Conselho Regional do Alentejo, reunido em Évora, manifesta preocupação pelos atrasos na construção da barragem do Alqueva ■ Ministro da Solidariedade e Segurança Social anuncia possível eliminação dos subsídios de nascimento, casamento e aleitação.

13
Sexta-feira

Eleições na Bósnia, com mais de três milhões de votantes e perto de três mil candidatos, representando mais de meia centena de partidos ■ Vaga de demissões no ministério da Economia ■ Carlos Carvalho chega à Madeira para fim-de-semana de campanha eleitoral da CDU ■ A NATO estuda modalidade de permanência na Bósnia em 1997 e governo português prepara-se para apoiar decisão ■ Jovens timorenses pedem asilo político na embaixada espanhola em Jacarta ■ Bagdad anuncia que deixará de atacar aviões aliados ■ O juiz espanhol Baltazar Garzón anuncia a abertura de um processo contra os crimes cometidos pelos militares da ditadura argentina ■ Protestos na Argentina contra degradação da situação social ■ Parlamento alemão aprova medidas sociais de plano de austeridade ■ Inicia-se "grande marcha" para a proclamação da "independência" do norte da Itália.

14
Sábado

Acto eleitoral na Bósnia decorre com tranquilidade ■ Abertura da Conferência de Entendimento Nacional argelina, boicotada por parte da oposi-

ção ■ Mais de três mil vagas por preencher no ensino superior público ■ O reitor da Universidade dos Açores defende necessidade de se estudar poluição dos mares açorianos por metais pesados ■ Tráfico e consumo de droga estão geralmente associados a causas sociais, afirma o dirigente comunista Carlos Gonçalves em Angra do Heroísmo ■ O Soviete Supremo da Ossétia do Sul proclama esta região como república, apesar das advertências da Geórgia (de que faz parte) e da Rússia.

15
Domingo

Mais de cinco mil trabalhadores em risco de desemprego com o previsto encerramento da Empresa Nacional de Urânio, das Prites Alentejanas e da Carbonífera do Douro ■ O cineasta Michelangelo Antonioni é aclamado em Montemor-o-Novo, no festival Sete Sóis - Sete Luas ■ A pretensa declaração de independência do Norte de Itália levanta protestos por todo o país ■ Nelson Mandela compromete-se a dar apoio à causa timorense ■ O secretário norte-americano da Defesa volta a ameaçar o Iraque ■ Terminam eleições legislativas no Líbano ■ Terceira conferência internacional de Mulheres Presidentes de Parlamento reúne-se em Estocolmo ■ O Partido Social Democrata (SPD) alemão venceu as eleições municipais na Baixa Saxónia.

16
Segunda-feira

Os Quinze retomam trabalhos de revisão do Tratado de Maastricht ■ No dia da abertura do ano lectivo, um erro "exclui" 200 nomes das listas de colocação no ensino superior no Porto ■ Bascos fazem jejum, em Lisboa, em apoio dos presos da ETA ■ Roménia e Hungria assinam tratado de amizade, com vista a futura adesão à União Europeia ■ Sem o apoio de importantes aliados, Bill Clinton afirma não querer confronto com Saddam Hussein ■ Conselho ministerial da Liga Árabe condena ingerência estrangeira nos assuntos do Iraque ■ Vaivém americano parte ao encontro da estação espacial russa Mir ■ Ministros da Agricultura dos Quinze mantêm embargo a vacas inglesas ■ Nelson Mandela nomeia embaixador em Lisboa.

17
Terça-feira

Justiça italiana abre inquérito contra o líder da Liga Norte, Umberto Bossi, por ter proclamado a "independência" da Padânia ■ Problema do desemprego em debate no Parlamento Europeu ■ Manifestação basca junto da estátua do Marquês de Pombal, em Lisboa, para alertar para más condições de detenção de elementos da ETA ■ Manifestação pacífica de bascos frente ao Palácio da Justiça, em Paris ■ Os três candidatos nacionalistas à presidência da Bósnia, consolidam avanço na contagem de votos ■ Clinton envia para o Golfo mais 3.500 militares americanos ■ As forças armadas turcas mataram, num mês, 254 elementos do Partido dos Trabalhadores do Curdistão ■ Ensino experimental das ciências nas escolas debatido em seminário em Setúbal ■ Instituto Nacional de Estatística revela estagnação da indústria portuguesa no primeiro semestre do ano.

A

deslocação de Carlos Carvalho à Madeira chama a atenção para as eleições regionais de 13 de Outubro.

Nessa data, os eleitores das duas regiões autónomas - Madeira e Açores - vão às urnas para eleger as respectivas Assembleias Legislativas Regionais e determinar, dessa maneira, também a constituição dos futuros Governos Regionais de cada um dos arquipélagos.

São, pois, as eleições de onde resulta a composição política dos órgãos de governo próprio de cada uma das regiões, sendo na base dos seus resultados que os respectivos Ministros da República nomeiam os futuros presidentes dos Governos Regionais.

Cada uma das regiões apresenta as suas especificidades, não só geográficas e naturais, mas também políticas, económicas, sociais e culturais.

Em ambas, porém, se estabeleceu há vinte anos o poder do PSD, exercido de forma absoluta e autoritária, com a propensão de controlar toda a vida política, não hesitando mesmo, num passado não muito longínquo, em recorrer à perversão separatista, e reservando-se o monopólio de gestão socioeconómica dos respectivos territórios.

É este poder absoluto do PSD e os pobres resultados que tem para apresentar, ao cabo de vinte anos, em termos do desenvolvimento socioeconómico e do bem-estar das populações, que está em julgamento no presente processo eleitoral nos Açores e na Madeira.

A Constituição da República fixou os objectivos da autonomia regional nestes termos: «A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.»

É evidente que as governações do PSD nunca se guiaram por esta linha constitucional e sempre a contrariaram, mais ou menos abertamente.

Têm sido o PCP e os seus aliados da CDU que, em condições muito difíceis, enfrentando discriminações e perseguições de diverso tipo, mais têm lutado, ao longo destas duas décadas, para conferir o justo significado à autonomia, aliando o governo próprio ao aprofundamento da democracia, ao desenvolvimento e à elevação do nível de vida das populações. Nas presentes eleições é essa luta que continuam.

Ao chegar à Madeira, na passada sexta-feira, Carlos Carvalho, sintetizou a situação naquela região ao declarar incisivo: «A Madeira, como Região Autónoma, não pode ser governada como se fosse uma "republicazeca das bananas", com um presidente a pautar o seu comportamento pelo quero, posso e mando».

A visita do Secretário-Geral do PCP à Madeira ajudou a pôr em evidência uma campanha da CDU de ampla abertura unitária, de grande dinamismo e de significativa adesão popular.

Esta campanha desenvolve-se em torno de ideias capitais apresentadas por Leonel Nunes, Coordenador Regional do PCP e segundo na lista da CDU pelo Funchal, em conferência de imprensa de apresentação dos cabeças de lista. Nesta declaração da CDU foi, desde logo, conferido um especial acento

às políticas sociais - «exige-se uma profunda mudança na orientação do nosso sistema económico» e «novas estratégias contra a pobreza» - e atribuída grande importância à «participação democrática dos cidadãos» nas «questões fundamentais que a todos dizem respeito», o que torna necessárias «novas práticas políticas» e a «interacção das pessoas com a vida social».

Esta mesma linha de preocupações está presente na impressionante carta que o padre Edgar Silva, primeiro candidato da CDU pelo Funchal, dirigiu aos eleitores e onde salienta: «Eles estão há 20 anos no poder e revelam uma total insensibilidade às graves situações sociais. Não compreendem o problema educativo, a questão ambiental, o diálogo cultural. São insensíveis aos novos problemas da sida, da droga e da toxicodependência. Nunca interpretaram o alcoolismo como uma doença social. Edificaram uma autonomia de alcatrão.»

Por sua vez, o padre Mário Tavares, deputado regional eleito pela CDU e cabeça de lista desta coligação pelo círculo de Câmara de Lobos, sintetiza na sua carta aos eleitores, num apelo, que é ao mesmo tempo um testemunho do sentido da sua própria intervenção: «Dar o voto e dar a cara é o melhor que se pode fazer pela democracia e pelo desenvolvimento do nosso concelho.»

Perante a profundidade das preocupações, que aqui palidamente referimos, e a forma sugestiva como são apresentadas, não admira que a mensagem da CDU tenha uma crescente repercussão popular, de que até os adversários começam a ter receio.

É este poder absoluto do PSD e os pobres resultados que tem para apresentar, ao cabo de vinte anos, em termos do desenvolvimento socioeconómico e do bem-estar das populações, que está em julgamento no presente processo eleitoral nos Açores e na Madeira.

Nos Açores, a CDU também desenvolve uma intensa campanha política onde se salientam a combatividade, o dinamismo e a seriedade das propostas políticas.

As eleições nesta Região Autónoma serão ainda marcadas pelo abandono de Mota Amaral das funções de presidente do Governo Regional e de líder regional do PSD, o que no parecer da CDU «equivaleu a uma espécie de confissão de fracasso das suas políticas» e deixou «a capacidade de domínio do PSD claramente diminuída.»

Tendo como principais figuras, Paulo Valadão, actual deputado da CDU eleito pelas Flores e de novo cabeça de lista por este mesmo círculo, e José Decq Mota, membro do CC e do Conselho Nacional do PCP, Coordenador Regional do Partido, ex-deputado regional e agora cabeça de lista pela Ilha de S. Miguel, a campanha da CDU já está em marcha em praticamente todas as ilhas, com o grande lema: «Uma política melhor para os que estão pior.»

Na sua carta aos eleitores, Decq Mota sintetiza a situação na região, sublinhando: «A natureza dos problemas económico e sociais, muito ligados à inexistência de políticas correctas e adequadas à nossa situação insular, impõe a urgente adopção de novas orientações em vários domínios essenciais.»

A batalha eleitoral que se trava, neste momento, na Madeira e nos Açores, é da máxima importância para as populações das duas regiões autónomas, reveste também a maior importância para a democracia no nosso país e é parte integrante da luta para reforçar o PCP e a CDU no todo nacional.

Nas duas regiões autónomas, só a CDU propõe uma política verdadeiramente alternativa e só com o reforço e a participação da CDU uma política alternativa pode ser realizada.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL

(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;
25 números: 3 487\$50

EUROPA

50 números: 24 750\$00

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

A miséria das grandezas

O fluente inglês do Primeiro-Ministro pode ter impressionada as audiências da CNN, mas não trouxe boas notícias aos portugueses.

Os meios afectos ao PS bem se fartaram de propagandear os «grandes êxitos» de Guterres na sua deslocação a Nova Iorque, tanto na Internacional Socialista, como junto da alta finança norte-americana e, sobretudo, «a sua confirmação de comunicador por excelência» perante as câmaras televisivas.

A verdade é que a versão anglo-saxónica debitada pelo Primeiro-Ministro sobre as orientações para o Orçamento de Estado de 1997 - o cá da terra - tem uma precisa tradução em bom português: «ordem para apertar o cinto».

Com efeito, Guterres, a falar para americano ouvir, revelou-se um verdadeiro «falcão» dos critérios de Maastricht. Defendeu «a entrada em vigor da moeda única na data prevista» e manifestou-se contra o adiamento dessa data considerando que ele «seria prejudicial para os mercados e a opinião pública».

Isto quando em círculos oficiais italianos e em meios políticos de outros países da

União Europeia já se fala em adiamento da moeda única e do abrandamento das exigências da UEM, em consequência dos problemas que estão a criar às economias e dos sacrifícios que representam para os povos.

Até a poderosa Alemanha não está a cumprir os critérios de Maastricht em relação ao défice orçamental (admite-se que atinja os 4 por cento este ano) e duvida-se que cumpra em relação à dívida pública, segundo informa o Bundesbank, que o explica «com o aumento das despesas com a previdência social».

O Primeiro-Ministro português do Governo PS é que não se atrapalhou nada ao fixar as suas metas na televisão americana.

Os critérios de Maastricht impõem uma meta de 3 por cento do PIB para o défice orçamental de 1997. Pois Guterres vai ainda mais longe e quer reduzir o défice para 2,9 por cento. Faz o mesmo com a inflação, que anuncia querer reduzir para 2,5 por cento.

Mas como tenciona atingir estes resultados? À custa dos salários, é ele próprio que o confessa. Explicando, em relação à função

pública, que «se houver aumentos dos salários reais, serão extremamente reduzidos» e insistindo que aumentos acima dos 2,5 por cento, o objectivo mirífico que estabeleceu para a inflação, terão que ser necessariamente «muito pequenos».

Estes irrisórios aumentos salariais anunciados em Nova Iorque é que são a miséria das grandezas e das proezas novaiorquinas do Primeiro-Ministro.

«Os salários que paguem a corrida para a moeda única» é cada vez mais claramente a orientação que se desprende das palavras dos governantes PS.

Os lucros podem crescer à vontade.

Lembram-se quando Guterres se reclamava de «uma política a pensar nas pessoas»? Aí a temos substituída por uma política a pensar nas metas de Maastricht.

Lembram-se quando Guterres acusava Cavaco de se comportar como «o aluno bem comportado da CEE»? E ele, agora, não faz a figura do «aluno engraxador» dos mandantes da moeda única?

■ Carlos Brito

Sobre a violência

Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso. É possível, porque tudo é possível, que ele seja aquele que eu desejo para vós. Um simples mundo, onde tudo tenha apenas a dificuldade que advém de nada haver que não seja simples e natural. Um mundo em que tudo seja permitido, conforme o vosso gosto, o vosso anseio, o vosso prazer, o vosso respeito pelos outros, o respeito dos outros por vós. E é possível que não seja isto, nem sequer isto o que vos interesse para viver. Tudo é possível, ainda quando lutemos, como devemos lutar, por quanto nos pareça a liberdade e a justiça, ou mais que qualquer delas uma fiel dedicação à honra de estar vivo.

Começa assim a belíssima *carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Goya* escrita no final dos anos cinquenta por Jorge de Sena. Poema sobre o sofrimento humano - dos que *amaram o seu semelhante no que ele tinha de único, de insólito, de livre, de dife-*

rente / e foram sacrificados, torturados, espancados. Sobre a crueldade e a violência - mesmo quando esta se confunde com as *infinitas maneiras de prevalecer, / aniquilando mansamente, delicadamente, / por invios caminhos...* Sobre a dignidade humana - *essa alegria que vem / de estar-se vivo e sabendo que nenhuma vez / alguém está menos vivo ou sofre ou morre / para que um de vós resista um pouco mais / à morte que é de todos e virá.* E sobre o futuro - *o mesmo mundo que criemos / nos cumpre tê-lo com cuidado, como coisa / que não é só nossa, que nos é cedida / para a guardarmos respeitosamente / em memória do sangue que nos corre nas veias / da nossa carne que foi outra, do amor que / outros não amaram porque lho roubaram /.*

O poema vem hoje aqui por indignação.

Contra o sofrimento humano e a violência no nosso tempo que diariamente nos atingem. E que a guerra pelas audiências televisivas vem transformando no mais grotesco e intolerável dos espectáculos.

■ Edgar Correia

Duplicidades

Em artigo publicado no «DN» de 12/9, Pacheco Pereira voltou a alinhar algumas lúcidas observações sobre política e comunicação social, desta vez sobre o tema do «marcar a agenda política».

Explicando que este objectivo traduz uma «verdadeira obsessão em ser o «autor», ou melhor, «o protagonista» da notícia do jornal do dia seguinte», Pacheco Pereira observa que «a coisa em si seria inócua, se esta redução da política à sua imagem comunicacional não indicasse uma significativa redução do seu conteúdo, da sua qualidade e da capacidade de «mensagem», a de «falar» com o seu interlocutor - os cidadãos em democracia». E depois de identificar justamente o efeito de «superficialização» induzido pelo novo sistema mediático-político, Pacheco Pereira concluiu esta sua digressão opinando que «a obsessão de «marcar a agenda política» é

profundamente empobrecedora para a acção política, porque consiste numa espécie de grau zero da própria política, que cede por inteiro às regras do espectáculo comunicacional. Preocupadas com o jornal do dia de amanhã, mas pouco com o futuro».

Até aqui tudo bem. Só que Pacheco Pereira se esqueceu de duas coisas muito importantes.

Em primeiro lugar, esqueceu-se de levar a lucidez ao ponto de reconhecer que a «superficialização» e o «grau zero da política» de que fala só têm vantagens para as ideias e os interesses dominantes e para os partidos - PS, PSD e PP - que os protagonizam no plano político.

Em segundo lugar, esqueceu-se de ter escrito este artigo, não em 12 de Setembro, mas para aí em 28 ou 29 de Julho, ou seja na altura em que, na véspera de 1º de férias

e explorando o vácuo estival de notícias, deu aquela conferência de imprensa em que, na qualidade de Presidente da Distrital de Lisboa do PSD, quis mobilizar os eleitos autárquicos do seu partido para uma oposição sistemática ao PS e ao PCP, no que constituiu uma das mais evidentes e artificiais operações de «marcação da agenda política».

É assim Pacheco Pereira: sempre trabalhando sabiamente para a construção do seu próprio mito.

Desmascarando a obsessão da «marcação da agenda política», mas nunca descurando qualquer hipótese apetecível de ser «o protagonista da notícia do jornal do dia seguinte».

Escrevendo em vésperas de Congresso do PSD sobre «os sete pecados mortais que impedem o consenso», mas integrando depois uma lista inevitavelmente repleta de pecadores.

Descrevendo, a propósito da «revolta da Ponte», o mal-estar social nas zonas suburbanas, mas clamando logo a seguir que o buzinao não contava nada e que o único dado relevante era não haver recusa generalizada de pagamento da portagem.

Debitando periodicamente umas finas considerações sobre ética política, mas aterrando na campanha presidencial de Cavaco Silva para colocar o seu terrorismo verbal ao serviço da exploração dos «incidentes» do Barreiro.

Que adjectivo para estas duplicidades? O mesmo que para a praticada por um Primeiro-Ministro e Sec.-Geral do PS que já se confessou «liberal em economia» e faz a política que faz e depois vai para Nova Iorque «propor» uma alternativa mundial ao neoliberalismo.

■ Vítor Dias

IRAQUE

e os «interesses estratégicos»

Ainda nos lembramos todos do que falavam no fim da Guerra do Golfo: eram os aliados, a ONU, os curdos, os xiitas do Sul. Era a vitória da nova ordem internacional sobre o desrespeito pelas acções de agressão unilaterais. Cinco anos depois, a total hipocrisia dessa conversa torna-se (se possível) ainda mais clara e transparente.

Os dois maiores partidos do Curdistão iraquiano desentenderam-se. Desde há alguns meses chegaram a vias de facto. Numa escalada ainda pouco clara, um desses partidos pediu a intervenção do regime de Bagdad, arredado da zona desde a Guerra do Golfo. Na véspera do avanço das tropas de Saddam Hussein (neste caso, dentro de território iraquiano), os americanos «alertam» para a concentração de tropas. Mas não reagem. O exército iraquiano avança e intervém na cidade de Erbil que, para além de ser a principal cidade do Curdistão iraquiano, é o quartel-general do conjunto das forças de oposição iraquianas à ditadura de Saddam Hussein. Durante o ataque, os serviços secretos da ditadura assaltam a sede do PC iraquiano, matando numerosos militantes. A caça aos opositores do regime é uma realidade. Os americanos ficam a ver. Com a missão cumprida, as tropas iraquianas retiram. Os americanos dizem que não é verdade, a ONU diz que é. Os americanos dizem que mesmo assim há muitas tropas iraquianas no Norte do país e que isso representa «uma ameaça». E então intervêm... bombardeando o Sul do Iraque, onde não estão as tropas iraquianas em questão. Mesmo sem qualquer «mandato» da ONU. Pelo contrário, o Secretário-Geral da ONU, Boutros Ghali (já repararam como desapareceu das notícias, agora que os americanos decidiram não apoiar a sua re-eleição para o cargo? - é a chamada «independência dos media») manifesta a sua discordância desses ataques. Tal como a maioria dos países árabes. E a China. E a Rússia. A França distancia-se. Até Israel (que apoiou) se assusta com a hipótese de a guerra lhe voltar a bater à porta. Mas a Televisão portuguesa falava «no mundo» que «apoiava a acção americana». E Guterres não sabia muito bem o que se passava, mas achava tudo muito bem.

Ao mesmo tempo, os EUA (repare-se... os EUA, já nem é a ONU) decidem alargar a zona de exclusão aérea, ou seja, a parte do território do Iraque sobre a qual (eles, EUA) decidiram que os aviões iraquianos não podem sobrevoar. Mas a zona de exclusão aérea no Sul do Iraque, não a do Norte onde se concentram as tropas que Saddam Hussein utilizou na sua operação. E o Presidente dos EUA, Clinton, «decide» (ele, nem sequer a ONU) a suspensão da recente Resolução 986 da ONU, que prevê o levantamento parcial do embargo que vigora há mais de cinco anos e autoriza o Iraque a vender parte do seu petróleo para efeitos de adquirir alimentos e medicamentos. Só que a França pede a aplicação imediata dessa Resolução. Cada vez há mais governos a manifestar-se contra as acções unilaterais e agressivas dos EUA. No Conselho de Segurança da ONU, os ingleses e americanos já não conseguem fazer aprovar as habituais resoluções de apoio às suas acções. A Televisão portuguesa começa a ter mais cautela. Guterres, que certamente continua a não saber muito bem o que se está a passar, prefere falar da Polónia e da construção europeia...

No meio de tudo isto, aparece o Secretário da Defesa americano, William Perry, a dizer que sim, que o conflito é no Norte, mas onde os EUA têm os seus *interesses estratégicos* é no Sul. É a confirmação oficial de que aos EUA não interessam os aliados, a ONU, os curdos, nem os xiitas. Não interessa a legalidade internacional. Interessam os seus *interesses estratégicos*. E começamos a desconfiar que para esses interesses estratégicos do governo americano talvez até seja preferível um Iraque dividido, isolado e enfraquecido, sob a ditadura de Saddam Hussein. Para melhor poderem intervir na região a seu belo prazer. E Guterres, agora que já não pode dizer que não sabe, o que acha de tudo isto?

■ Jorge Cadima

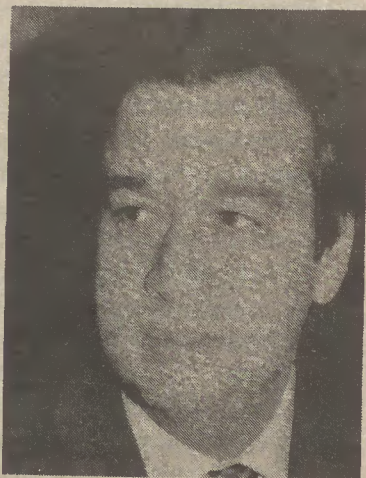
SEMANA

Clinton e Saddam

Continua a telenovela protagonizada pelo presidente norte-americano Bill Clinton e Saddam Hussein, do Iraque, com este último a anunciar que a defesa antiaérea iraquiana tinha disparado três mísseis terra-ar contra aviões norte-americanos que patrulhavam a zona de exclusão aérea no Sul do Iraque, gabando-se que os «obrigou a fugir», enquanto o primeiro se apressava a enviar oito caças-bombardeiro «F-117 A» para o Kuwait, a pôr em alerta duas unidades de mísseis Patriot e a mandar deslocar para as imediações o porta-aviões Enterprise, ameaçando dar «nova lição desproporcionada» ao senhor de Bagdad. Posteriormente, Saddam Hussein garantiu que não atacará mais aviões americanos, não se sabendo se Clinton desencadeará, ou não, a tal «lição desproporcionada».

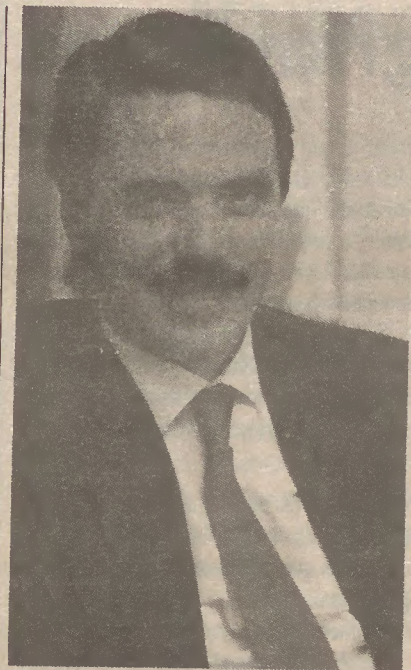
«Manobras pequenas»

O primeiro-ministro António Guterres aproveitou a sua presença no programa «World Business Today», da cadeia de televisão norte-americana CNN-International, para responder à



pretensão dos sindicatos da Função Pública em obterem aumentos salariais no próximo ano na ordem dos 7%. Afirmando que o Governo «tem uma margem de manobra muito pequena», Guterres afirmou que a política salarial para os funcionários do Estado não pode comprometer o objectivo

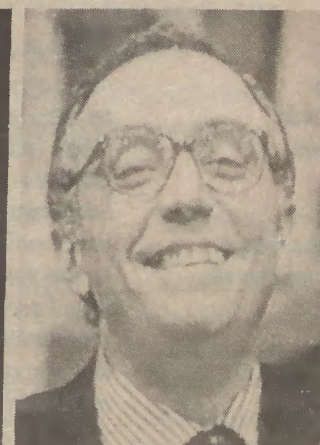
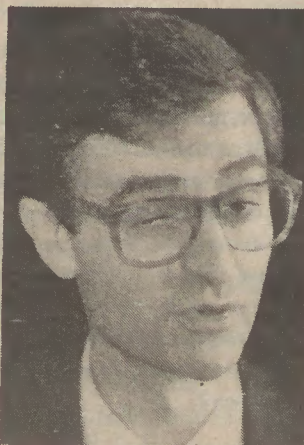
de uma taxa de inflação de 2,5% em 1997, deixando assim claro que não pretende atender às reivindicações dos Sindicatos que, por seu lado, fundamentam esta exigência de aumentos de 7% no facto de os trabalhadores da Função Pública virem há vários anos a perder poder de compra.



Aznar enfrenta escândalo

O novo chefe do governo espanhol, José Maria Aznar, enfrenta o seu primeiro escândalo político ao ver o seu ministro da Defesa, Eduardo Serra, acusado pela Imprensa de estar envolvido na labiríntica rede de corrupção tecida pelo antigo director-geral da Guarda Civil, Luis Roldán. A situação parece complicada para o chefe do governo espanhol que, externamente, se apressou a apoiar incondicionalmente o seu ministro, enquanto no interior do seu partido, o Partido Popular, a questão do apoio a Eduardo Serra se tornou polémica a partir do momento em que os deputados Luis Ramallo e Rogelio Baón pediram a demissão imediata de Serra.

O «tudo ou nada» do PP e o «nada ou tudo» do PSD



Enquanto o PP decidia, em Conselho Nacional, que «não faz sentido» entendimentos pontuais com o PSD para as eleições autárquicas fora de uma aliança explícita para as eleições legislativas, no Conselho Nacional do PSD realizado na mesma altura se levantaram abertamente vozes críticas à actual direcção do PSD, nomeadamente por parte de Ângelo Correia, Dias Loureiro e Passos Coelho. Marcelo Rebelo de Sousa não gostou e advertiu que quer «clarificar posições». Para tanto, põe a sua liderança em jogo e afirma que quer saber, no Congresso do mês que vem, o que «pensam» os delegados da sua liderança.

Tribunais em risco de fechar

Cerca de 600 tribunais portugueses correm o risco de ficar paralisados durante um mês, por falta de verbas que dêem provimento à movimentação de juizes. O movimento judicial, obrigatório por lei e que deveria ter sido publicado em Julho, só esta semana saiu no Diário da República, tendo já chegado a informação ao

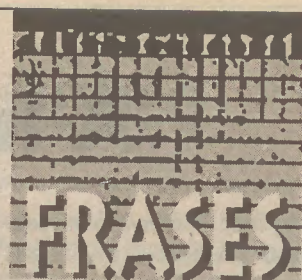
Conselho Superior de Magistratura de que não há de momento cabimento de verbas para transferências, promoções, etc., o que significa que os juizes perdem as funções nos tribunais onde estão colocados e não poderão tomar posse nos novos locais, por não haver dinheiro para lhes pagar.



Bascos na igreja

Com anúncio prévio na imprensa, familiares e amigos de presos da ETA, no País Basco, ocuparam esta semana a igreja dos Anjos, em Lisboa, iniciativa que também decorreu noutras cidades europeias e visa protestar contra a dispersão dos cerca de 540 detidos etarras por várias prisões de Espanha.

Segundo o Público, um responsável do Patriarcado terá manifestado inicialmente alguma abertura à hipótese de um jejum basco dentro de uma igreja de Lisboa, mas o Patriarcado de Lisboa acabaria por se manifestar contra tal objectivo, chegando-se a uma solução intermédia: os 94 bascos podem dormir na cripta do templo, mas durante o dia, «como qualquer pessoa», podem permanecer na igreja, desde que respeitem o lugar de culto.



“(os telejornais) todos estão transformados numa imensa Praça Pública que faz lembrar uma sangrenta primeira página do jornal “O Crime”.”

(Margarida Guimarães - «Semanário Económico», 13.09.96)

“Guterres demite-se se o Orçamento for chumbado”

(título de 1ª página - «Semanário», 14.09.96)

“AD é inevitável”

(título de primeira página - «Expresso», 14.09.96)

“Não contem comigo para perder...”

(Manuel Monteiro, em Coimbra, citado em «Público», 16.09.96)

“É o beijo da morte...”

(Sílvia Cervan, PP-Porto, sobre coligação com PSD, citado em «Público», 14.09.96)

“Marcelo não pode fazer birras.”

(Arlindo de Carvalho, ex-presidente da Distrital de Lisboa do PSD - «Semanário», 14.09.96)

“Santanistas preparam assalto”

(título - «Semanário», 14.09.96)

“Falta a Marcelo o que sobra a Santana Lopes: a emoção com que se consegue dramatizar e agarrar, num “suspense” inigualável, plateias inteiras.”

(Carlos Pacheco - «Valor», 12.09.96)

“Quando um líder é bom, ninguém duvida de que seja líder. Quando é mau ou não é líder, é que não há “marketing” que o salve.”

(Santana Lopes - «A Bola», 11.09.96)

“Fui o bode expiatório de muitas conjunturas do PS a partir de 1 de Outubro.”

(Narciso Miranda - «O Independente», 13.09.96)

“Fernando Gomes anda mal aconselhado”

(Gomes Fernandes, PS - «Expresso», 14.09.96)

“Venho apresentar as razões da minha candidatura (à liderança do grupo parlamentar do PP), uma candidatura para a pacificação.”

(Paulo Portas, à entrada de um encontro com Manuel Monteiro, dos telejornais)

“Vim para ouvir...”

(Manuel Monteiro, idem, idem)

“Para o doutor, a parte humana não existe. Só eu sei as esperanças que ele me deu e a forma como me ludibriou.”

(Nuno, guarda-redes do Vitória de Guimarães, sobre Pimenta Machado - «A Bola», 17.09.96)

De novo a Ossétia

O Soviete Supremo (Parlamento) da Ossétia do Sul proclamou esta região como República e convocou eleições presidenciais para o próximo dia 10 de Novembro, apesar das advertências da Geórgia (de que faz parte) e da Rússia. A informação foi dada pela ITAR-TASS, que acrescenta que com esta decisão as autoridades da Ossétia do Sul regressam a 1990, quando a proclamação da independência desta república conduziu a uma sangrenta guerra com a Geórgia.



Pazes nas pescas

Os ministros da Agricultura de Portugal e Espanha anunciam a adopção de medidas conjuntas para evitar a repetição de incidentes com barcos de pesca, como o registado na semana passada ao largo da foz do rio Guadiana. Os dois governantes, reunidos em Salamanca, foram unânimes no repúdio do incidente, que consideraram «injustificável». Consta

que os governos dos dois países ibéricos estão a estudar propostas que visam a criação de uma «fórmula» idêntica à que já funciona entre a Espanha e a França no Golfo da Biscaia, a qual, para além da cooperação entre as suas fiscalizações, estabelece que os pesqueiros infractores serão adequadamente sancionados por via administrativa.



Em Câmara de Lobos, o cabeça de lista da CDU, Mário Tavares, ouve as preocupações dos pescadores



No Mercado dos Lavradores, Edgar Silva, cabeça de lista da CDU pelo Funchal, compromete-se os comerciantes a defender as suas reivindicações



A população de Jardim da Serra recebe positivamente a propaganda da CDU

Carlos Carvalhas na Madeira

«Reforçar a CDU é dar voz ao povo»

A convite da Direcção da Organização Regional, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, deslocou-se, no passado fim-de-semana, à Região Autónoma da Madeira para participar com os candidatos da CDU nas actividades de pré-campanha eleitoral para as eleições legislativas de 13 de Outubro.

À sua chegada, questionado pela comunicação social sobre a situação democrática na Madeira, Carlos Carvalhas afirmou que «a Madeira, como Região Autónoma, não pode ser governada como se fosse uma "republicança das bananas", com um presidente a pautar o seu comporta-

mento pelo quero, posso e mando».

Depois de entrevistado por alguns órgãos de comunicação, o Secretário-geral do PCP, acompanhado dos candidatos da CDU, nomeadamente pelos padres Mário Tavares e Edgar Silva, Leonel Nunes, dirigente do PCP na região, e dirigentes do Partido Ecologista «Os Verdes», iniciou pela bela baía do Funchal as acções de contacto com a população que marcaram a sua visita.

Madeira é terra de contrastes. A poucos quilómetros da cidade do Funchal, em locais que não constam dos roteiros turísticos, a população sofre enormes carências. No Caminho do Moinho, visitado ainda ao fim da tarde de sexta-feira, a população espera há anos por uma estrada que não surge. A CDU, que tem acompanhado a situação, esteve lá a ouvir a população, lembrando que foi graças a um firme espírito reivindicativo que, bem perto dali, uma estrada passou de papel a alcatrão.

No sábado, a CDU esteve no Mercado dos Lavradores, onde ouviu as preocupações dos comerciantes que, nomeadamente, protestaram contra o facto de ter sido facultado a uma grande superfície um parque de estacionamento gratuito para os clientes, enquanto «o Mercado só tem para oferecer sinais de estacionamento proibido».

Depois de provar uma manga regional e de se ter inteirado sobre a situação da banana madeirense, que é levada aos agricultores sem estes saberem qual o peso ou a categoria - de que só meses depois vêm a tomar conhecimento -, Carlos Carvalhas declarou que «a situação da

banana da Madeira é quase um roubo à mão armada». Para resolver algumas destas questões, o padre Edgar Silva comprometeu-se a solicitar uma audiência ao presidente da Câmara, tendo desde logo alguns comerciantes manifestado a intenção de o acompanhar.

Daqui, a comitiva da CDU partiu para Câmara de Lobos, concelho com os maiores índices de pobreza de todo o arquipélago. A vila, sede de concelho, foi recentemente elevada a cidade, medida que não foi sentida pela população, segundo o padre Mário Tavares, deputado eleito da CDU na Assembleia Regional e actual cabeça de lista por este círculo. Com uma taxa de analfabetismo que atinge os 50 por cento e condições de habitação degradantes - famílias inteiras vivem, cozinham e dormem num só quarto - vêem-se vagar pela rua crianças a quem a miséria empurra para a criminalidade e a prostituição. Todas elas, conhecem, no entanto, o padre Edgar Silva que sempre está a seu lado nos momentos difíceis, ou seja, todos os dias. Este candidato da CDU, que durante anos dirigiu o Movimento Apostólico das Crianças, foi, aliás, quem denunciou há já algum tempo a existência de uma rede de pedofilia, sediada na Madeira, que funcionava na angariação de menores.

Depois do comício aqui realizado com os moradores, Carlos Carvalhas e os seus acompanhantes seguiram para Lombada de Cima, onde se efectuou um encontro com moradores. Mais queixas foram aqui ouvidas: é o caminho de terra que não foi ainda substituído pela estrada há dez anos prometida, é a manutenção das desigualdades, é a situação degradada da habitação.

O Estreito de Câmara de Lobos e o Jardim da Serra foram os locais visitados pela CDU, no domingo de manhã. De novo aparecem os problemas mais sentidos pela população, sendo

de destacar que um deles - o da água - foi entretanto resolvido por acção da CDU. Jardim da Serra recebeu com particular carinho o padre Tavares, que antes aí celebrava missa.

A manhã terminou com um almoço com simpatizantes e militantes da CDU, no restaurante A Parreira, no Funchal.

Depois de Leonel Nunes ter aludido, durante o almoço, às propostas e objectivos da CDU para as próximas eleições regionais, falou Edgar Silva que, referindo que os governantes «mentem que nem sacos rotos», afirmou que a CDU leva os problemas para o centro do discurso político. Uma das propostas, deste candidato da CDU - cabeça de lista pelo Funchal - preocupado com os graves problemas de habitação, é a da construção de 7000 fogos em 4 anos.

Interviu a seguir Carlos Carvalhas. Em breves palavras o secretário-geral do PCP afirmou que, na Madeira, para além do cenário turístico, é preciso ver as graves dificuldades e os graves problemas sociais que atingem muitos madeirenses, como sejam o desemprego, a habitação, a marginalização dos agricultores e dos produtores da banana, o crescimento de bolsas de pobreza e exclusão social, a falta de perspectivas em relação ao futuro.

«Reforçar a CDU é dar voz ao povo», disse a terminar Carlos Carvalhas, agradecendo as palavras de adesão, estímulo e esperança recebidas durante a sua visita.

De facto, em todo o lado Carlos Carvalhas e a sua comitiva foram alvo de manifestações de simpatia, sendo recebidas com aprovação as palavras de esclarecimento que trocavam enquanto procediam à distribuição dos documentos de campanha da CDU. Particularmente de destacar são o respeito e carinho com que os candidatos da CDU eram acolhidos na região.



O almoço com o Secretário-geral do PCP no Funchal reúne muitas dezenas de militantes e simpatizantes da CDU



Moradores da Lombada de Cima expõem ao Secretário-geral do PCP e candidatos da CDU as suas necessidades e anseios



CDU/Açores Dinamismo e confiança

Nos Açores, a pré-campanha eleitoral da CDU para as eleições legislativas de Outubro decorre com dinamismo e confiança.

Na Ilha das Flores, Paulo Valadão, deputado da CDU na Assembleia Regional e actual cabeça de lista, mantém desde há quinze dias intensos contactos com a população, visitando todos os lugares da ilha, mesmo os mais recônditos, apresentando as propostas que a lista que integra tem para a resolução dos problemas mais prementes da região.

Três deputados elege esta ilha, onde a existência de quatro partidos concorrentes às eleições faz adivinhar uma renhida disputa.

O acolhimento dado à propaganda da CDU e os apoios recebidos de pessoas de áreas políticas diversas, reforçam a confiança da CDU numa boa votação.

Embora com menos actividade, também no Faial, por cujo círculo Luís Bruno é cabeça de lista, a CDU iniciou com dinamismo crescente as acções de propaganda e os contactos com a população.

Na Terceira, a CDU, cuja lista é encabeçada por António Nunes, vem desenvolvendo uma intensa actividade, numa campanha participada e dinâmica. Na passada terça-feira, ao fim da manhã, frente à Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, a CDU realizou um minicómicio (primeira iniciativa deste tipo na ilha) onde, depois

da actuação de um cantor rock, interveio António Nunes que abordou, entre outros, os problemas da educação e ensino.

Com uma boa participação e a merecer o interesse e cobertura da comunicação social, foram também os debates realizados na Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, nos passados dias 12, 13 e 14, em que participaram Carlos Gonçalves e respectivos cabeças-de-lista, sobre toxicoddependência e narcotráfico.

Destes debates ressaltou o empenhamento da CDU/Açores em alterar a situação em relação a este flagelo social que tem já contornos graves na Região.

Também em São Miguel a CDU intensifica os seus contactos, tendo a pré-campanha sido marcada pela adesão e participação das populações, que acolhem positivamente a propaganda desta coligação.

Dos contactos já realizados, destacam-se os encontros realizados com o movimento sindical da ilha, com a Confederação do Comércio dos Açores e com a Associação Agrícola de S. Miguel, na Cooperativa de Arifes, com a presença de muitos agricultores. Nesta última Associação, nomeadamente, foi evidente a sintonia de posições entre a CDU e os agricultores na defesa das produções regionais e de repúdio pela substituição dos produtos nacionais por estrangeiros.

Respira-se confiança em S. Miguel. Designadamente em relação ao coordenador regional

do PCP e cabeça-de-lista da CDU por este círculo, José Decq Mota, o apoio é manifesto. Muita gente, espontaneamente, se lhe dirige na rua, garantindo apoio e manifestando-lhe o desejo de que a sua votação possa impedir que qualquer maioria absoluta continue nos Açores a governar mal e impunemente.

Em São Jorge, a CDU apresentou na terça-feira passada a lista de candidatos por este círculo eleitoral, encabeçada por José Maria Castel-Branco, numa sessão realizada na Sociedade Filarmónica Recreio Amarense, em que, para além do cabeça de lista, usou da palavra o coordenador do PCP, Decq Mota.

Como coordenador Regional do PCP e cabeça de lista pelo círculo de S. Miguel, José Decq Mota desdobra-se em contactos. No passado dia 13, recebeu em audiência a Associação de Pais das Escolas do Ensino Especial de Ponta Delgada, a pedido desta; no dia 16, participou num debate em directo na RTP/Açores, com os restantes líderes partidários da região; ontem, acompanhado de Luís Bruno e outros dirigentes da CDU visitou a Junta Autónoma do Porto da Horta, onde foi recebido pelos respectivos responsáveis, e visita hoje, acompanhado também de outros candidatos, as freguesias de Fajã de Cima, Fajã de Baixo, onde às 16 horas contactarão a realidade da AZANOR, seguindo depois para São Roque e Livramento.

No distrito de Braga Carvalhas ausculta problemas locais

Na passada quinta-feira, o Secretário-geral do PCP visitou a freguesia de Santa Maria - Bouro, no concelho de Amares, onde se deslocou, a convite da respectiva Assembleia de Freguesia, para uma jornada de trabalho sobre questões locais. A acompanhar Carlos Carvalhas estiveram os camaradas António Lopes, da Comissão Política do PCP, José Antunes, do Comité Central e da DORB e eleito da CDU na Assembleia Municipal de Amares, e Porfírio Antunes, da Comissão Concelhia de Amares do PCP.

O Secretário-geral foi recebido numa breve cerimónia, na sede da Junta de Freguesia, pelos presidentes da Assembleia e Junta e outros eleitos locais, bem como pelo presidente e vereadores da Câmara Municipal de Amares e membros da Assembleia Municipal de Amares e populares.

A numerosa comitiva rumou daí até ao Santuário da Abadia, onde foi recebida pelo seu responsável eclesiástico e pela mesa da confraria da Abadia, que os acompanhou numa pormenorizada visita pelo interior e exterior da Abadia e do Museu anexo. Foi a oportunidade de se visitar um local lindíssimo, a mais antiga Abadia portuguesa, local de romaria muito concorrido ainda nos dias de hoje. Aí os autarcas locais confrontaram o Secretário-geral do PCP com as suas preocupações: a defesa da Abadia contra fogos florestais e o alargamento da estrada que lhe dá acesso.

Seguiu-se o almoço com a

típica ementa regional de bacalhau assado, papas de sarrabulho, rojões e vinho verde de Amares, onde o presidente da Assembleia de Freguesia, Abílio Machado, deu conta do desejo da autarquia de que os nomes de dois filhos da terra - António Variações e Cónego Antunes Almeida - se perpetuassem na toponímia local, sugestão a que o Secretário-geral se associou.

Na parte da tarde, visitou-se as instalações escolares da freguesia - Escola do 1º ciclo do Ensino Básico, Telescola e Jardim Infantil. Aí, directores escolares e professores mostraram ao Secretário-geral do PCP o estado degradado dos edifícios, designadamente na Escola do Ensino Básico e na Telescola, há 28 anos a funcionar em pavilhões provisórios, e o péssimo acesso à Escola do Ensino Básico. Os eleitos locais deram conta do seu desejo de um edifício para o ensino básico integrado na freguesia, tendo o camarada Carlos Carvalhas prometido intervir

para que o Governo satisfaça esta justa reivindicação.

A jornada prosseguiu com a visita às obras de reconstrução do Mosteiro do Bouro - Santa Maria, um magnífico edifício que está a ser recuperado e adaptado a Pousada Nacional. Responsáveis da Enatur e o Arquitecto Souto Moura, autor do projecto, acompanharam a comitiva, à qual se juntaram muitas dezenas de populares.

A visita terminou na sede da Junta de Freguesia. Depois de se haver constatado as condições precárias de funcionamento do Jardim Infantil (na cave deste edifício, que fica paredes-meias com o cemitério local), seguiu-se uma reunião de balanço que incidiu sobre os problemas locais anteriormente detectados.

O Secretário-geral do PCP reiterou o seu agradecimento pela oportunidade de visitar esta freguesia, também ela célula básica do poder local que o PCP tem lutado para dignificar, como bem atestam os projectos de lei apresentados para reforço e alargamento das suas competências. E afirmou a disponibilidade do PCP para apresentar as reivindicações locais - a exemplo do que já anteriormente aconteceu, particularmente com as obras do Mosteiro, onde, quer na Comissão Parlamentar de Cultura quer em sede na discussão do Orçamento do Estado, interveio para que tais obras se concretizassem.



Carlos Carvalhas no Mosteiro do Bouro. Em cima, acompanhado pelo presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria-Bouro e pelo arquitecto Souto Moura; em baixo, com autarcas locais e António Lopes, dirigente regional do PCP

No encontro com PR PCP preocupado com política do Governo

À saída do encontro que, a seu pedido, teve com o Presidente da República no passado dia 11, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, nas declarações que prestou afirmou: «Tivemos uma larga troca de opiniões sobre a situação política, económica e social. Manifestei ao Senhor Presidente as preocupações do meu Partido pela persistência do Governo numa política de concentração da riqueza e de enfraquecimento do aparelho produtivo nacional com graves consequências sociais e para a nossa soberania».

Interrogado sobre se o PCP não estava preocupado com a criminalidade no país, Carlos Carvalhas afirmou: «O PCP está preocupado com a segurança que é, infelizmente, uma realidade objectiva. Mas o PCP também não alinha com derivas securitárias e em certos noticiários exagerados que podem criar pânico e que parece não serem confirmados pelos dados objectivos».

É também sabido que o PS na oposição, sobre esta matéria, por vezes semeou ventos e agora colhe as tempestades.

Sobre a resposta a estes graves problemas o que se pode afirmar é que não basta mais e melhor política, é necessário também combater o desemprego, o trabalho precário, as exclusões, os ghettos sociais, o tráfico de droga e a toxicoddependência que são, afinal, os caldos de cultura da insegurança e da instabilidade.»

Distrito do Porto

«Política louca» ameaça mundo rural

«A agricultura de Entre Douro e Minho vive hoje uma grave situação de crise e a vida no mundo rural está em declínio acelerado», afirma a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que, para divulgar as suas posições sobre a situação da Lavoura e dos agricultores do distrito, promoveu uma conferência de imprensa no passado dia 5 de Setembro, em que participaram José Calçada, deputado do PCP, Serafim Brás, do Comité Central, e Silvestrina Silva, da DORP.

A responsabilidade desta situação cabe à política seguida durante anos pelo PSD e agora continuada pelo PS, traduzida pelo crescimento da dependência externa do País em produtos alimentares, pelo abandono dos campos e deslocação das populações para as zonas industriais, dizem os comunistas, lembrando os alertas feitos pelo PCP quando da adesão de Portugal à Comunidade Europeia. E a situação agravar-se-á ainda mais, diz o PCP, se vingarem as posições defendidas por alguns dos grandes países comunitários em relação ao alargamento da CE aos países do Leste Europeu: é que as propostas de alteração da PAC de alguns destes países vão no sentido «de manter o mercado e acabar com os

apoios às agriculturas com mais dificuldades», como é o caso da portuguesa.

As importações de produtos agrícolas têm criado situações difíceis, patentes nas recentes movimentações de protesto de organizações da Lavoura e agricultores. Em relação à batata, por exemplo, enquanto a produção agrícola nacional é desvalorizada, sem escoamento, o País é invadido por produção de outros países.

Mais, os comunistas alertam ainda para as dificuldades de comercialização e eventual descida de preços ao produtor que se adivinham para os produtores de vinho verde, num ano em que se perspectiva uma boa colheita.

Situação dramática, mesmo, é a dos produtores de gado



bovino, continua o PCP. Se não forem tomadas medidas de emergência por parte do Governo, em relação aos problemas criados pela BSE - que estão a afectar o escoamento e o preço ao produtor - poder-se-á verificar a liquidação completa desta fileira de produção pecuária.

Para os comunistas, a crescente desresponsabilização do Estado no que se refere à sanidade animal contribuiu para a situação actual. A aprovação de uma Rede Nacional de Abate, que levou ao encerramento de

matadouros concelhios e à construção de grandes matadouros regionais, veio originar autênticos «elefantes brancos», como é o caso de Cachão, hoje «no essencial um entreposto de carne importada».

Enquanto se destroem infra-estruturas existentes (os matadouros, no caso) e por força de «lobbies» se procura a viabilização desses «elefantes brancos», crescem os abates clandestinos e os locais onde isso acontece.

Para minorar os efeitos desta situação, a DORP do PCP propõe a apresentação de um plano de emergência de sanidade animal, custeado com dinheiros públicos do Estado e da União Europeia; a contenção das importações de carne, nomeadamente de bovinos, batata e outros produtos agrícolas e pecuários; e a reabertura dos matadouros concelhios encerrados.

Por fim, o PCP manifesta a sua solidariedade e apoio à luta dos agricultores e organizações da Lavoura, comprometendo-se a desenvolver por todos os meios ao seu alcance uma actividade em defesa dos interesses deste sector e e no sentido de alterar esta «política agrícola louca» que «está a arruinar o mundo rural».

Imigrantes e minorias étnicas

Urgem medidas de inserção social

A propósito dos recentes acontecimentos envolvendo imigrantes e minorias étnicas, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, apresentou, no passado dia 2 de Setembro, dois requerimentos ao Governo: um sobre o significado e implicações das rusgas realizadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, visando a detenção de cidadãos estrangeiros em situação irregular; outro sobre as medidas concretas previstas para a inserção social das minorias étnicas.



No primeiro documento, o deputado António Filipe considera significativo que a operação desencadeada pelo SEF tenha tido lugar «quase em simultâneo» com as operações de repatriamento de imigrantes em situação ilegal por parte das autoridades espanholas e com a gravíssima atitude do governo francês de desalojar pela força centenas de imigrantes que, refugiados na igreja de Saint Bernard, lutavam pela sua legalização.

Conhecidas que são as dificuldades de levar a cabo com sucesso o processo de legalização extraordinária - seja pela falta da sua publicitação, seja pelo receio dos cidadãos em

situação irregular se apresentarem às autoridades policiais -, considerou por bem o PCP requerer do Governo alguns esclarecimentos, designadamente sobre estas coincidências e a sua relação com os compromissos assumidos pelo Governo, nomeadamente no âmbito da aplicação dos Acordos de Schengen e da respectiva Convenção de Aplicação.

Por último, depois de perguntar como justifica o Governo o contraste entre a enorme publicidade dada à rusga do SEF contra cidadãos em situação irregular e a quase inexistente publicitação oficial do processo de regularização extraordinária de imigrantes, quer o PCP saber

quantos, de que nacionalidade e em que situação se encontram os cidadãos detidos na sequência da rusga.

No segundo requerimento, a formação comunista pretende prevenir o aparecimento de actos de violência e intolerância idênticos aos que se verificaram contra a comunidade cigana de Oleiros. Assim, requereu ao Governo que, através do Alto Comissário para as Minorias Étnicas e para a Imigração, lhe seja informado que medidas concretas estão previstas visando a inserção social das comunidades imigrantes e das minorias étnicas que vivem e trabalham em Portugal.

Eléctrico Rápido para Odivelas

Junta minimiza papel das populações

Das «certezas» que durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República manifestava sobre a viabilidade de implementação do Eléctrico Rápido para Odivelas, o PS passou, quando no governo, às maiores «dúvidas», afirma em comunicado a Comissão de Freguesia de Odivelas a propósito da conferência de imprensa convocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas «para alertar a opinião pública para os perigos de não ser implementado o Eléctrico Rápido no Corredor de Lisboa-Odivelas/Loures, por responsabilidade do PCP na Câmara de Lisboa».

«Mais uma manobra política», alerta o PCP, para «desviar as atenções dos problemas fundamentais de Odivelas», esquecidos pelo Partido Socialista «que tudo prometeu nas eleições autárquicas e eleições legislativas».

Segundo os comunistas, o governo foi obrigado, por pressão da população, a anunciar datas - primeiro Junho, depois Setembro - para a implementação do Eléctrico Rápido. Entretanto, o presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, que não se empenhou na defesa desta reivindicação, precipitadamente, sem garantias de implementação e sem ouvir mesmo o parecer da Câmara Municipal de Lisboa, aproveitando as Festas da Cidade, realizadas em 1995, utilizou-a para satisfazer objectivos partidários. Mas nada avançou.

Para isso contribui o facto de o presidente da Junta de Freguesia minimizar o papel das popu-

lações nesta matéria, denunciando os comunistas de Odivelas, afirmando que a preocupação fundamental deste autarca é manter uma cruzada contra o PCP pela intensa actividade que desenvolve nesta freguesia em prol das populações e pela concretização até 1998 deste seu anseio. Até as «sistemáticas propostas de inclusão de verbas para o ferrocarril no Orçamento de Estado», de iniciativa do PCP, foram por ele publicamente minimizadas.

O Presidente da Junta e a maioria do seu Executivo PS/PSD estão cada vez mais afastados dos problemas da população, acusa a Comissão de Freguesia do PCP de Odivelas, reafirmando que o caminho a seguir continua a ser o «da participação das populações na exigência de uma pronta resposta do Governo: até 1998 que venha o Eléctrico ou o Metro» e da sua «intervenção activa na luta por melhores condições de vida».

CAMARADAS FALECIDOS

Rui de Carvalho

Faleceu recentemente, em Caracas, o camarada Rui de Carvalho, médico, de 68 anos.

Membro do PCP desde jovem, emigrou para a Venezuela quando foi forçado a exilar-se por causa das suas actividades políticas e aí participou em variadíssimas iniciativas da organização do PCP e na Junta Patriótica Portuguesa.

Leonel Pimentel Segura

Com 75 anos de idade, faleceu, no passado dia 5 de Setembro, o camarada Leonel Pimentel Segura.

Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, estava organizado no concelho de Sintra onde desenvolvia grande actividade. Foi membro das primeiras Comissões de Freguesia de Agualva-Cacém.

Alfeu Mendes

Faleceu no passado dia 5, com 59 anos, o camarada Alfeu Mendes. Activista do movimento associativo, foi obreiro do Centro Social de Coimbrões, onde era Presidente da Direcção.

Militante activo, desempenhou durante anos tarefas no Centro de Trabalho da Boavista e na Organização da Freguesia de Santa Maria em Vila Nova de Gaia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Negociações na FP

Um «frete» do Governo ao patronato

O Governo pretende, cortando a possibilidade de reposição do poder de compra aos trabalhadores da Função Pública, fornecer ao patronato o pretexto, a que ele não deixará de se «agarrar com unhas e dentes», para não proceder a aumentos salariais dignos para a esmagadora maioria dos trabalhadores. A denúncia, feita na sexta-feira passada em nota à imprensa, cabe ao Organismo de Direcção do PCP neste sector, que considera que estas negociações têm uma importância estratégica para o prosseguimento da política governamental.

O processo negocial de 96 envolveu um Acordo de Compromisso de Médio e Longo Prazo com a Frente Comum de Sindica-

tos da Administração Pública que o Governo desrespeitou. A reduzida proposta salarial do Governo só foi aceite pelos trabalhadores e seus sindicatos porque estaria inserida num conjunto de medidas mais vastas que, afinal, não foram cumpridas, garantem os comunistas.

O que o Governo fez, denuncia por fim o PCP, foi bloquear o processo até às negociações para 1997 e publicar aí as medidas de um processo negocial anterior.

Mas... «ao invés» do que o Governo julga, a reposição do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública é para eles uma «questão essencial».

Pressa na Lousã

Presidente da Câmara já em campanha

O presidente da Câmara da Lousã começou cedo a campanha eleitoral, considera em nota à comunicação social a Comissão Concelhia da Lousã do PCP, estranhando que no boletim municipal - de propaganda às «suas obras» - se omita completamente a actividade do órgão que delibera - a Assembleia Municipal -, quase se ignore os restantes vereadores da Câmara e a informação se centre exclusivamente na figura do seu presidente.

É num tom de «descarado» auto-elogio que o presidente

fala no boletim no «dinamismo» e do grande «esforço» desenvolvidos para realizar todas as obras dos últimos três anos. Parece que a gestão PS está em «pleno ciclo de alcatrão», diz o PCP, aludindo às obras de «encher o olho ao eleitor mais distraído» que a Câmara tem realizado. Quanto «às redes de saneamento, para defesa do ambiente e da saúde pública», como não dão para «tirar fotografias e fazer vistas inaugurações», ficam para quando a população o exigir e «tiver mesmo que ser». Nessa

altura, voltam-se a abrir os arruamentos pavimentados ao mesmo tempo que se arranjam mais «umas empreitadas» para «animar a indústria do betuminoso», ironizam os comunistas.

Mas estas são «miudezas» de que não fala o boletim, continua a concelhia do PCP, sugerindo algumas questões que os municípios gostariam certamente de ver tratadas na próxima edição.

Por que razão a quase totalidade das empreitadas da Câmara é entregue por concursos limitados (através de convites)

e não por concursos públicos, e para quando a concretização e o debate público sobre o Plano de Urbanização, em elaboração há mais de dois anos?, perguntam os comunistas que querem ainda saber se o presidente da Câmara pensa continuar a esconder da Assembleia Municipal os relatórios da Inspeção Geral da Administração do Território, como fez em relação à inspecção efectuada para apuramento das irregularidades graves cometidas no licenciamento do maior loteamento da Lousã.

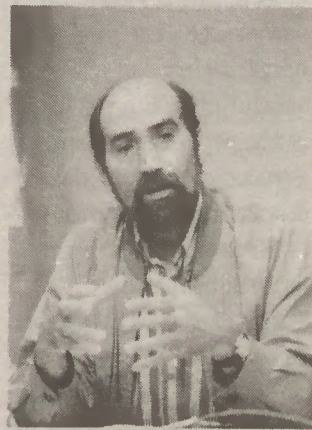
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Que futuro para a fábrica da Portucel em Mourão?

O futuro da Fábrica da Portucel Recicla - actualmente instalada em Mourão, numa zona que deverá ficar inundada com a construção do Empreendimento do Alqueva - e do emprego para os seus 188 trabalhadores, é objecto de um requerimento ao Governo do deputado Lino de Carvalho.

Lino de Carvalho lembra o requerimento dirigido ao governo em Fevereiro de 1995, em que defendeu «a necessidade de serem tomadas as medidas políticas e de gestão que viabilizassem a manutenção daquela unidade na zona de Mourão/Reguengos de Monsaraz».

A resposta do Governo de então não foi esclarecedora. Enquanto oposição, entretanto, «o PS defendeu a manutenção da fábrica na zona e fez disso promessa eleitoral».



Actualmente é outro o posicionamento assumido pelo Partido Socialista. Em recente deslocação à região, o ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território declarou mesmo que, para o Governo, «as possibilidades de reinstalação da fábrica na zona são praticamente inexistentes».

Questionando esta posição do actual governo, Lino de Carvalho sublinha: «Sabendo-se

que a localização actual da Portucel Recicla nunca foi questionada em termos económicos, sabendo-se o interesse daquela unidade para a realização do ciclo completo do papel e das actividades do Grupo Portucel, sabendo-se que a própria Gescartão tem a intenção de promover os estudos necessários à construção de uma nova unidade de papel reciclado para embalagem, sabendo-se a importância desta unidade para o emprego e para a região, conhecendo-se os compromissos políticos e eleitorais do Partido que suporta o Governo, não se pode aceitar que não sejam tomadas as medidas que assegurem a manutenção da Portucel Recicla na zona, contribuindo, no caso da sua desactivação, para mais desemprego numa região com a mais elevada taxa de desemprego do País».

Neste quadro, o deputado Lino de Carvalho requer uma série de esclarecimentos, nomeadamente sobre as razões políticas, técnicas, económicas e financeiras que terão levado o governo do PS a assumir a actual posição, não dando cumprimento a um compromisso eleitoral do mesmo Partido Socialista; sobre qual o futuro de emprego para os actuais 188 trabalhadores da empresa e «como se articulam decisões desta natureza com uma política de desenvolvimento equilibrado do território designadamente do interior».

Turismo

Perspectivas frustradas

«Reconhece o Governo que a ausência de uma orientação estratégica para o sector, de uma adequada política promocional e, em particular, a não concretização do Ano Nacional do Turismo tem responsabilidades no fraco ano turístico em que se está a traduzir 1996?», questiona o deputado Lino de Carvalho, em requerimento à Assembleia da República.

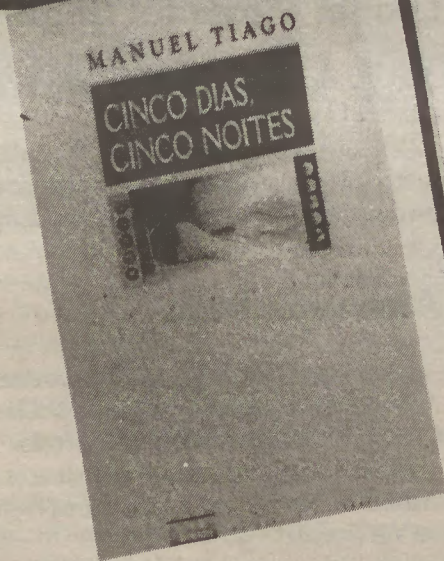
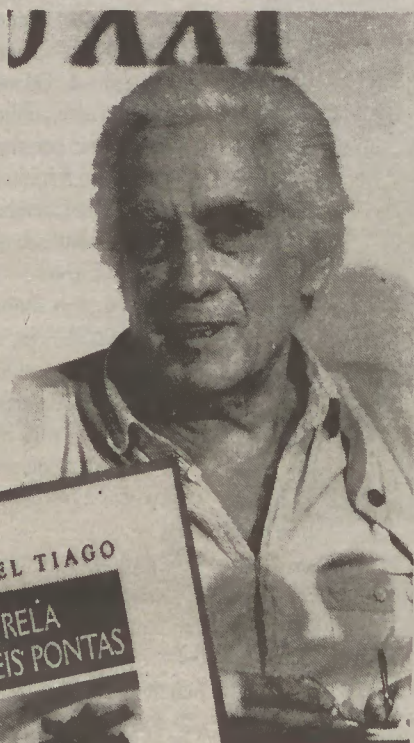
A frustração das perspectivas de um bom ano turístico em 1996 - anunciado como Ano Nacional do Turismo - é a base deste requerimento, em que igualmente se questiona sobre as razões dos atrasos registados na concretização de iniciativas que «tivessem dado corpo ao Ano Nacional do Turismo» e o balanço concreto entretanto feito pelo Governo.

Lino de Carvalho avança ainda uma pergunta sobre «as recentes declarações do responsável da área da promoção turística do ICEP de regressar à política de afunilamento da actividade turística quase exclusivamente na oferta tradicional (sol e praias e Algarve) em contradição com os propósitos anunciados no programa do Governo de diversificação da oferta e dos mercados de origem».

O deputado do PCP pede, por outro lado, informações sobre o sistema de financiamento às Regiões de Turismo previsto para o Orçamento de Estado / 97 e sobre eventuais planos de promoção turística do País, articuladas com a realização da Expo-98.



obras de
Manuel Tiago
pseudónimo de
Alvaro Cunhal



edições
Avante!

TRABALHADORES

Frente Comum da Administração Pública aprovou proposta Inverter em 1997 a degradação dos salários

Na negociação da actualização salarial para o próximo ano «estará em causa, acima de tudo, a política de recursos humanos do Governo e a sua perspectiva para o futuro dos serviços públicos», sublinha-se na resolução aprovada na semana passada pela coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Esta estrutura debateu em Lisboa, no dia 11, «as perspectivas e propostas para a actualização salarial de 1997», registando «com preocupação» as declarações de membros do Governo acerca da preparação do Orçamento do Estado para o próximo ano, «em particular, a persistência em manter a sujeição das prioridades económicas e financeiras do nosso país à estrita obediência aos critérios para adesão à UEM e aos apertados ritmos estabelecidos para a sua aplicação» - e que, refere a resolução sindical, são «cada vez mais questionados em toda a Comunidade».

Negociar

A Frente Comum entende que o processo de negociação dos

salários para o próximo ano, agora em preparação, deverá decorrer de forma autónoma relativamente à negociação e concretização das matérias constantes do acordo firmado em Janeiro com o Governo.

Definindo à partida este pressuposto, a estrutura mais representativa dos trabalhadores do Estado «exorta o Governo a encetar uma negociação que não se resume a um mero problema de números manipulados nas secretarias». Para a Frente, o futuro dos serviços públicos «passa por uma decidida melhoria e modernização dos serviços, só possível com funcionários motivados e empenhados», pelo que «é indispensável que seja invertida claramente a tendência de degradação dos salários da Administração Pública, permitindo que

estes trabalhadores deixem de ter o mais baixo aumento salarial de toda a contratação colectiva e vejam dignificado e valorizado o seu estatuto profissional».

Da reunião saiu uma proposta, para discussão nas estruturas sindicais e com os trabalhadores, de reivindicação de aumentos salariais de 7 por cento. Este valor, segundo a resolução, fundamenta-se nas previsões macro-económicas do Governo para o próximo ano (manifestando os sindicatos reservas quanto à esperada evolução da inflação e do emprego) e também na evolução dos salários nos últimos 5 anos.

Desde 1992, realça a Frente Comum, os salários acumularam perdas de 4,6 por cento face à inflação; o índice 100 (salário mínimo na Função Pública), que em 1982 estava 11,6 por cento acima do salário mínimo nacional, tem vindo a descer sistematicamente, encontrando-se hoje 4,5 por cento abaixo do SMN; os salários no sector público administrativo têm vindo a distanciar-se dos salários contratuais do sector privado, situando-se a diferença acumulada nos últimos 5 anos em 7,9 por cento.



As perdas salariais têm sido um dos fortes motivos de protesto dos trabalhadores da Administração Pública nos últimos anos

Situação imoral

«Uma situação escandalosa e imoral», para a Frente Comum da Administração Pública, é o pagamento de pensões de centenas de contos a ex-titulares de cargos políticos com actividades que lhes rendem elevadas remunerações.

Reagindo «com surpresa e indignação» às notícias a propósito vindas a lume, os sindicatos afirmam que tal situação exige «dos órgãos de poder e dos próprios beneficiários» medidas para que seja suspenso o recebimento das pensões «enquanto se mantiverem a exercer actividades remuneradas a tempo completo».

A resolução da coordenadora sindical «lamenta a imprecisão das notícias vindas a público nos últimos dias, sobre a evolução das despesas do Orçamento com o pessoal», e recusa que seja usados «dois pesos e duas medidas», considerando «inaceitável que o Governo use as imposições da integração europeia para justificar limitações salariais na Administração Pública e se esqueça desses critérios quando se trata de atribuir subsídios e benesses fiscais aos grandes empresários, de manter um funcionamento esbanjador em muitos serviços ou de avalizar pensões escandalosas atribuídas a ex-titulares de cargos políticos».

Enfermeiros conseguem acordo para estabilizar o emprego

O Ministério da Saúde comprometeu-se a enviar ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, até finais deste mês, um projecto legislativo que permita a vinculação de 3300 jovens profissionais através de contrato administrativo de provimento, bem como a sua posterior integração nos quadros das instituições públicas de saúde.

A notícia foi dada pelo SEP, numa nota distribuída à comunicação social no dia 12, depois de uma reunião que teve com responsáveis do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Administração Pública. Nesse encontro, o sindicato apresentou uma proposta visando a «estabilização jurídica de todos os enfermeiros que se encontrem com vín-

culo precário ou no desemprego e a contabilização de tempo de serviço».

A proposta do SEP mereceu a aceitação dos representantes do Governo, comprometendo-se o Ministério da Saúde a «reduzir as conclusões desta primeira reunião de trabalho num projecto legislativo a apresentar ao sindicato». Segundo os prazos acordados,

este projecto deverá estar no SEP até finais de Setembro, devendo iniciar-se a sua implementação até ao próximo mês de Dezembro.

Coimbra

O SEP anunciou segunda-feira que foi encontrada uma «solução provisória» para a situação dos 14 jovens profissionais do IPO/Coimbra ameaçados de despedimento, pelo que foram canceladas as acções de protesto anunciadas.

Segundo a agência Lusa, numa reunião realizada na manhã de dia 16, o conselho de administração do Instituto Português de Oncolo-

gia de Coimbra «comprometeu-se a manter estes enfermeiros em funções na precariedade de emprego vigente», razão que levou ao cancelamento da greve de fome, vigília e acções de sensibilização da população que os jovens profissionais tencionavam iniciar à tarde em frente do IPO.

Aldino Rodrigues, da direcção nacional do sindicato, referiu que «continua a ser uma situação de precariedade de emprego, mas é uma solução razoável que evita o despedimento».

Debate

Durante o mês de Outubro, o SEP vai promover «um grande debate nacional» sobre a reforma do sistema de Saúde, que servirá também para discutir com os enfermeiros as medidas necessárias para resolver os problemas mais sentidos. Esta decisão foi dada a conhecer na semana passada, em conferência de imprensa, pela direcção do sindicato. Na ocasião foi adiantado que o debate decorrerá em «forums descentralizados» e que, entre as medidas a exigir, deverão figurar a estabilidade de emprego; a garantia de igualdade salarial (violada pela não integração do adicional de 2 por cento da Administração Pública na carreira de Enfermagem); uma discussão séria sobre o plano de emprego público na saúde; a formação

de um maior número de enfermeiros; o regime de exclusividade.

No encontro com os jornalistas, dia 10, a direcção do sindicato saudou a publicação oficial (DR de 4 de Setembro) do Regulamento do Exercício Profissional dos

Enfermeiros. Após a publicação do Estatuto da classe, «é exigência que rapidamente seja criado o órgão de controlo do exercício profissional/Ordem dos Enfermeiros», passo já aprovado na AR mas ainda depende de concretização em lei.

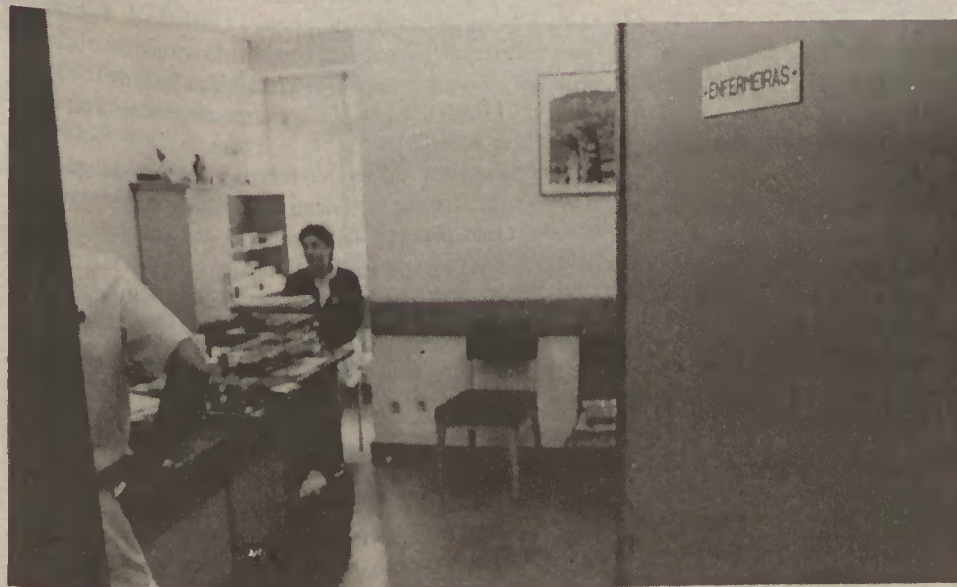
CUF-Têxteis em luta pelos salários

Os trabalhadores da Cuf-Têxteis, com sede em Ansião (Leiria), decidiram entrar em greve por três dias, a partir de ontem, exigindo o pagamento do subsídio de férias, que se encontra em atraso, bem como de 50 por cento do vencimento de Agosto - revelou a agência Lusa.

Os cerca de 150 operários daquela empresa de tapeçaria admitiam a possibilidade de prorrogar o período de paralisação, se a administração não desse resposta positiva às suas reivindicações.

Além do pagamento das remunerações em dívida, os trabalhadores da Cuf-Têxteis - empresa que há anos pertenceu ao grupo Quimigal - querem ver actualizados os salários, o que não acontece há cerca de quatro anos, segundo Delfim Mendes. Este dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro disse que «a situação da empresa parece normal ao nível de vendas, tendo-se verificado, nos últimos meses, uma diminuição de stocks e um acréscimo de trabalho extraordinário que não é pago».

Entretanto, um dos administradores da empresa demitiu-se há cerca de mês e meio, esperando-se a sua substituição em próxima Assembleia de Credores, uma vez que esta unidade fabril está em processo de recuperação.



A estabilidade de emprego é fundamental para melhorar a qualidade dos serviços prestados nos hospitais e centros de saúde

TRABALHADORES

Sindicato denuncia excesso no Continente

Acidente mortal após 19 horas de trabalho

O Sindicato do Comércio de Coimbra afirma que «tudo leva a concluir» que a morte de um trabalhador num acidente de viação, há um mês, «foi consequência do longo período de trabalho prestado no hipermercado Continente».

Em conferência de imprensa dada sexta-feira, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Coimbra (CESC) referiu que um relatório da Inspeção-Geral do Trabalho aponta como «causa provável o adormecimento da vítima ao volante do automóvel, devido ao cansaço provocado por uma jornada de trabalho contínua de 18 horas» - noticiou a agência Lusa.

A vítima, Luís Francisco Batista, terá iniciado as suas funções de repositor no Continente de Coimbra às 14.30 horas de 18 de Agosto e cessado às 9.30 horas do dia 19. Cerca de 15 minutos depois, quando regressava a sua casa

em Penacova, numa «ligeira curva», despistou-se e a sua viatura precipitou-se numa ravina de 150 metros de altura. Luís Francisco, de 22 anos, teve morte quase imediata, enquanto um seu companheiro de viagem sobreviveu com ferimentos graves.

De acordo com o sindicato, a Inspeção do Trabalho concluiu que os factos apurados no decurso do inquérito indiciam a «forte probabilidade de o condutor ter adormecido ao volante». Tal tese é reforçada pelo facto de o seu companheiro de viagem e de trabalho, Pedro Miguel Santos, ter sucumbido ao sono momentos antes.

Segundo o CESC, Luís Francisco Batista era considerado

trabalhador independente, mas prestava trabalho para as firmas Ambar e Esselte, subordinado a estas e às directivas de responsáveis no Continente de Coimbra.

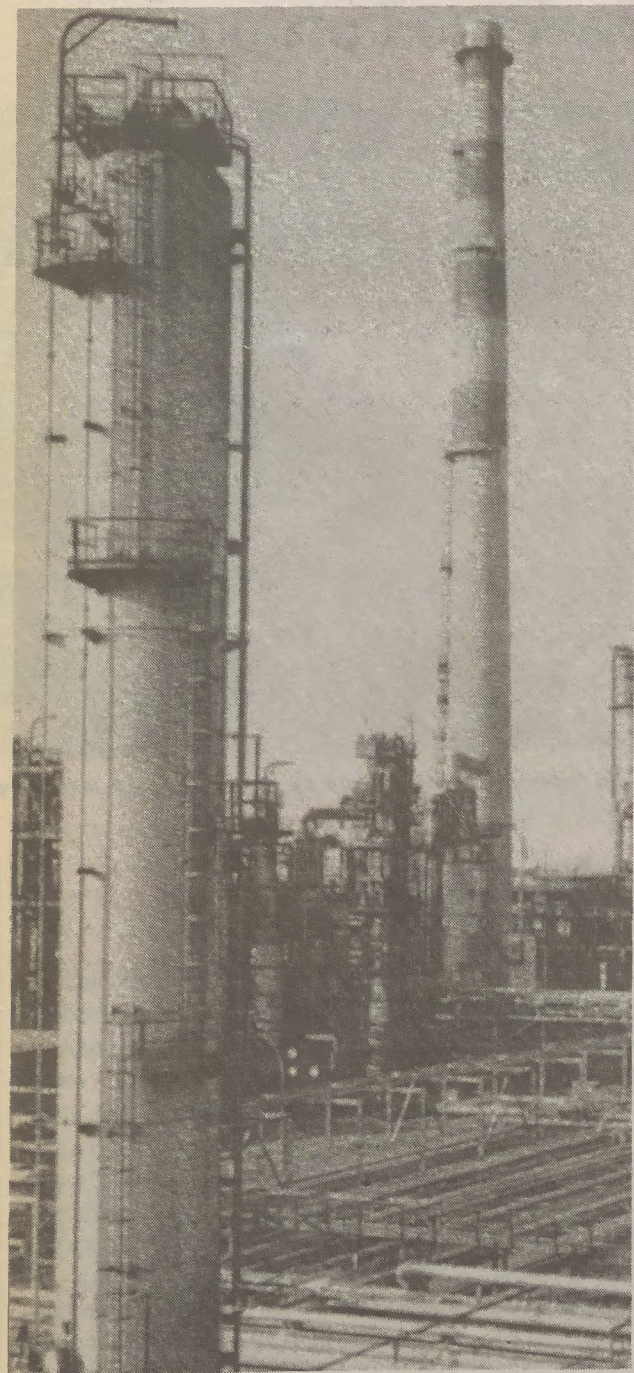
«Comprova-se a existência de uma relação de trabalho entre as duas partes, onde está compreendida uma subordinação jurídica, técnica e económica por parte do trabalhador em relação às empresas e não uma mera prestação de serviços, como estas pretendem fazer crer», considera a Inspeção do Trabalho, segundo o sindicato.

Quando o acidente assumiu repercussões públicas, o hipermercado Continente, através da direcção de comunicação do Grupo Sonae, rejeitou que Luís Francisco fosse seu trabalhador. Mais tarde, a Ambar adoptou postura parecida, ao dizer que era um profissional independente (remunerado através de «recibo verde»).

No entendimento de Joaquim

Serrão, coordenador do sindicato, face aos factos apurados, cabe agora ao Tribunal julgar «a existência de relação entre o excesso de trabalho e o acidente que causou a morte».

Em nota divulgada na conferência de imprensa, o CESC considera que «os hipermercados constituem o mais negro e violento quadro de trabalho precário», em que os trabalhadores são um «verdadeiro exército de escravos do século XX». «Mal pagos, esses trabalhadores contratados a prazo e a tempo parcial, pagos a "recibo verde", clandestinos ou alugados, chegam a ser vigiados por câmaras de vídeo estrategicamente colocadas, por chefes, subchefes ou chefesinhos, muitos dos quais sem escrúpulos e sem qualquer experiência no mundo do trabalho», refere o documento sindical citado pela Lusa, notando que sobre eles «paira sempre a ameaça do despedimento ou da não renovação do contrato».



Nova ameaça na Petrogal

Há perspectivas de agravamento da situação laboral na Petrogal, depois de ter sido anunciada a intervenção de consultores/auditores estrangeiros, para preparar uma «reestruturação» que significará certamente a destruição de postos de trabalho, «à semelhança do pretendido no passado com o recurso à Mackensies».

No «telegrama» distribuído pela Comissão Central de Trabalhadores, com data da passada sexta-feira, informa-se o resultado de uma reunião plenária da estrutura, onde foi analisada a nova ameaça ao emprego e à estabilidade na empresa. A CCT decidiu solicitar reuniões com os responsáveis da empresa (Comissão Directiva, Direcção de Pessoal e Petroforma), e vai contactar de novo o Governo (Ministério da Economia e Secretaria de Estado da Indústria), pedir uma audiência ao primeiro-ministro, ver a possibilidade de uma nova reunião com o Provedor de Justiça, apresentar uma exposição ao Procurador Geral da República e contactar todos os grupos parlamentares.

A Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal exige o fim de estudos e auditorias que têm como principal consequência a destruição de postos de trabalho. No «telegrama» a CCT manifesta-se em defesa de uma Petrogal ao serviço do País e pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Viabilizar a Valfrio

Para analisar as acções a desenvolver no prosseguimento da luta em defesa da viabilização da Valfrio foi convocado um plenário para a passada segunda-feira. A decisão, refere uma nota das estruturas representativas dos trabalhadores, foi tomada depois de uma reunião, dia 12, com o chefe de gabinete do Ministério da Economia e a administração, onde o representante do Governo informou que não existe ainda qualquer proposta concreta de aquisição que permita negociar uma solução para a empresa, apesar de não estarem esgotados os contactos com todos os interessados.

A possibilidade de compra da Valfrio por um parceiro estratégico dotado de capacida-

de financeira para a viabilizar foi dada a conhecer pelo Governo há cerca de 4 meses. Cansados de esperar, os trabalhadores deslocaram-se dia 4 de Setembro à residência oficial do primeiro-ministro.

Centro Vidreiro

Ao regressarem de férias, os trabalhadores do Centro Vidreiro do Norte encontraram as portas da empresa encerradas, sem que tenham recebido qualquer pré-aviso - revelou o Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Aveiro e Viseu. Na passada sexta-feira, decidiram encetar formas de luta em defesa do emprego e dos direitos, e concentraram-se frente à CM de Oliveira de Azeméis.

Reformados da Momp e Equimetal

«É importante o reconhecimento da injustiça, mas é mais importante repará-la», sublinha a direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, numa nota de imprensa distribuída após uma recente reunião com um responsável da Secretaria de Estado das Finanças.

Nessa ocasião, o sindicato e a comissão de reformados da Momp e da Equimetal «expuseram a situação de grande injustiça de que têm sido alvo, injustiça da responsabilidade do IPE que, desrespeitando os compromissos assumidos pela CUF e pelas administrações das empresas, deixou de pagar os complementos de reforma em 1988».

O representante das Finanças «informou que o assunto vai ser analisado pelo sr. secretário de Estado e terá uma resposta no fim do presente mês, adiantando ainda ser este um caso socialmente gritante».

Está convocada uma reunião de reformados para o próximo dia 30, no Barreiro.

Velha cultura na Telecom

«Não só quase nada melhorou, como foram refinados para pior os maus exemplos do passado», afirma a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, num comunicado em que faz o balanço de dois anos de actividade da empresa, após a fusão da Telecom Portugal, TLP e TDP, e passado «quase um ano com nova cor das camisas do Poder».

Lamentando que tenham sido frustradas as expectativas de «condições para acabar com vícios do passado das ex-empresas fundidas, como, por exemplo, a corrupção, a promiscuidade, em suma, a cultura do "tacho"», a CT afirma que «uma nova figura de "profissional", a que nós chamamos mais propriamente de "comissários políticos", parece estar a ser instituída na PT e em lugares de destaque na hierarquia». A Comissão de Trabalhadores da Telecom diz que «há dados concretos sobre alguns casos e outros se perfilam já em lista de espera», mas, «quando confrontados com a denúncia da realidade, os responsáveis refugiam-se em cassettes do tipo "se estivessem lá outros era a mesma coisa"».

No comunicado são ainda criticadas chefias, que «continuam a insistir com os trabalhadores doentes para rescindirem o contrato de trabalho a qualquer preço», e a administração, que «insiste em afirmar que o número de excedentes é grande» mas não mostra «com clareza quantos são, onde estão, quais as carreiras».

FESHOT quer 25 por cento nos bingos

Desde que, em 1994, o Governo do PSD decidiu aumentar de 25 para 35 por cento a taxa sobre o prémio do jogador, «as receitas têm substancialmente baixado, pondo em risco a actividade de muitas salas e os postos de trabalho». No comunicado em que exige a actuação do Governo, a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo alerta para «a preocupação que reina entre os mais de 2 mil trabalhadores espalhados pelo País, até porque mais de uma dezena de salas encerraram as portas».

Invocando dados económicos que «indicam claramente que a quebra das receitas nas salas se deve essencialmente ao agravamento da taxa», a FESHOT reclama do executivo «as medidas necessárias para a sobrevivência da actividade, começando por repor a taxa de 25 por cento sobre o prémio do utente».

Esta reclamação do Governo segue-se a diversas diligências feitas pela federação junto dos órgãos do poder, chamando

a atenção para o problema e exigindo medidas concretas para a sua resolução e a salvaguarda dos postos de trabalho.

Hotel Roma

Os trabalhadores do Hotel Roma, em Lisboa, entraram em greve no passado dia 11, exigindo «uma justa actualização salarial, dada a magreza dos seus salários, degradados, como acontece à generalidade dos trabalhadores, pelos valores da inflação», anunciou o Sindicato da Hotelaria do Sul, realçando que, «numa altura em que é mais que visível que ao factor trabalho cabe cada vez menor parcela da riqueza criada, não resta aos trabalhadores, face à arrogância patronal, outra alternativa que não seja a luta».

No início da paralisação, o sindicato considerou que «a disposição de luta dos trabalhadores é excelente» e acusou os responsáveis do hotel de estarem a violar a lei da greve.

TRABALHADORES

Aljustrel contra Penedos em defesa das minas

O ministro da Economia deve «tomar as devidas medidas para corrigir as declarações do sr. secretário de Estado, permitindo-nos a liberdade de lhe sugerir que o demita, pura e simplesmente, se persistir em conduta tão sinistra e desestabilizadora» - apelam o Sindicato dos Mineiros do Sul e a Comissão de Trabalhadores das Pirites Alentejanas, numa carta que enviaram segunda-feira a Augusto Mateus.

Naquele dia, em entrevista ao «DN», o secretário de Estado da Indústria, José Penedos, defendeu que nas minas de Aljustrel «não se justifica a laboração, além dos estudos para eventual apoio à Somin-cor».

As estruturas representativas dos mineiros, ressaltando que as afirmações e garantias do ministro Augusto Mateus estão aquém das reclamações dos trabalhadores e da população, sublinham na missiva enviada para a Rua da Horta Seca que «as afirmações alarmistas e liquidacionistas do sector mineiro e das Pirites, proferidas pelo sr. secretário de Estado, não coincidem com as do sr. ministro».

Recordam, em concreto, a reunião que Augusto Mateus teve com uma delegação de representantes dos mineiros e da Câmara Municipal de Aljustrel, no dia 12, e onde o ministro «voltou a reafirmar

que os projectos para a mina se traduziriam em menos ocupação de empregos e que estes projectos, bem como os relativos às actividades alternativas para Aljustrel, seriam concretizados no 3º trimestre». Na ocasião, manifestaram ao ministro «o nosso desagrado pelo atraso nas respostas, bem como a discordância pela insuficiência dos propósitos para a mina».

O resultado da reunião em Lisboa foi analisado sexta-feira, em plenário, aceitando os trabalhadores «ficar, mais uma vez, à espera das propostas escritas da administração e do Governo, para então as analisarem».

Neste contexto, as «declarações liquidacionistas e alarmistas» do secretário de Estado «justificariam a adopção de medidas e acções mais enérgicas, da parte dos trabalhadores, população e suas organizações representativas», defendem a CT e o



Os mineiros e a população continuam determinados a defender as Pirites Alentejanas e exigem o cumprimento das promessas do Governo e dos compromissos por este assumidos em Maio (foto de arquivo)

sindicato, lembrando ao ministro que brevemente deverá realizar-se novo plenário em Aljustrel.

Federação apoia

A emenda ou demissão do secretário de Estado, sugerida pelo Sindicato dos Mineiros, mereceu o apoio expresso da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. Numa nota intitulada «Desnorte na Horta Seca», o secretariado daquela

estrutura sectorial da CGTP comenta a entrevista de José Penedos, salientando que «o erro não foi o Estado meter-se na indústria, foi ter saído dela».

As declarações do secretário de Estado - que advogou o fim do sector mineiro, a continuação das privatizações (nomeadamente na Siderurgia Nacional) e a concentração monopolista do sector naval nas mãos do Grupo Mello, para corrigir o erro que teria sido a entrada do Estado na indústria -, a federação contrapõe:

- «O Estado sempre esteve metido na indústria» e «foi pela mão do Estado fascista que o capital monopolista se apropriou dos grandes sectores industriais»;

- «A ruína da metalomecânica em Portugal veio na sequência de o Estado se ter "livrado" dela, ou, mais precisamente, ter oferecido o mercado desta às multinacionais»;

- «A Siderurgia começou a andar para trás com o processo privatizador», no decurso do qual, «e só a título de exemplo, a SN Longos foi alienada para

os espanhóis da Megasa e os italianos da Riva por apenas 3,5 milhões de contos, quando só os stocks existentes estavam avaliados em cerca de 11 milhões de contos e o Estado tinha acabado de investir mais 4 milhões de contos em questões ambientais»;

- «Os problemas da naval surgiram na sequência da sua concentração nas mãos dos Mellos, num processo em que a especulação imobiliária e financeira teima em querer sobrepor-se à actividade produtiva».

E conclui: «O mal foi, nos últimos anos, ter estado à frente do Ministério da Indústria uma autêntica comissão liquidatária desta, em vez de ministros e secretários de Estado que a dinamizassem convenientemente».



Sindicatos e CTs de Lisboa preocupados com Segurança Social

«Há fortes motivos de preocupação, que se reforçaram com as medidas de selectividade anunciadas, hoje, pelo ministro da Segurança Social e apresentadas como facto consumado, ao arripio do chamado "diálogo e concertação" e de uma política social justa» - afirma-se no documento aprovado dia 12 no encontro de representantes dos trabalhadores do distrito de Lisboa.

Os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do distrito, reunidos por iniciativa da USL/CGTP e da CIL (coordenadora das CTs), verificaram ainda que, «entretanto, tarda uma reforma séria, que proteja o sistema, havendo complacência com os interesses dos lucros das seguradoras».

Para defender a Segurança Social é necessária «uma reforma fiscal que o Governo se mostra pouco disposto a emprender» e que devia reduzir, já no Orçamento do Estado para o próximo ano, a carga fiscal sobre os trabalha-

dores, reclama-se no documento.

As preocupações dos participantes no plenário incidem

lência de funções, que «consagra a redução para as 40 horas semanais e implica resistência e determinação dos quadros

patronato, terá lugar e o que ganhámos com as alterações que impusemos com a nossa luta desfazer-se-á».

prosseguimento da desregulamentação e o Governo não se demarca dessa ofensiva».

Os sindicalistas e membros de CTs de Lisboa aguardam a apresentação pelo Governo de um Orçamento do Estado «de restrição, de submissão aos critérios de convergência», ou seja, «no essencial, de continuação da mesma política económica dos últimos governos e de desinteresse pelos anseios de quem trabalha»; para tal, o Governo «vai pedir compreensão à sociedade e moderação aos sindicatos», prevê o documento aprovado dia 12.

A estes motivos de preocupação soma-se o processo de revisão constitucional, que «navega em águas pouco tranquilas para os trabalhadores, cujos direitos e garantias estão em jogo».

Outubro

Estas perspectivas exigem dos trabalhadores e seus

representantes «uma grande dinamização da acção reivindicativa a todos os níveis, visando a reivindicação de mais emprego com direitos, a salvaguarda dos actuais e um aumento significativo dos salários». O documento sublinha que «só com as nossas reivindicações na mesa, com a nossa postura negocial apoiada na mobilização, envolvimento e participação dos trabalhadores poderemos fazer vingar os nossos objectivos e defender os interesses dos trabalhadores».

Foi esta análise que levou os participantes no encontro de dia 12 a decidirem assinalar o 26º aniversário da CGTP (1 de Outubro) promovendo «o maior número possível de plenários de trabalhadores». Na última semana de Outubro será levada a cabo uma acção de protesto e luta «em torno das reivindicações dos trabalhadores e por uma inversão de política».



Aos plenários assinalando os 26 anos da CGTP vai seguir-se uma acção de protesto e luta no final de Outubro (foto de arquivo)

também sobre a entrada em vigor, a partir de 1 de Dezembro, da legislação sobre flexibilidade de horários e poliva-

sindicais e envolvimento geral dos trabalhadores», já que, «a não ser assim, a aplicação discricionária e abusiva, pelo

O processo de concertação estratégica «precisa ser atentemente acompanhado, já que o patronato pressiona para o

Defender Alcochete

O Grupo de Cidadãos que, durante os meses de Agosto e Setembro, recolheram cerca de 7.000 assinaturas (num concelho de 12.000 habitantes) no âmbito de uma Petição à Assembleia da República para defender o Concelho de Alcochete face aos impactes da Nova Ponte sobre o Tejo, fez a sua entrega, terça-feira passada, ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares. Nesta Petição pede-se à Assembleia da República que implemente as medidas legislativas necessárias para dar resposta às transformações que a construção da ponte acarreta. E que incluam «medidas de planeamento e ordenamento do território, compatibilizadas como o progresso do concelho, de estímulo ao desenvolvimento sustentável, de investimento público (local, regional e central) em equipamentos e infraestruturas, e de incentivo ao investimento empresarial e à criação de postos de trabalho».

Homenagem a Jorge Peixinho

No passado dia 14 de Setembro, encerrou-se, no Museu Municipal do Montijo, o Seminário ministrado pelo Maestro Aldo Brizzi, amigo e contemporâneo de Jorge Peixinho.

Domingo, dia 15, o Maestro Aldo Brizzi proferiu uma conferência subordinada ao tema «Estética e relação da obra de Jorge Peixinho com outros compositores dos anos 60, 70 e 80». À noite realizou-se, nos Paços do Concelho, um concerto interpretado pelo Grupo de Música Contemporânea, que interpretou obras de Jorge Peixinho e Clotilde Rosa.

No encerramento desta iniciativa a Presidente da Câmara referiu - no quadro da preocupação de divulgar a música do compositor - o lançamento, em 1 de Outubro, Dia Mundial da Música, da partitura «L'Oiseau Lire», interpretada por António Ferreirinha, iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Sociedade Portuguesa de Autores. Está ainda em preparação o catálogo das obras completas do Maestro Jorge Peixinho, com a colaboração do Grupo de Música Contemporânea.

O Alentejo em Estremoz

O MARD - Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento - vai realizar a sua Assembleia na cidade de Estremoz, em 28 de Setembro.

A Assembleia - que deverá reunir autarcas, dirigentes associativos, sindicalistas, técnicos, intelectuais, deputados - propõe-se analisar duas questões centrais: a situação de desenvolvimento económico e social no Alentejo e o processo de regionalização (balanço e perspectivas).

A Comissão Promotora do MARD é constituída pelo Conselho da Região do Alentejo, Assembleias Distritais de Beja, Évora e Portalegre e Associações de Municípios dos Distritos de Beja e Évora, do Norte Alentejano e do Litoral Alentejano.

Verdes europeus visitam Ribatejo

No quadro da sua estadia em Portugal, para participação na reunião do Executivo da Federação dos Partidos Verdes Europeus, que decorreu no passado fim-de-semana na sede nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», alguns dos membros deste Executivo, entre os quais o coordenador da Federação, o sueco Ralph Mono, deslocaram-se a Abrantes, seguindo o vale do Tejo, para tomar conhecimento de alguns problemas desta região, nomeadamente a eucaliptização.

No quadro da mesma iniciativa, a Verde alemã Heidi Meinzolt-Depner deslocou-se ao Alentejo, nomeadamente a Sines, Aljustrel e Évora.

Biblioteca em antiga cadeia

Em Beringel, no concelho de Beja, numa antiga cadeia do século XVII, foi agora inaugurada uma biblioteca. A criação desta biblioteca deve-se ao esforço conjunto da Câmara Municipal de Beja, da Junta de Freguesia de Beringel e do Instituto Nacional e do Livro.

A inauguração desta biblioteca surge na sequência da política de descentralização cultural da Câmara, que aponta para a criação de pólos da Biblioteca Municipal de Beja nos principais aglomerados populacionais do concelho. O primeiro pólo foi inaugurado em Agosto de 1995, na aldeia da Salvada. Será agora a vez da criação de uma biblioteca em Albernoa, local onde vai ficar o espólio bibliográfico do escritor alentejano Manuel Ribeiro, natural daquela aldeia.

Vialonga

No 11º aniversário da sua passagem a vila, em 21 de Setembro, Vialonga inclui, no quadro das comemorações, inauguração da Galeria de Arte da Freguesia, abertura da Exposição de Fotografia e apresentação pública do 1º Encontro de Escultura em Ferro de Vialonga.



Regularização de Imigrantes. Um processo chelo de obstáculos

Regularização de imigrantes Dúvidas sobre um processo

As deformações e obstáculos burocráticos que se vêm a verificar no processo de regularização extraordinária de imigrantes é os acontecimentos registados com a comunidade cigana em Oleiros, Évora e Beja, foram questões abordadas no encontro de uma delegação da Frente Anti-Racista - composta por Manuel Correia, José Augusto Silva e Vítor Fonseca - com o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

Em relação à comunidade cigana, a Frente Anti-Racista defende «a tomada de medidas que facilitem a integração daquela comunidade, no pleno respeito pelas suas culturas,

situação essa que não se tem verificado até ao momento».

No que respeita ao processo de regularização extraordinária dos imigrantes, as contas são simples de fazer. E significativas.

A meio do processo, que termina em 11 de Dezembro, recorrem à legalização cerca de 16 mil pessoas. Calcula-se que existem em Portugal mais de 30 mil imigrantes ilegais.

Neste quadro, a Frente denuncia diversas anomalias verificadas neste processo, em particular algumas exorbitâncias dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), e refere exemplos concretos.

«Em postos de que temos conhecimento, as perguntas de rotina feitas aos candidatos à

legalização converteram-se em autênticos interrogatórios policiais. O SEF chega a perguntar aos imigrantes a cor do autocarro que tomam quando vão para o trabalho ou o nome do café que habitualmente frequentam».

Uma pressão que se torna ainda mais acentuada «quando o imigrante tem dificuldade em fazer-se entender em português. Num dos postos da Margem Sul, o SEF, numa clara extravasão das suas competências, chegou a pedir fotocópia do pedido de atestado de residência».

A Frente Anti-Racista considera ainda incompreensível «a ausência de uma campanha de informação e sensibilização na Televisão facilitadora de adesão ao processo» e manifesta preocupação por ainda não ter sido publicada a norma regulamentadora da Lei 17/96, de 24 de Maio.

Estas mesmas questões foram recentemente abordadas pelo Partido Ecologista «Os Verdes» que, em avaliação ao modo como este processo de regularização está a decorrer, levanta algumas interrogações, referindo-se, por exemplo, à falta de apoio às Associações de Imigrantes, «essencial ao seu envolvimento e participação mais directa no processo e condição indispensável do êxito do mesmo». Ou a factos como «infortunadas operações espectaculares de caça aos clandestinos, com grande suporte da comunicação social, que mais não fazem do que intimidar os imigrantes e fazê-los duvidar do processo».

«As interrogações são muitas», sublinham «Os Verdes», pelo que urge tomar medidas «para que não haja lugar a hipocrisias, nem no futuro em Portugal, o drama dos sem papéis».

Vinho Verde a martelo

A questão do Vinho Verde a martelo vendido pela UNICER-União Cervejeira foi o tema central em debate em recente reunião da Direcção da Associação dos Agricultores do Porto (APA).

«Como se não bastassem as sagradas regras do mercado para nos obrigar a vender o vinho a preços mais baixos do que os custos de produção, deparamos ainda com um crescendo da colocação de vinho verde a martelo no mercado regional e nacional através de uma grande empresa, a UNICER», denuncia a Direcção da APA.

Concretamente, a UNICER, servindo-se da sua ampla rede de distribuição de cerveja, tem vindo a colocar no mercado uma mistura de vinhos importados da União Europeia, que vende como Vinho de Mesa (Vinho Maduro).

Simultaneamente, serve-se dessa mesma rede de distribuição para «através do boca a boca 'aconselhar' os comerciantes a vender a mesma *mixórdia* como Vinho Verde, bastando para isso dar um pouco mais de gás, e temos assim o Vinho Verde à pressão».

Note-se que tudo isto se faz a coberto da

Lei. «Basta cumprir as regras vigentes e colar nos barris um autocolante onde se pode ler (embora com muita dificuldade) *mistura de vinhos de diferentes países da UE*».

A venda de Vinho Verde à pressão foi incentivada, há cerca de quatro anos, «com a nobre intenção de aumentar as possibilidades de escoamento deste produto, adaptando-o às exigências duma franja mais jovem de consumidores», sublinha a Direcção da APA.

O problema é que, desta forma, «se vende o Vinho Verde de boa qualidade e aquele de qualidade duvidosa» sem que seja possível garantir qualquer controlo por parte da Comissão de Vitivinicultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV).

Face a esta situação, a APA «irá lançar uma grande campanha de informação e de denúncia da *mixórdia* da UNICER e outras *mixórdias* que todos os dias entram no nosso país e na nossa região, causando graves prejuízos a milhares de produtores».

A APA tenciona ainda propor a outras organizações de lavoura de Entre Douro e Minho acções conjuntas para exigir dos poderes públicos iniciativas no sentido da «retirada imediata do mercado da *mixórdia* vendida pela UNICER».

NACIONAL

Novas opções de desenvolvimento para o Alentejo

«São necessárias e urgentes novas opções e a definição clara de uma nova estratégia de desenvolvimento e de objectivos para o Alentejo» - esta uma das conclusões da reunião do Conselho da Região do Alentejo, que decorreu no passado dia 12 de Setembro nas instalações da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, em Évora.

Na reunião foi debatido um conjunto de importantes questões de desenvolvimento regional - do Plano de Desenvolvimento Integrado ao empreendimento do Alqueva, e ainda o Processo Rodoviário Nacional -, de par do balanço e perspectivas do Processo de Regionalização, evolução da situação social e laboral e apreciação das actividades do Conselho da Região.

O Conselho da Região Alentejo elaborou ainda um conjunto de projectos - com «previsíveis impactos no sistema produtivo e na criação de emprego sustentável e estável» - a apresentar ao Governo.

No comunicado aprovado na reunião de Évora - «Evolução

da situação, no Alentejo, em 1996 e algumas propostas para 1997» - destaca-se a continuada degradação da situação económica e social e, no plano laboral, «um agravamento do desemprego estrutural com a taxa de desemprego total a ultrapassar os 18% em finais de Junho de 1996 (em Dezembro de 1995, situava-se nos 17,7%)».

Neste quadro referem-se alguns significativos indicadores da situação de exclusão social e pobreza.

Entre 1988 e 1996, «apenas uma média de 40% dos desempregados auferia um subsídio social e, sempre, de montante muito baixo».



O Alentejo precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento

Uma realidade a que há que acrescentar «uma política de salários e pensões de reforma muito baixos, o que gera pobreza estrutural e exclusão social. Escassez de oferta de trabalho, trabalho sazonal e precário». Que se traduz no facto de Portugal ser o país «com mais eleva-

da taxa de pobreza na União Europeia» enquanto o Alentejo apresenta «uma taxa de pobreza da ordem dos 30%».

Um outro dado é um aumento crescente das desigualdades na distribuição do rendimento nacional, fruto da política nacional e comunitária. «Os cinco por

cento mais ricos concentram um terço da riqueza do país. Os dez por cento mais ricos concentram metade. Em contrapartida, a metade mais pobre da população portuguesa detém, apenas, seis por cento da riqueza nacional».

Impõem-se, assim, «novas opções e a definição clara de

uma nova estratégia de desenvolvimento e de objectivos para o Alentejo».

O Conselho da Região propõe a elaboração conjunta de um **Plano de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo**, tendo como *objectivos centrais*: definir «uma estratégia clara, dar coerência e articular os projectos e investimentos»; criar «uma nova base económica regional, com as adequadas reformas democráticas e a dinamização do sistema produtivo» e «melhorar as condições de vida dos trabalhadores, da juventude e das populações em geral».

O comunicado aprovado em Évora refere ainda outras questões candentes, como os atrasos e indefinições em relação ao Alqueva e o processo de regionalização, em que é clara «a opinião, democraticamente expressa, da maioria das Assembleias Municipais da Região, no sentido da criação de uma única Região Alentejo».

«Nós as Mulheres» 5.º Congresso do MDM em síntese

Um novo número de «Nós as Mulheres», edição do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), acaba de sair.

A publicação é inteiramente dedicada ao 5º Congresso do MDM, realizado em Maio de 96, e inclui extractos de diversas intervenções no Congresso, com temas que vão desde cidadania ou trabalho, até educação sexual ou protecção da maternidade/paternidade.

Esta edição de Setembro de «Nós as Mulheres» inclui ainda a Declaração do MDM às Mulheres Portuguesas e



destaca duas importantes iniciativas: a realização em Lisboa, em Novembro próximo, do Congresso A Mulher e o Desporto (com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa)

e o Apelo às mulheres portuguesas para «transformarem o dia 8 de Março de 1997 numa grande jornada de luta pelo exercício dos seus direitos à igualdade».



O regresso às aulas

Uma semana para a abertura do ano escolar

O ano lectivo abriu oficialmente dia 16. Mas, na verdade, a abertura do ano escolar deverá ocorrer até dia 20 e as aulas propriamente ditas terão o seu início segunda-feira, dia 23.

Segundo os números oficiais, são 3.257 os jardins de infância e 10.109 as escolas do ensino básico e secundário a abrir portas neste período, englobando um conjunto de largas centenas de milhares de jovens e adolescentes, apesar do declínio registado em termos de natalidade, com claros reflexos já ao nível do primeiro ciclo do ensino básico.

Nas Universidades, o ano inicia-se entre sobresaltos, ficando por preencher mais de três mil vagas no ensino superior público.

E cedo ainda para qualquer balanço das condições do início deste novo ano lectivo. Numa primeira apreciação do regresso das crianças e jovens às escolas, na Região Norte, o Sindicato dos Professores do Norte sublinha que «há desde já algumas questões que têm de ser acauteladas no actual ano lectivo».

Em declarações à Lusa, José Paulo Serralheiro, responsável deste sindicato, referiu «a criação de

turmas de repetentes e de currículos alternativos», como orientações que causam particular preocupação.

Para João Paulo Serralheiro, «a prazo, esta situação criará um sistema tripartido semelhante ao que se aplica no Canadá, com escolas do tipo A, B e C». O Sindicato dos Professores do Norte defende que «uma escola democrática é a que acolhe de igual modo o filho de um ministro ou de um médico e o de uma prostituta ou de um operário».

Também a situação gerada no ensino superior levanta desde já protestos. A Comissão Executiva da Ecolojovem - «Os Verdes» afirma, em comunicado, a sua preocupação por terem ficado por preencher mais de 3.000 vagas no ensino superior público, «acrescendo ainda o facto de o ensino superior público oferecer um número de vagas muito reduzido (perto de 3.800) e inclusivamente mais reduzido do que a oferta actual do ensino superior privado (perto de 4.000)».

A Ecolojovem considera que a nota mínima «demonstrou ser um verdadeiro método de exclusão no acesso ao ensino superior» e exige a sua eliminação.

Revista «Poder Local» nova série

Saiu em Setembro o nº 128 da Revista «Poder Local».

Com novo formato, este número inaugura uma nova série marcada por abordagens temáticas, que, a par de aspectos de actualidade, procurará constituir-se como um espaço de reflexão e debate sobre os principais problemas do Poder Local.

Dedicado ao tema «Regionalização, Democracia e Desenvolvimento», o presente número da Revista contém artigos sobre «Regionalização: conceito, modelos e processo institucional», de Luís Sá; «Regiões Administrativas em Portugal: com que poderes e meios», de Jorge Cordeiro; «A Regionaliza-

ção e a coesão nacional», de João Saraiva; «Modelo especial de Regionalização», de Manuel Veiga; «O futuro papel dos municípios e das Regiões na gestão da água e do saneamento em Portugal», de Rui Godinho; «Alguns contributos dispersos em defesa da regionalização», de Carlos Pinto Sá; «Por uma Regionalização eficaz», de Moisés Cayetano Rosado.

Estão ainda contidos na secção Estudos Administrativos os artigos «As finanças locais em Portugal», de Jorge Pinto, e «Reflexões sobre o 2º quadro comunitário de apoio (QCA) e a gestão dos fundos comunitários», de Octávio Almeida.

INTERNACIONAL

(Des)União Europeia convocada para Dublin

Opiniões

O ministro dos Assuntos Europeus alemão, Werner Hoyer, recusa incluir o emprego entre os objectivos da União Europeia (UE), a pretexto de que isso permite aos Estados-membros fugir às suas responsabilidades na matéria.

A curiosa opinião, que não é nova, voltou a ser defendida num artigo publicado a semana passada no diário francês Le Monde. Segundo Hoyer, os Estados «não devem ter a possibilidade de fugir às suas responsabilidades em matéria de criação de empregos na União Europeia». Esse «seria o caso, precisamente, se o emprego se tornasse um dos objectivos do Tratado». Para criar empregos, considera Hoyer, a UE deve trabalhar para «eliminar as fronteiras e levantar todas as espécies de obstáculos». Para o ministro alemão, «os programas de luta contra o desemprego financiados a crédito à escala europeia (...) não resolvem os problemas de fundo do desemprego, mas, ao contrário, acentuam-nos».

Áustria ignora PE

A maioria dos austríacos, cerca de 84 por cento, ignora o que é o Parlamento Europeu, revela uma sondagem publicada há dias.

A cerca de um mês das primeiras eleições europeias que se realizam no país (a Áustria aderiu à União Europeia em Janeiro de 1995), a sondagem revela que, apesar da sua ignorância, cinquenta por cento dos inquiridos manifestaram a certeza, ou quase, de que irão votar no próximo dia 13 de Outubro. Apenas 35 por cento disseram saber em quem provavelmente irão votar, enquanto metade dos inquiridos se manifestou céptico quanto à importância do seu voto, afirmando pensar que o mesmo «não mudará nada» na política europeia. A sondagem foi realizada em Agosto pelo Instituto Spectra junto de 1.000 eleitores.

Tchernobyl vai encerrar

A União Europeia vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para conseguir o encerramento da central nuclear de Tchernobyl no ano 2000, afirmou sexta-feira em Kiev o comissário europeu Hans Van den Broek, citado pela Lusa. O comissário europeu falava após assinar um acordo, em nome da UE, concedendo à Ucrânia 700 milhões de dólares ao longo dos próximos três anos. Aparentemente, a recente ameaça da Ucrânia de adiar o encerramento da central se os países ocidentais demorassem a concretizar a ajuda financeira prometida em troca, deu resultado.

Votação adiada

A votação de um projecto de lei que prevê a atribuição às mulheres de 33 por cento dos lugares no Parlamento Federal e nas assembleias

A cimeira informal de Dublin do próximo dia 5 de Outubro, alegadamente destinada a fornecer aos Quinze o impulso necessário para que os trabalhos da Conferência Intergovernamental (CIG) permitam a apresentação, no Conselho europeu de Dezembro, de matéria substantiva para a revisão do Tratado de Maastricht, ameaça transformar-se na prova provada de que os Estados-membros da União Europeia continuam incapazes de encontrar o consenso indispensável para o que dizem ser a sua máxima aspiração.

A presidência irlandesa, empenhada no cumprimento do calendário estipulado, tem sobejos motivos de preocupação. Na reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de 7 e 8 de Setembro, em Tralee (Irlanda), os Quinze não conseguiram esconder as suas divergências sobre as grandes questões de política externa da actualidade, nomeadamente no respeitante ao ataque dos EUA ao Iraque. E no entanto uma política externa e de segurança comum (PESC) é um dos pilares ditos essenciais da anunciada reforma das instituições da União Europeia.

A crescente frustração sobre a incapacidade da UE em tomar decisões nos momentos mais cruciais é reconhecida pelo próprio presidente da Comissão, Jacques Santer, que não se cansa de falar na necessidade de dar eficácia ao funcionamento da UE, sobretudo tendo em conta o seu alargamento. A questão que se coloca é a de saber se tal será possível, sobretudo tendo em conta a disparidade de interesses em jogo.

Em Tralee, os ministros ouviram o relatório de Noel Dorr, presidente do grupo dos seus representantes pessoais para a Conferência, fazer o ponto da situação. Posteriormente, num encontro com a imprensa, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hervé de Charette, não conseguiu ir além da afirmação de que os Quinze tinham «marcado uma etapa» no processo reafirmando a sua «determinação» de respeitar o calendário e de assumir «as suas próprias responsabilidades». Esclarecedor. Clarezza idêntica só na garantia de que a cimeira extraordinária deverá abordar as questões-chave, incluindo a das «cooperações reforçadas de que a União Europeia terá necessidade no futuro».

Bem mais concreto foi o ministro alemão, Klaus Kinkel, que anunciou um «seminário» franco-alemão para 2 de Outubro, em Paris. Ou seja, o eixo Paris-Bona acerta agulhas antes do espectáculo mediático do encontro dos Quinze. E não se descarta o arregimentar de apoios, em particular junto dos parceiros de maior peso. Como diz o ministro francês, «a França e a Alemanha partilham o sentimento de que é preciso entrar a fundo na matéria e de que têm coisas a dizer e um papel a desempenhar em conjunto, com outros também». É por isso que até à cimeira informal de Dublin

terão lugar as cimeiras franco-italiana e franco-espanhola.

A Grã-Bretanha, por seu turno, não se mostra mais entusiasmada do que de costume. Considera mesmo, segundo Malcom Rifkind, secretário do Foreign Office, que há demasiadas cimeiras de duvidosa utilidade, já que «nada estará pronto tão cedo e será difícil (em Dublin) fazer avançar alguma coisa». Para Rifkind, a CIG já fez no entanto progressos, no que respeita à PESC, com o reconhecimento generalizado de que a ideia de tomar decisões por maioria nesta matéria não é «realista», o que «foi sempre o caso».

Das palavras às omissões

A realidade parece comprovar a posição britânica. Em Tralee, os Quinze viram-se em palpos de aranha para dissimular as suas divergências sobre a questão iraquiana. Entre os ingleses, que foram os únicos a apoiar declaradamente os bombardeamentos norte-americanos no Iraque, e os franceses, que abertamente condenaram a intervenção, não houve aproximação

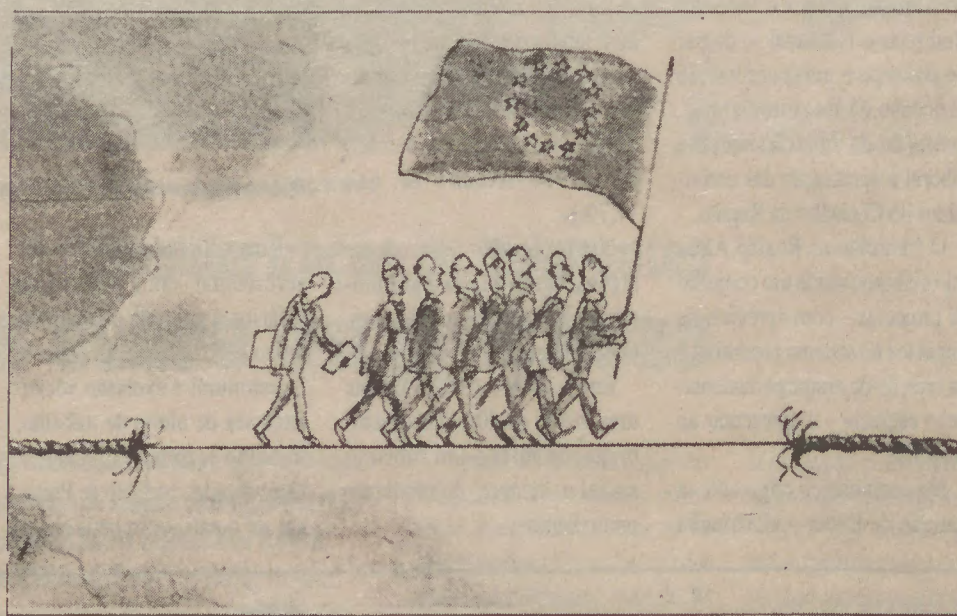
possível. O resultado foi um consenso formal em torno da «defesa da integridade territorial do Iraque, a condenação do ataque de Saddam Hussein aos curdos e o apelo às Nações Unidas para que levante a suspensão da aplicação da resolução 986, que estabelece a troca de alimentos por petróleo». É a linguagem diplomática a esconder as diferenças, com cada qual a fazer as leituras que melhor convêm aos seus interesses. Para Hervé de Charette, por exemplo, quando

Helms-Burton, que penaliza o comércio com Cuba, bem como à lei Amato-Kennedy, de idêntico teor mas nas relações com a Líbia e Irão, que em Julho se anunciava dever ser radical, de grande firmeza e unidade, foi protelada para depois das eleições presidenciais americanas de Novembro próximo. A «retaliação» prometida para Setembro não chegou sequer ao papel.

Quanto à Bósnia, o consenso assenta todo nas dúvidas quanto ao papel da UE na região no

realizado, o mesmo não se pode dizer quanto às formas que deverá assumir.

No respeitante ao Médio Oriente a situação é idêntica. Enquanto o novo governo israelita, com o beneplácito dos EUA, prossegue uma política de asfixia económica da Palestina e aposta na cada vez mais rápida instalação de colonatos nos territórios árabes ocupados, a UE marca passo no que deveria ser uma política activa em prol do processo de paz na região. Em



se fala de «integridade territorial» isso é para ser tomado em todos os sentidos, o que implica a velada condenação de eventuais incursões turcas no norte do Iraque. Uma posição, como se sabe, não partilhada pelos britânicos.

Mas as divergências não se ficam por aqui. Outra das questões em agenda, a das relações com os EUA, foi igualmente deixada em stand by. A resposta da UE à lei norte-americana

futuro próximo. Convencidos de que uma presença militar internacional continuará a ser necessária uma vez terminado o mandato da IFOR, em Dezembro, os Quinze vêem com crescente desgosto o papel preponderante dos EUA no terreno, quando o principal da factura é pago pelos bolsos comunitários (52 por cento do orçamento da reconstrução é assegurado pelos europeus). Se o desejo de protagonismo visível na Bósnia é gene-

agenda permanece o projecto de enviar a *troika* (Irlanda, Itália e Holanda) a Jerusalém para dialogar com todas as partes, mas continuam a faltar propostas concretas para um decisivo apoio aos palestinianos.

Enfeudada à lógica do capital transnacional e dos interesses do imperialismo, a UE assemelha-se cada vez mais, ao que de facto é, na sua essência. E as operações de charme para consumo público enganam cada vez menos gente.

Direitos Humanos na UE Parlamento Europeu aprova relatório (afinal «esquerda» e «direita» ainda existem!)

O Parlamento Europeu, que se encontra reunido em sessão plenária, em Estrasburgo, até amanhã, aprovou na passada terça-feira o relatório anual sobre o respeito dos Direitos do Homem na União Europeia, relativo a 1994.

A discussão deste documento constitui, periodicamente, um momento de introspecção, uma espécie de auto-reflexão ou mesmo «terapia de grupo» que os membros do PE fazem. Talvez por ser o momento em que a UE, sempre arvorada em arauto e referência dos direitos humanos e liberdades individuais no Mundo, se vê obrigada a olhar para si própria e a reconhecer a existência de inúmeros e bem frágeis telhados de vidro. Isto numa área tão cara às chamadas «democracias ocidentais», na qual se consideram especialistas e exemplos (refira-se que o relatório relativo a 1993 nunca foi aprovado e que apenas agora – 1996! – se aprova o relatório de 1994). A desmentir esta frágil ilusão, note-se que, no relatório da Amnistia Internacional de 1994, por exemplo, dos 12 países que à data constituíam a União Europeia, apenas a Bélgica não recebe nenhuma referência.

Além disso, outras questões suscitadas pelo documento explicam a agitação vivida entre Bruxelas e Estrasburgo.

Elaborado pela deputada espanhola Esteban Martin, do Partido Popular, logo aquando da discussão preparatória do documento na Comissão das Liberdades Públicas e dos Assuntos Internos ficou bem patente o aceso debate que se iria seguir.

Nessa instância, o relatório foi alvo de 130 emendas, tendo sido

aprovado com 15 votos a favor (socialistas e verdes), 10 contra (PPE) e 3 abstenções (refira-se que nenhum dos deputados do PCP é membro da referida comissão). As profundas alterações introduzidas por todas as emendas aprovadas ao texto original fizeram com que o PPE votasse contra em bloco e a própria relatora se abstivesse.

Em oposição estavam, por um lado, a estrutura original do relatório, que preconizava uma abordagem clássica do tema dos direitos humanos, colocando todo o ênfase nos tradicionais «direitos fundamentais», como a protecção da vida e da liberdade individual, da liberdade de expressão e de associação – os famosos «direitos, liberdades e garantias». Do outro lado, surgiu um documento praticamente novo, abordando a questão a partir de um conceito de direitos do homem mais progressista, enriquecendo o «modelo» anterior com direitos fundamentais de carácter social, económico, ecológico e cultural (o direito ao trabalho, à saúde, à habitação, à educação, etc.).

A votação da proposta de resolução do relatório em plenário foi um autêntico barómetro da tensão que o mesmo provocou: os 126 pontos que o constituem foram quase todos votados individualmente e em quase todos se verificou uma diferença tangencial (207 votos a favor, 204 contra e sete abstenções, por exemplo), havendo mesmo casos em que o resultado foi um empate (sendo nesse caso o ponto em questão rejeitado). Assim, não poucas foram as vezes em que a tradicional votação de braço no ar teve de ser «ratificada» pelo recurso à confirmação electrónica. Na votação final participaram 431 deputados que aprovaram o documento por 223 votos a favor, 158 contra e 50 abstenções.

INTERNACIONAL

O ataque ao Curdistão e os interesses dos EUA

O recente ataque de Saddam Hussein à cidade de Erbil no Curdistão iraquiano, seguido dos bombardeamentos norte-americanos no Sul do Iraque vem de novo trazer para a tona da actualidade a grave situação regional e as diferentes interpretações sobre o significado do ataque iraquiano e do ataque dos EUA.

Depois da guerra do Golfo, o Norte do Iraque (Curdistão iraquiano) foi colocado sob a protecção dos EUA, França e Grã-Bretanha, tendo o Iraque sido impedido de aí exercer a sua soberania nacional.

Nestas circunstâncias, diferentes formações políticas curdas tomaram o controlo dessa parte do Iraque, nomeadamente a União Democrática do Curdistão de Barzani (UDK) e a União Popular do Curdistão (UPK) de Talabani. Também o Partido Curdistão Curdo, saído dos curdos existentes no Partido Comunista Iraquiano, passou a actuar nessa região e contava com um ministro no governo curdo que na prática nunca funcionou, devido às rivalidades entre a UDK e a UPK.

A importante parte da oposição a Saddam Hussein, concretamente o Partido Comunista Iraquiano, tem as suas bases de actuação no Norte do Iraque, designadamente em Erbil.

Para fugir ao feroz bloqueio imposto, os iraquianos têm o Norte (Curdistão) e a fronteira com a Jordânia. Pelo norte passa o oleoduto para a Turquia e um intenso mercado negro que permite a quem o controle significativos rendimentos.

A zona conflui com vizinhos turcos e iranianos e constitui uma das zonas mais sensíveis de todo o Curdistão. Ali se concentram as várias formações curdas,

recebendo diferentes apoios, consoante os interesses destes três países. Na prática, todos os países combatem os curdos e a ideia de um Curdistão independente, mas cada um tem procurado apoiar ora esta ora aquela formação contra este ou aquele regime.

No caso vertente, Talabani conta hoje com o apoio do Irão e Bazani com o apoio da Turquia e de Saddam Hussein. Neste complexo jogo de xadrez, os inimigos dos inimigos passam muitas vezes para o rol dos amigos... assim o entendem os norte-americanos.

Era impossível a Saddam Hussein movimentar as suas tropas sem que os satélites dos EUA não se tivessem apercebido dessas movimentações, o que equivale a dizer que os EUA tiveram conhecimento dessa movimentação. E não impediram o ataque, o que se quisessem tinham impedido, pelo que a conclusão a retirar só pode ser a de que a investida de Saddam aproveitava aos EUA...

Saddam Hussein foi combater ao lado dos seus aliados curdos, armá-los e derrotar Talabani, com a luz amarela dos EUA.

Mas Saddam não ajustou contas apenas com Talabani. Assassinou pelo menos doze dirigentes do P.C. Curdo, prendeu centenas de activistas do PC Iraquiano, e de outras forças democráticas do Iraque. Saddam Hus-



sein também foi ao Curdistão para reprimir o campo democrático iraquiano.

Clinton e os seus homens conheciam bem as intenções de Saddam e por isso não se opuseram, porque no fundo o crime de Saddam aproveita também a outros.

O xerife

A retaliação dos EUA no Sul mostra, por um lado, que o xerife do mundo dispara quando e como quer, e os seus disparos fazem lei. E, por outro lado, mostra que os EUA estão disponíveis para empreender acções agressivas contra outros países desde que delas resultem aumentos na votação do candidato presidencial que ocupa a Casa Branca.

No intrincado processo político que determina a evolução política do Médio Oriente é um facto indelével que um Iraque com soberania em todo o seu território, podendo utilizar os seus recursos numerosos, constituirá um novo peso político-económico que os EUA não querem, salvo se à frente do Iraque estiver um homem ou um regime de sua confiança.

Quando os analistas e comentadores se interrogavam acerca das razões que levaram George Bush a manter Saddam Hussein, a peneira do tempo vem mostrando que havia razões de monta por muito contraditórias que parecessem...

Objectivamente um líder como Saddam Hussein, um ditador, derrotado e humilhado, impede o Iraque de ter o peso que podia ter no Médio Oriente. E o bloqueio, enfraquecendo o país, castiga sobretudo o povo e o país, pois o regime tem encontrado meios para sobreviver.

É pois por de mais evidente que a entrada das tropas iraquia-

nas no Curdistão serve os interesses do regime iraquiano, enfraquece as posições dos iranianos e teve o piscar de olhos dos EUA.

O "inimigo" dos EUA na região, o Irão, é o "inimigo" histórico do Iraque. Assim se fazem os amigos, quando o que conta são os sórdidos interesses estratégicos ou de sobrevivência.

Os EUA e a CIA apoiam o desprestigiado Conselho Nacional Iraquiano e querem substituir Saddam por alguém do CNI ou da sua confiança. Só que até lá Saddam também pode ajudar a combater as forças que podem contribuir para uma alternativa democrática a prazo.

Não se pode deixar de sublinhar o facto dos curdos serem instrumentalizados pelos diferentes regimes para enfraquecer os regimes adversários. Os governantes turcos que combatem o PKK ajudam Barzani, enquanto o Irão, adversário do Iraque, ajuda Talabani. Os sírios dão guarida a Talabani e ao PKK. Entretanto o povo curdo, com cerca de 15 milhões de habitantes, continua a viver de êxodos, perseguições, extermínios, repressões e opressões.

Os EUA e o Ocidente são responsáveis por esta política porque sempre apoiaram a Turquia e a sua política de quase extermínio dos curdos, e o Iraque de Saddam quando este arrasou centenas de aldeias curdas.

É certo, porém, que sem a unidade dos movimentos democráticos de carácter nacional curdo, em convergência com a luta libertadora dos povos árabes, turco e iraniano, não vai ser possível derrotar os desígnios das potências capitalistas e seus valetes na região.

Bósnia Votar para dividir

As eleições do passado sábado, na Bósnia, confirmaram o que toda a gente já sabia: os acordos de Dayton puseram fim à guerra mas não ao separatismo cavado entre a população. Os diferentes escrutínios, baseados nas diferentes «etnias» - termo em voga para acentuar diferenças, mesmo (ou sobretudo?) quando são meramente de carácter religioso e/ou essencialmente políticas - consolidaram a divisão. Os croatas votaram nos croatas, os sérvios votaram nos sérvios, os muçulmanos votaram nos muçulmanos. Pretender que este é o «primeiro passo» para um projecto de futuro não passa de pura hipocrisia. De resto, não podia ser de outro modo. Os dados do processo estão viciados desde a primeira hora e a batota fez sempre parte do jogo que continua a decorrer na região.

De acordo com os números divulgados pela Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), cerca de 60 a 70 por cento dos eleitores inscritos participaram nos escrutínios, mas todo o prognóstico do que será o futuro da presidência colegial eleita será pura especulação.

Ao fazer eleger uma presidência composta por três membros (um sérvio, um croata e um muçulmano) e parlamentos em cada uma das entidades políticas (República Srpska e Federação croato-muçulmana), a comunidade internacional, sob a batuta dos EUA, sancionou umas eleições que não foram livres nem democráticas, porque não podem ser livres nem democráticas eleições alicerçadas na divisão étnica. Como não são livres nem democráticas quaisquer eleições onde os candidatos não dispõem das mesmas oportunidades. Porque não podem ser livres nem democráticas eleições dirigidas por «árbitros» que favorecem uns em detrimento de outros.

O muçulmano Alija Izetbegovic, o sérvio Momcilo Krajisnik e o croata Kresimir Zubak vão, teoricamente, coexistir na presidência tricéfala, uma das duas instituições comuns do país, juntamente com o parlamento. A Bósnia, essa, continua adiada.

legislativas dos 25 Estados da União Indiana, foi adiada para Novembro, após aceso debate na câmara baixa do Parlamento indiano. Durante o debate, membros do Partido Socialista, do Primeiro-ministro, Deve Gowda, pediram que a proposta incluía também lugares para as mulheres das castas baixas. O presidente da câmara, Purno Sangma, decidiu reenviar o projecto para revisão para uma comissão parlamentar.

Lebed na Bielorrússia

O Secretário do Conselho de Segurança russo, Alexander Lebed, acordou com a Bielorrússia ultimar até ao fim do ano os planos para retirar todas as armas nucleares que ficaram no território bielorrusso depois da desintegração da URSS. Segundo informações veiculadas pela Lusa, o porta-voz de Lebed, Alexander Barkhatov, informou que no encontro deste com o seu homólogo bielorrusso, Viktor Sheiman, abordaram também aspectos da cooperação militar entre a Rússia e a Bielorrússia, que levam a cabo uma política de aproximação acelerada dentro da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

Em particular, concretizou-se a criação de um sistema conjunto da defesa antiaérea, de especial importância para ambos os países antes de um alargamento da NATO à Europa de Leste, a anunciar brevemente, e ao qual Moscovo e Minsk se opõem.

Lebed reuniu-se antes com o Presidente da Bielorrússia, Alexander Lukachenko, e participou numa reunião de directores dos serviços secretos dos países membros da CEI.

Irlanda

A saída para o impasse no Ulster, segundo o Primeiro-ministro irlandês, John Burton, está na vontade de partilhar o poder, renunciar à violência e aceitar diferenças entre as chamadas «duas minorias» na Irlanda do Norte. Discursando numa sessão conjunta das Câmaras do Congresso norte-americano, Burton pediu «aos Nacionalistas e Unionistas para aceitarem um quadro político que lhes permitirá assumir responsabilidades na solução de problemas quotidianos que afectam a vida de um milhão e meio das pessoas na Irlanda Norte, e para o fazerem em harmonia e cooperação com o povo da Grã-Bretanha e o resto da Irlanda».

O Primeiro-Ministro irlandês, de visita aos EUA, lembrou que os partidos já tinham chegado a acordo sobre muitas coisas: que a forma de governo devia ser democrática, devia haver uma carta de direitos, existir ligações entre a Irlanda do Norte e o resto da Irlanda, e que cada grupo político e étnico devia ser respeitado.

«Este é um acordo que está ao nosso alcance», garantiu.

De todo o processo resultou um documento que, apesar de poder ter ido mais além, conseguiu (além de ser aprovado, o que, por si só já é uma vitória) introduzir elementos extremamente importantes na análise e discussão dos direitos humanos, com a introdução de uma forte componente de preocupação social. Conseguiu também trazer à discussão temas e problemas que fazem parte do nosso quotidiano cuja privação ou negação constituem um obstáculo à realização plena do ser humano.

O Parlamento Europeu considera, por exemplo, que «dois direitos humanos importantes são os direitos dos trabalhadores à associação num sindicato e o direito à manifestação, incluindo o direito à greve, sem ameaças de despedimento», que «a educação de base constitui um direito fundamental devendo por isso ser livre, gratuita e generalizada» (apesar da introdução da expressão «de base», que foi proposta pela «direita» - PPE, no caso - e aprovada por 210 votos a favor e 196 contra, em mais um exemplo de como a votação foi renhida, sendo por vezes decidida, como nesta situação, pela orientação de cerca de 20 votos «flutuantes» de liberais e socialistas), considera o trabalho como outro direito fundamental de todos os cidadãos europeus e sublinha também o direito de «viver no ambiente menos poluído possível».

Será interessante verificar a votação dos diferentes partidos portugueses quando forem distribuídas as listas com as indicações dos votos personalizados (o que foi impossível fazer antes do fecho desta edição) por forma a testar a sua coerência em relação a uma série de posições de princípio.



O ambiente fraterno é uma grande atractivo



Passados 20 anos, a Festa do «Avante!» conserva toda a sua vitalidade e características essenciais, conseguindo ainda hoje inovar e concretizar experiências pioneiras no nosso país. Desta foi o concerto sinfónico num recinto habitualmente destinado ao rock. Com um extenso programa político e cultural, é na diversidade que reside uma das principais razões do sucesso da Festa, como explica, ao nosso jornal, Jorge Pires, membro do Secretariado do PCP e responsável pela Festa do «Avante!».

A Festa dos 20 anos conservou o espírito da primeira Festa?

Jorge Pires - No fundamental mantiveram-se o espírito e as características da primeira Festa, apesar de ter havido uma grande evolução em todas as áreas. É uma grande festa popular que continua a ser construída e mantida graças ao trabalho voluntário não só dos militantes comunistas mas de muitos simpatizantes (nas jornadas de trabalho registámos cerca de 5.500 participações); é uma festa que continua a ter um programa político, cultural e recreativo diversificado e de grande qualidade que, tal como em 1976, consegue ser pioneiro nalguns aspectos. Este ano tivemos o concerto de música sinfónica ao ar livre para uma plateia de cerca de 40 mil pessoas, acontecimento inédito no nosso país que poderá ter aberto uma época de grandes concertos deste tipo em Portugal.

Mas os grandes nomes da música internacional que eram habitualmente, cabeças de cartaz da Festa há muito que deixaram de estar presentes. Lembro-me (toda a gente se lembra) por exemplo do Chico Buarque. Por outro lado, hoje os concertos abundam em Portugal, e ainda recentemente tivemos a experiência do Festival de Vilar de Mouros. Não há o risco de a Festa perder o seu poder de atracção?

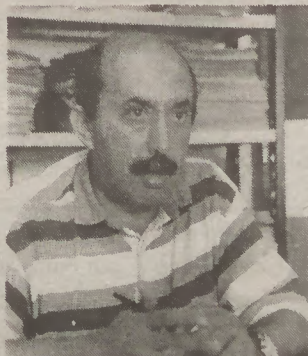
Penso que não. A Festa tem vantagens em relação aos concertos que se realizam em estádios de futebol ou mesmo num festival como o de Vilar de Mouros. A Festa oferece um conjunto muito diversificado de espectáculos, que abrange não só vários géneros musicais, com ainda teatro e cinema, ou seja uma diversidade e quantidade que outras iniciativas não oferecem. Nos três dias da Festa, só nos palcos centrais oferecemos entre 130 a 140 horas de espectáculos. Vilar de Mouros limitou-se a ser um festival de rock, outros concertos realizam-se com um ou, no máximo, dois grupos, se considerarmos aquele que faz a abertura.

A diversificação do nosso programa, e a qualidade que asseguramos, permite-nos atrair à Festa muito do público que frequenta normalmente os concertos, mas também aqueles que não se revêm num festival de rock, ou num concerto de estádio. Na minha opinião, nada temos temer com a concorrência. Este ano, por exemplo, a Festa realizou-se no meio de um intenso calendário de espectáculos de ar livre e pelo que pudemos avaliar não tivemos menos gente do que no ano anterior.

É ou não verdade que as grandes estrelas internacionais já não vêm à Festa?

A Festa do «Avante!» continua a ser pioneira em Portugal

Entrevista com Jorge Pires



Desde sempre vieram à Festa grandes artistas que eram desconhecidos ou pouco conhecidos no nosso país e que passaram a ter grande popularidade. Mesmo entre os músicos brasileiros que actuaram na Festa, talvez apenas o Chico Buarque fosse já na altura um nome famoso em Portugal.

É claro que o nosso orçamento não comporta os supercachets que certos grupos exigem. As superestrelas vêm a Portugal quase sempre com o apoio de bancos ou de grandes empresas que cobrem qualquer risco, como é o caso de Tina Turner, cujo espectáculo é apoiado pela Telecel. São espectáculos que custam muitas dezenas de milhares de contos. Recordo, a propósito, que o preço da Entrada Permanente foi este ano de dois mil escudos... para três dias de Festa!

A Festa tem-se caracterizado também por atrair pessoas de todas as escalões etários. Porém, nos últimos anos, os jovens são a esmagadora maioria...

Creio que não será um defeito, mas antes uma virtude da Festa do «Avante!» ter uma grande participação de jovens. De facto, segundo os vários estudos que realizámos nos últimos três anos, no interior da Festa, a maioria dos participantes tem idades até aos 25 anos. Contudo, a nossa aposta na diversidade da programação visa exactamente contemplar todos os gostos musicais e agradar aos diferentes escalões etários. Essa é uma das razões pela qual a Festa nunca foi nem será um festival de rock e nos levou, este ano, a realizar o concerto sinfónico no palco 25 de Abril. Contudo, um palco com aquelas dimensões não comporta qualquer género musical e são normalmente os grupos rock que melhor se adaptam a aquele espaço.

Para além da música, o que é que os jovens procuram na Festa?

Naturalmente que os espectáculos, nomeadamente os grupos da área do rock, são a grande atracção mas uma parte importante dos jovens vai à Atalaia também pelo

ambiente que lá se vive - de liberdade, de fraternidade, de solidariedade, de convívio.

Esse ambiente não estará a ser ameaçado por fenómenos de violência?

O bom ambiente da Festa mantém-se.

Sim, mas é aconselhável ter-se cuidado com a carteira...

Vejam. A Festa do «Avante!» realiza-se num meio que é independente dela e que não pode alterar. Nesse meio, que é a sociedade portuguesa, temos assistido à degradação de valores fundamentais e, entre tantos milhares de pessoas, é natural que também estejam pessoas que seria melhor que lá não fossem. Contudo, aquele espaço é aberto a todos os que paguem a sua entrada e cumpram as condições mínimas. Não fazemos discriminações à entrada.

Todavia, penso que conseguimos superar alguma degradação do ambiente que se estava a verificar na Festa, sobretudo no ano de 1994. Logo na edição seguinte foram tomadas medidas eficazes de segurança e hoje podemos dizer que não há um problema de insegurança dentro da Festa, apesar de terem existido incidentes, nomeadamente alguns roubos. Devo dizer ainda que desde o ano passado funcionam bagageiras onde os visitantes podem deixar os seus valores. Para o ano prevemos tomar novas medidas que aumentarão a segurança das pessoas.

E fora da Festa?



O concerto sinfónico foi uma experiência pioneira

40 delegações estrangeiras estiveram presentes



As exposições tiveram uma grande afluência



■ Carlos Nabais

Aderiram à JCP 122 jovens



Contratamos todos os anos serviços gratificados da PSP para garantir a segurança no perímetro da Quinta da Atalaia e não nos é possível ir mais longe do que isto.

Com o passar dos anos, a Festa não tenderá a transformar-se num espaço onde há apenas espectáculos e restaurantes?

Há, e sempre houve, uma predominância de espaços gastronómicos e de espectáculos. No entanto, não se pode dizer que a Festa seja só isso. Mantemos ainda muitos stands de venda de artesanato, promovemos no espaço central importantes exposições, que do ponto de vista cultural têm significado. Este ano, para além da exposição dos 75 anos do PCP e dos 20 anos da Festa do «Avante!» tivemos a exposição do Sebastião Salgado, que é «apenas» um dos maiores fotógrafos do mundo, e ainda uma mostra de arte contemporânea com a participação de 56 novos artistas, indicados por 14 nomes consagrados nas diferentes disciplinas que estiveram representadas. A adesão do público a estas iniciativas foi mais uma vez muito grande. O próprio Sebastião Salgado ficou extremamente admirado com o número de pessoas que visitavam atentamente a sua exposição.

Depois tivemos uma grande Festa do Livro e do Disco, com uma apresentação mais cuidada, tivemos um conjunto de actividades desportivas, quer antes quer durante os dias da Festa, onde merece especial destaque a Corrida que registou a maior participação de sempre em número de atletas.

Também o espaço internacional, com a presença de 40 delegações, foi mais uma vez muito procurado pelo público, pelo menos a julgar pelo nível das receitas dos stands, superior ao ano anterior.

A Festa é uma grande manifestação política e cultural que vai muito além dos espectáculos e da gastronomia.

Houve o contacto político com os visitantes?

Sim. Este ano, aproveitando a campanha de recu-

tamento, organizámos equipas de contacto com os visitantes convidando-os a aderirem ao PCP. Sabemos pelos estudos realizados que cerca de 60 por cento das pessoas que vão à Festa são simpatizantes do Partido e destas apenas 40 por cento são militantes. Ou seja, há uma grande massa de visitantes que ou se dizem simpatizantes ou não têm nada a ver com o Partido. Por isso, pareceu-nos aconselhável ter um contacto mais directo com o visitante da Festa e desta forma atrair ao Partido um conjunto de pessoas que não são militantes só porque esse contacto não é feito e tentar junto doutras aproximá-las mais das nossas ideias e objectivos.

Que resultados concretos tiveram essas equipas?

Entre os que preencheram no local a sua ficha de inscrição e os que deixaram indicação para posterior contacto, teremos à volta de 100 potenciais novos membros do PCP. Por seu lado, a JCP abordou cerca de três mil jovens conseguindo 122 novas inscrições.

São resultados que mostram que esta iniciativa pode ser uma grande aposta nas próximas festas, não só com o objectivo de recrutar mas também para nos aproximarmos das pessoas, conhecer os seus problemas e divulgar as nossas propostas.

Continua a valer a pena realizar colóquios na Festa?

A ideia que tenho é que não só os colóquios realizados no espaço central como os que decorreram nos espaços de organizações regionais e da JCP tiveram uma grande e interessada assistência. De facto é possível encontrar entre os visitantes da festa muitas centenas de pessoas que querem reflectir sobre questões tão importantes como as que estiveram este ano em debate: o 15º Congresso do PCP, a regionalização, os empregos e desemprego, etc.

Consideras que a Festa teve a merecida cobertura pelos órgãos de comunicação social?

Penso que sim, em especial pelas três estações de tele-

visão e numerosas rádios, que estiveram em permanência durante os três dias, produzindo reportagens interessantes e que traduziram o que lá se passava.

Apesar disso, houve depois a tentativa por parte de alguns diários de denegrir a imagem da Festa. Refiro-me designadamente à notícia sobre os distúrbios verificados na noite de domingo no exterior da Atalaia depois do encerramento. Na nossa opinião, tratou-se de um problema de ordem pública que competiu às autoridades resolver e que não pode ser imputado à Festa do «Avante!». Contudo, somos os primeiros a lamentar os danos causados a algumas viaturas estacionadas e estamos a contactar os proprietários para saber o valor dos estragos e encontrar conjuntamente uma solução para o problema.

Na construção registaram-se 5.500 participações



A Festa nas TVs

Quem, este ano, não teve oportunidade de se deslocar à Festa do «Avante!», pôde realmente ficar com uma ideia do que lá se passou através dos diversos canais da televisão portuguesa.

Primando no trabalho de cobertura realizado à totalidade do evento, a generalidade dos operadores televisivos mostrou o multifacetado mundo da Festa com eficácia e competência, evidenciando o que já se sabia: pode haver, e há, grande qualidade no jornalismo televisivo feito em Portugal - basta, para isso, que aos seus profissionais seja consentido trabalhar naturalmente, sem baías ou condicionalismos ditados pelas conveniências políticas e estratégias ideológicas de quem manda nas televisões nacionais.

O que deveria ser natural constatação eleva-se, assim, ao quase elogio, o que nos impõe uma justa pormenorização a creditar a todos os profissionais de televisão envolvidos na cobertura da Festa: não foi o extraordinário destes seus trabalhos que os transformou em trabalhos extraordinários. Sem equívocos paternalistas, esclareça-se que eles têm valor facial próprio, como qualquer trabalho ou criação. E é isso que aqui se destaca.

Assistir-se a uma boa cobertura televisiva da Festa do «Avante!» apenas 20 edições depois do seu começo é que é extraordinário. Mas mais vale tarde do que nunca...

Assim sendo, vale a pena revisitar a Festa através do que na televisão se viu.

E o que na televisão se viu (sublinhe-se ainda) foi produto do trabalho dos quatro canais - RTP-1, RTP-2, SIC e TVi - onde, num empenho jornalístico sem excepções, se procurou mostrar não apenas o que de mais significativo ia ocorrendo na Atalaia, mas também o seu enquadramento e significado.

Começando do geral para o particular, assinala-se que todos

os canais cumpriram, em maior ou menor profundidade, os requisitos duma cobertura jornalística digna desse nome.

Por um lado, situando o acontecimento através do seu enquadramento histórico, político, cultural e social, traçando-lhe um perfil e uma trajectória e identificando-o com clareza, ouvindo-se para isso responsáveis do PCP directamente ligados ao evento, desde Carlos Brito, director do «Avante!», a Ruben de Carvalho, Fernando Vicente e Victor Santos, da Comissão Executiva da Festa.

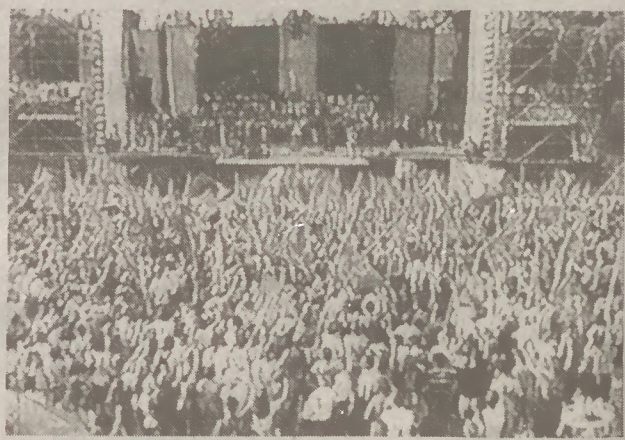
Por outro, relatando-o a par e passo na sua diversidade, quer através de notas de reportagem empenhadas na busca do acontecimento, da notícia ou da mera ilustração, quer por via de ligações em directo a cobrir a actualidade política que também ia acontecendo. Aqui, foram parcial ou totalmente cobertos os discursos do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, de Álvaro Cunhal, e entrevistados no local membros da Comissão Política como Octávio Teixeira, Carlos Brito e Edgar Correia.

Releve-se, entretanto, o trabalho de remontagem e rearrumação das peças transmitidas ao longo dos três dias da Festa onde, salvo raras excepções, se teve o cuidado de evitar as repetições mecânicas e se privilegiou a novidade.

E destaque-se, igualmente, o profissionalismo demonstrado por todas as equipas de reportagem que se deslocaram ao vasto recinto da Festa, superando contrariedades e suprimindo algumas insuficiências nos apoios organizativos, inevitáveis numa realização desta magnitude mas nem por isso menos desconfortáveis.

Fazer o necessário

Não é fácil, a cobertura jornalística de um acontecimento com a magnitude da Festa do «Avante!», mesmo tendo ao



dispor um suporte tão expressivo como o audiovisual. Todavia, foi conseguida, no essencial.

Organizando os registos por áreas, a generalidade das televisões esteve atenta aos principais espectáculos ocorridos no vasto recinto, ouviu figuras eminentes, ilustrou a paisagem humana através de entrevistas curtas e diversificadas, explicou o funcionamento da Festa com visitas às suas três componentes essenciais - a lúdica, a política e a cultural.

Ao contrário do que tanta vez ocorreu no passado, este ano as câmaras não se entretiveram a desequilibrar os relatos apresentados aos telespectadores. Se, aqui ou ali, pode ser discutível a escolha dos ângulos ou dos entrevistados, a selecção de imagens ou as apreciações delas, em nenhum momento se resvalou para os métodos falsificadores de se tomar a parte pelo todo, de generalizar o acessório, de extrair da realidade o que lá não está.

O que significa, por exemplo, que este ano não tivemos uma maciça *passerelle* de idosos a sugerir que a Festa do «Avante!» é um gigantesco lar da terceira idade ou selecções infatigáveis de malta da pesada a ilustrar que a Festa não passa de uma enorme bandalheira.

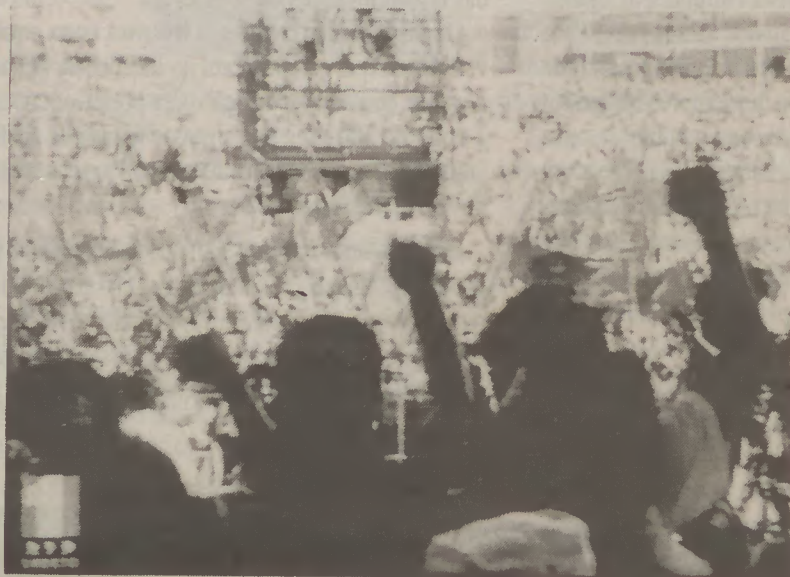
O que significa que não se andou à coca de falhas para coreografar desastres, nem se andou à pesca de imbecilidades para construir sarcasmos.

Ao interceptarem os velhos e os novos, os militantes comunistas ou os meros visitantes, os atentos e os distraídos, os avinhados e os sóbrios, a organização eficaz ou o curto desacato, a explosão militante das massas ou a pacetiz dos auditórios, o vigor juvenil dos concertos ou o recolhimento das exposições, o convívio animado dos restaurantes ou a circunspecção das intervenções políticas, a reacção à novidade ou a bonomia do previsível, as exuberâncias

da alegria e os passeios sossegados, as equipas de televisão fizeram o que lhes competia - mostrar a realidade o mais amplamente possível, apreendendo-a e comentando-a com empenhos de rigor.

Empenhos que levaram a generalidade dos repórteres televisivos que se deslocaram à Quinta da Atalaia a uma ponderação nos próprios comentários que iam tecendo ao que viam ou que lhe eram solicitados das redacções, num evidente esforço de objectividade.

Assim se mantêm nos «restantes» 363 dias do ano - e «assim» significa esta coisa, afinal tão possível e tão simples, de se informar o País com profissionalismo, isenção e responsabilidade jornalística. É que é bom não esquecer que a actividade do PCP se realiza quotidianamente por todo o País e nas mais diversas esferas de intervenção política, social e cultural, produzindo regularmente muito, muito mais que a Festa do «Avante!»...



EM FOCO



Registos Magnéticos

«Naturalmente que o ser comunista - o aderir a esse grandioso ideal que é o de transformar a sociedade e acabar com a exploração do homem pelo homem - será visto por diferentes jovens de diferentes maneiras. Mas o essencial, o fundamental, é a adesão a esse ideal transformador da Humanidade e da História.»

(Carlos Brito, «Telejornal», RTP 1, 06.09.96)

«Que é que venho aqui fazer? Olhe, com 80 anos, quero divertir-me e quero que a juventude abra os olhos e veja que o futuro está aqui, que são os comunistas que têm a porta aberta para o futuro.»

(José Capelo, militante do Partido, «Telejornal», RTP 1, 06.09.96)

«As Festas são sempre diferentes umas das outras. Este ano, por exemplo, temos aqui a oportunidade de ver uma exposição de arte cujo próprio título é significativo: "Sequências, Confrontos, Rupturas".»

(Vitor Santos, Comissão Executiva da Festa, «Jornal da Noite», SIC, 06.09.96)

«Eu acho que o Partido faz falta em Portugal. Porquê? Para contrariar o Poder!»

(jovem anónimo, «Jornal da Noite», SIC, 06.09.96)

«Venho à Festa todos os anos, desde miúdo, desde que me lembro... Porquê? Porque gosto, porque é uma Festa fenomenal a todos os níveis, é o melhor evento cultural português!»

(jovem anónimo, «Jornal da Noite», SIC, 06.09.96)

«Dizem que "não há Festa como esta", vêm de todos os pontos do país, jovens e velhos comunistas, pelos ideais, pela música ou simplesmente pelo convívio. E há mesmo quem, aos 70 anos, ainda esteja a ver coisas novas!»

(Luís Castro, repórter, «Telejornal», RTP 1, 07.09.96)

«Em Lisboa, é impossível ouvir a Orquestra Metropolitana e ao mesmo tempo beber, por exemplo, um copo de vinho verde, uma alta especialidade! É pelo conjunto destas coisas que eu venho à Festa do "Avante!"»

(visitante anónimo, «Jornal da Noite», SIC, 07.09.96)

«É uma estreia absoluta para nós! Eu nunca toquei para 30.000 pessoas, não sei o que isso é...»

(maestro Vasco Graça Moura - entrevistado antes do concerto de 6ª feira à noite - «Jornal da Tarde», SIC, 07.09.96)

«A nossa principal preocupação tem sido a de criar melhores condições aos visitantes, pois isto começa a ser verdadeiramente um parque, um parque de exposições, um parque de actividades culturais, um parque lúdico da Grande Lisboa.»

(Fernando Vicente, da Comissão Executiva da Festa, «Jornal da Tarde», SIC, 07.09.96)

«A questão da segurança é uma questão que se coloca todos os anos, aqui na Festa. De ano para ano, há uma tentativa de a organização reforçar quer o policiamento, quer todas aquelas pessoas que ficam só encarregues de tentar prevenir e evitar os descalços que são normais nestas coisas. (...) São incidentes inerentes a este tipo de acontecimentos.»

(Raquel Alexandra, «Último Jornal», SIC, 08.09.96)

«Estas fotografias, para mim, são uma homenagem aos trabalhadores. Tudo o que nós temos no Mundo, até hoje, foi feito pelo Trabalho, foi feito pela mão do Homem!»

(Sebastião Salgado, fotógrafo, sobre a sua exposição na «Festa», «Jornal da Noite», SIC, 07.09.96)

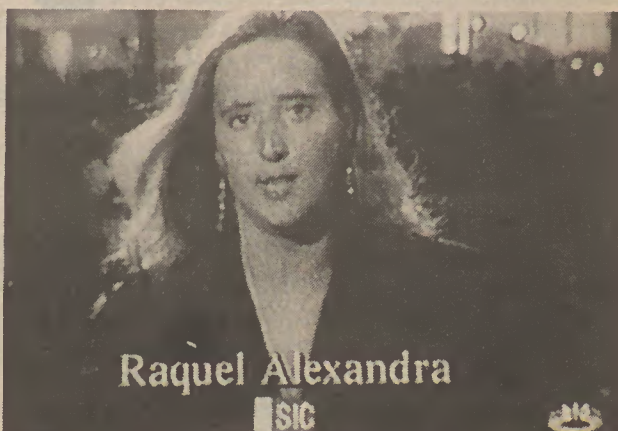
«Há aí uns que parecem galos, com uma crista de galo na cabeça! Lá para Guimarães não há disto!»

(senhora de idade, «Telejornal», RTP 1, 07.09.96)

«Eu acho que (os chapéus) têm muito a ver com o espírito da Festa... é sempre assim, é sempre gente com coisas muito malucas, eu acho que é muito fixe!...»

(jovem visitante, sobre os chapéus à venda na «Festa», «Jornal da Noite», SIC, 07.09.96)

«O que é que significa ser voluntária na Festa do «Avante!»? Significa muita coisa: é estar com esta gente toda, é darmos a nossa contribuição para



que isto seja uma grande Festa - que é, há uma série de anos -, é fazer parte deste projecto e da construção de uma nova sociedade que nós pretendemos para toda a gente...»

(militante do Partido, «Telejornal», TVI, 07.09.96)

«Esta Festa tem bastante participação, ao longo destes três dias talvez não se note um acréscimo em relação ao ano passado (pelo menos cem mil pessoas visitaram, então, a Festa) mas o empenhamento e a mobilização dos militantes foi clara. Este comício não "traiu" o PCP, uma vez que este é um daqueles acontecimentos políticos em que o PCP consegue reunir o maior número de pessoas. (...) É de facto um comício a nível nacional, que resulta - e bem - para o Partido Comunista Português.»

(Raquel Alexandra, «Jornal da Noite», SIC, 08.09.96)

«Eu só tinha vindo uma vez há dois anos e, de facto, é espectacular, movimentada muita gente, tem muita música, agrada a muita gente (...) Eu sou toda comunista, com muita honra e muito prazer, nem há pai para isto! (...) É o primeiro ano que venho cá, sou de muito longe, de Paços de Ferreira, mas acho que é fixe! (...) Acho que é fundamental as pessoas conviverem, porque há aqui pessoas de todos os princípios, tenho assistido a muita coisa mas a Festa do "Avante!" é espectacular!»

(Opiniões soltas colhidas entre visitantes de todas as idades, «Telejornal», RTP 1, 08.09.96)

«Se a JCP de Almada nos deixar, vamos perceber o que é que a Comissão Política pensa sobre o ser oposição a um Governo de esquerda...»

(Miguel Ganhão Pereira, repórter, «Telejornal», TVI, 07.09.96)

«Bem... nós não consideramos o actual Governo um governo de esquerda (...) o que nós dizemos é que este governo está a prosseguir, em aspectos essenciais, a política que caracterizava os governos do PSD, do prof. Cavaco Silva (...) é essa a nossa avaliação política global.»

(Edgar Correia, «Telejornal», TVI, 07.09.96)

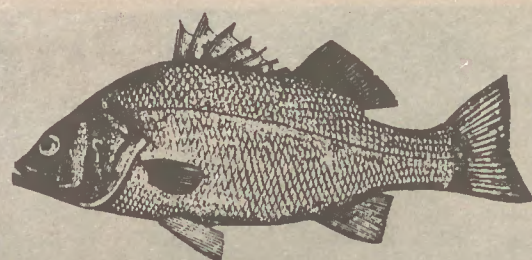
«Iremos combater na AR este Orçamento mas iremos também mobilizar e fazer uma campanha de intervenção pública de esclarecimento e de mobilização para que (em particular os trabalhadores) tenham consciência do significado, do conteúdo e das consequências do Orçamento, para que também eles possam protestar e fazer sentir a sua vontade ao Governo.»

(Octávio Teixeira, «Telejornal», TVI, 08.09.96)

* com Francisco Costa



EM FOCO



“Sigamos o cherne”...

... escreveu o O'Neil depois de ver «O Mundo do Silêncio» de Cousteau, já lá vão quase quarentas, «No Reino da Dinamarca» em que vivemos.

Não sei por que razão este poema me tem saltado à memória com tanta frequência nos últimos tempos e, particularmente, quando sigo os itinerários e o discurso do engenheiro Guterres. A memória é assim: às vezes puxamos por ela, puxamos, e ela nada; outras vezes entra sem se fazer anunciar, sem pedir licença e impõe, imperativamente, a sua presença. Chegada assim, a intrometida memória arrasta consigo múltiplas associações de ideias, lógicas e perfeitamente compreensíveis nuns casos, totalmente inexplicáveis noutros casos.

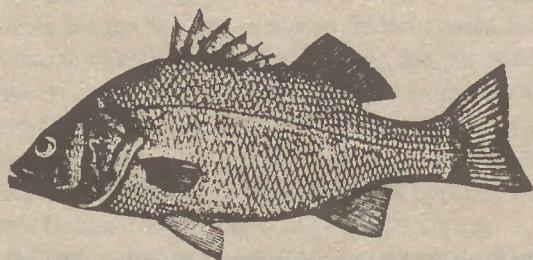
Aconteceu-me agora, mais uma vez, por ocasião destas viagens todas que o Primeiro-Ministro achou por bem fazer, começando pelo Leste da Europa, passando depois a Nova Iorque e fechando o ciclo com a comovente e singela deslocação à sua terrinha natal: mal vi anunciado tão fascinante périplo, dei comigo a dizer-me: sigamos o... Primeiro-Ministro. E lá fomos.

A passagem pelo Leste valeu pelo bombástico comentário de Guterres ao bombardeamento do Iraque pelos EUA. Sabe-se que há, no Iraque, um tirano chamado Saddam e, nos EUA, um Reagan, ou um Bush, ou um Clinton (o nome, agora, não interessa, o que conta é a intenção), os quais, após um período de grande amizade e estreita cooperação, entraram em conflito. Daí para cá os choques têm-se sucedido a ritmo acelerado: foi a Guerra do Golfo no decorrer da qual o ex-amigo americano de Saddam mandou matar 300 mil iraquianos; foi (é) o subsequente bloqueio que já causou a morte de dezenas de milhares de crianças; foi (é) a criação das «zonas de exclusão aérea» (ou seja: a decisão tomada pelo Governo dos EUA – e devidamente «legalizada» pela ONU – de proibir que aviões do Iraque sobrevoem determinadas zonas dos EUA... perdão, do Iraque); enfim, foi e é tudo aquilo que o poderio bélico dos EUA quer que seja em cada momento. Sempre, naturalmente, em nome da «democracia», da «liberdade» e dos «direitos humanos» – que são formas outras de dizer «interesses dos EUA».

Estava, então, Guterres a Leste, quando Clinton (ou terá sido Bush?) decidiu que o Iraque tinha violado ordens e leis dos EUA pelo que se impunha aplicar-lhe o respectivo castigo. Como de facto: o Iraque foi democraticamente bombardeado. Instado a pronunciar-se sobre a ocorrência, Guterres, sempre a Leste, não hesitou. Entre um tirano e outro Clinton (ou Reagan?), venha Guterres e escolha: Guterres escolheu Bush (ou Clinton?): apoiou, justificou e aplaudiu os bombardeamentos. Atitude que há-de ter sido altamente apreciada por quem de direito, tanto mais que o Primeiro-Ministro confessou «não dispor de informação muito detalhada sobre a situação», assim deixando claro que quando se trata de iniciativas dos EUA ele assina de cruz, não precisa de saber o que se passou e como se passou, tem confiança cega, fé albina e crença zarolha no Tio Sam, o Tio Sam é que sabe, o Tio Sam é que manda, o Tio Sam é que é o Big Boss. Guterres não previu que a maior parte dos seus congéneres europeus viesse a adoptar posições de distanciamento ou até de desacordo com a atitude imperial do Governo dos EUA, deixando-o quase isolado. Apesar disso vendo-o e ouvindo-o parecia um primeiro-ministro feliz e contente, irradiando determinação e ostentando com orgulho a noção do dever de fidelidade cumprido.

Eu é que senti, confesso, uma dupla vergonha: pela figura a que o engenheiro Guterres se prestou e pelo facto de o engenheiro Guterres ser o Primeiro-Ministro do meu país.

Mas... sigamos o Primeiro-Ministro: eis-nos em



Nova Iorque, no congresso da Internacional Socialista. «A necessidade de um novo sistema de responsabilidade partilhada» foi o tema da intervenção de abertura, a cargo do secretário-geral do PS. Honra grande, tema a abarrotar de modernidade, oração repleta de piás preocupações e bentas intenções. «O emprego é um elemento essencial para a dignidade humana», proclamou Guterres e sentenciou logo a seguir que «o pleno emprego deverá ser a primeira preocupação de todos os governos e instituições», após o que decretou que a IS deve passar, a partir de já, a não pensar noutra coisa senão na concretização do «pleno emprego» e na contribuição «para fazer deste mundo um lugar mais justo». Santas e sábias palavras: só posso aplaudir.

Aí temos o problema do desemprego resolvido em Portugal – concluirá, aqui chegado, o leitor. No que se enganará redondamente, já que, como liminarmente acentuou o Primeiro-Ministro, o desemprego é um problema planetário que só poderá ter uma solução planetária. Explicitando melhor: não é possível acabar com o desemprego em Portugal sem acabar com o dito em todos os países do planeta (simultaneamente,



■ JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

E todo o desenrolar das coisas acabou por deixar claro que Guterres nos enganou na campanha eleitoral com a estória da sua grande paixão pela educação: de facto, a grande paixão do Primeiro-Ministro é as «elites financeiras»

penso eu, mais ou menos assim: dia tantos, às tantas horas, por decreto universal de aplicação imperativa acabe-se com o desemprego em todos os cantos e recantos do planeta).

Explicitando ainda melhor: as causas do desemprego em Portugal não residem na política que o engenheiro Guterres está a fazer (imitando exemplarmente o prof. Cavaco) antes se situam algures no Mundo e resultam de maledicta planetária desconhecida e imprecisa.

Ora como para grandes males grandes remédios, Guterres passou a receita: o pleno emprego planetário exige a intervenção empenhada do FMI e do Banco Mundial, instituições que, decretou Guterres, «têm de ganhar uma dimensão social» e de assumir «o grande objectivo político» de planetizar o pleno emprego. Constatou, inicialmente, que as palavras de Guterres haviam sido tomadas a sério e que as suas vibrantes exigências teriam espalhado o pânico unânime na «comunidade financeira internacional». No entanto, garantem-me fontes dignas do maior e mais lógico crédito que, na verdade, a referida comunidade se partiu ao meio na reacção às intenções do Primeiro-Ministro: fifty limitaram-se a esboçar sorrisos irónicos; os outros fifty soltaram uma sonora e bem disposta gargalhada.

Aproveitando a congressual deslocação a Nova Iorque, Guterres organizou um «jantar-conferência», onde juntou e apresentou duas elites: «a elite financeira portuguesa e parte da elite financeira norte-americana». As «elites», divertidíssimas, fingiram que não se conheciam e cumprimentaram-se: «Muito prazer», «o prazer é todo nosso». E todo o desenrolar das coisas acabou por deixar claro que Guterres nos enganou na campanha eleitoral com a estória da sua grande paixão pela educação: de facto, a grande paixão do Primeiro-Ministro é as «elites financeiras», às quais ofereceu salários baixos (e a promessa de baixos continuarem), uma carteira recheada de empresas altamente rentáveis a privatizar por tuta e meia, e outros acepipes do género. De tal forma que a notícia deste bode às elites vinha, no «Diário de Notícias», assim titulada: «Guterres junta elites para “vender” Portugal aos EUA.» Quanto valem as aspas daquele «vender»? Serão necessárias? A verdade é que há uns anos nenhum Guterres sealaria se o acusassem mesmo com aspas, de «vender» Portugal fosse a quem fosse e hoje lemos o que lemos no «DN» e não só. Ouça-se, por exemplo, este «conselho» de Belmiro de Azevedo ao Governo: «Um dos principais objectivos do Ministério dos Estrangeiros, em conjugação com o Ministério da Economia, deve ser “vender o país” como destino para a localização do investimento.» Como se vê, apesar de Belmiro de Azevedo, o próprio, ainda utilizar as aspas quando aconselha Guterres a «vender o país», o processo de «venda» está em marcha e tudo isto me leva a crer que se Miguel de Vasconcelos tivesse conhecido a existência das aspas teria chegado a primeiro-ministro, ou a elite financeira, ou coisa assim, em vez de ter sido defenestrado.

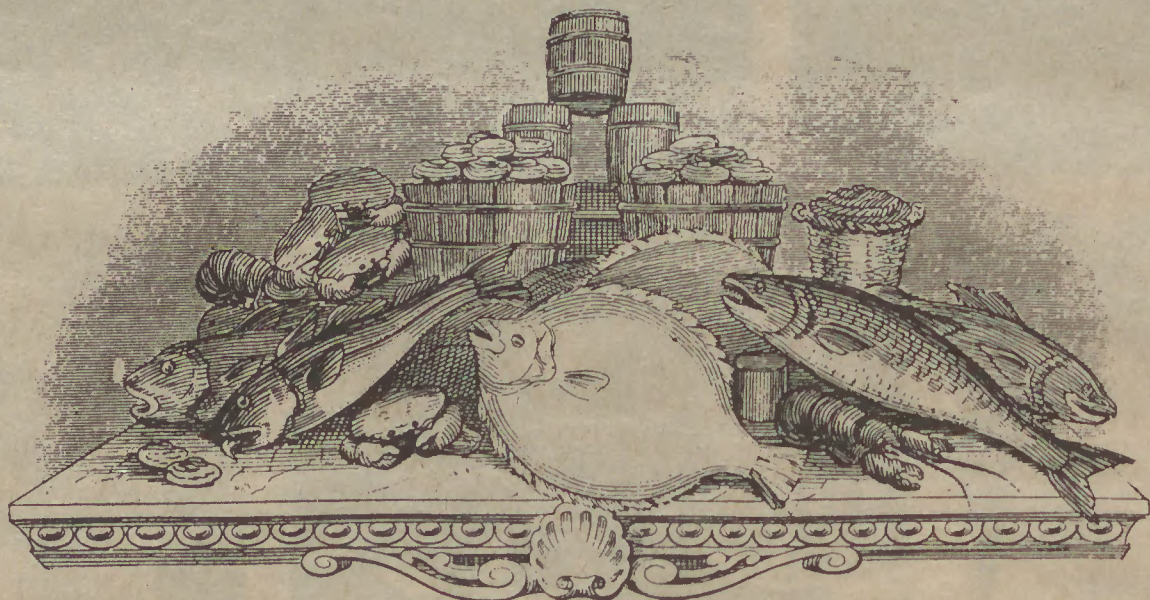
Seja como for, Guterres regressou triunfante. E revelando um notável eclectismo ei-lo a caminho da Beira Baixa, Castelo Branco, Fundão, Donas.

Sigamo-lo... ouçamo-lo lembrar bucólicas cenas da longínqua infância: os burrinhos que passavam (ou eram vacas?) trans-

portando pessoas e mercadorias; os estreitos e difíceis caminhos de cabras (ou de vacas?)... enfim, recordações ternas que, mesmo não sendo ditadas pela memória, mesmo não correspondendo a uma experiência vivida, são bonitas, são mediáticas, caem bem e abrem caminho à aceitação silenciosa da primeiro-ministerial promessa de, quanto a aumentos de salários em 1997, não haver nada para ninguém.

Varsóvia, Nova Iorque, Donas... amanhã será a vez de Viseu.

«Sigamos, pois, o cherne...!» E preparemo-nos para a luta. Que bem necessária vai ser.



Pequena história das regressões constitucionais

■ Pedro Ramos de Almeida

A história das revisões da Constituição da República Portuguesa (CRP) faz parte da história moderna dos ataques monopolistas e retrógrados às transformações e conquistas democráticas, sociais e políticas, trazidas pelo movimento popular e militar de Abril.

Encabeçando-a, nós encontramos sempre o PSD e o PS, ou o PS e o PSD, consoante a posição que em cada fase política eles ocupam, no movimento de roda da nora eleitoral nacional. É o rotativismo republicano das classes dominantes: a unidade dos que apoiaram a revolução para depois a poderem ratar, com aqueles que só não a combateram mais expressamente para poderem fazer sobreviver, em regime de democracia formal, o combate contra a real liberdade popular.

1ª revisão ordinária (1982)

A primeira redução da CRP foi desde logo o resultado de uma iniciativa conjunta PS/PSD. Os seus objectivos eram de natureza política, definidos e claros:

a) Extinguir o papel soberano das organizações militares revolucionárias, procurando libertar o Estado e as Forças Armadas, o mais rapidamente possível, das práticas, dos princípios, das normas, dos dirigentes e dos quadros, dos militares e dos civis, e da iniciativa popular que a revolução lhes impusera. Valorizar, em sua substituição, o papel de um poder governamental cada vez mais longe de Abril, e que só media, indirectamente e com múltiplos entorses, fosse expressão necessária do sufrágio universal.

b) Subverter o sistema constitucional do poder, o semi-presidencialismo – que no essencial dificulta a concentração de órgãos, meios e funções públicas nas mesmas mãos, grupos de interesses, ou partidos, consagrando a divisão formal da soberania do Estado, principalmente entre dois órgãos: o Presidente da República (PR) e a Assembleia da República (AR) – procurando contrapor-lhe, nomeadamente a governamentalização do Estado.

Como exemplos claros de alterações que concretizaram estes dois objectivos, citemos:

a) – A extinção constitucional, como órgão de poder, do Movimento das Forças Armadas (MFA), do Conselho da Revolução (CR) e da Comissão Constitucional (CC);

– A substituição do CR e da CC pelo Tribunal Constitucional (TC), – composto por juizes na sua maioria escolhidos pela AR – para realizar a parte referente à administração da justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, e nomeadamente nas relativas à fiscalização preventiva e à fiscalização concreta da constitucionalidade de quaisquer normas jurídicas;

– O aparecimento do Conselho de Estado (CE), que, «como órgão político de consulta» do PR, substitui nessas atribuições parcialmente, civilmente, numa base partidária implícita, o CR (art.º 144º e seguintes);

– A criação do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), «órgão específico de consulta» para assuntos de defesa nacional e relativos ao funcionamento e disciplina das Forças Armadas (art.º 274º).

Mas onde o CR, órgão representativo revolucionário, para além, designadamente, das atribuições de defesa da Constituição, tinha poderes militares legislativos e executivos, o CSDN, esse, apenas gozará de poderes consultivos que assentarão na «composição» e «competência administrativa» que a lei comum decida atribuir-lhe...

b) – Os poderes do PR, por seu lado, são largamente reduzidos, ao mesmo tempo que os do Governo são muitas vezes acrescentados, além do que já foi referido, quanto:

– às escolhas das chefias militares (art.º 136º, p), em que o poder de iniciativa presidencial é limitado, pura e simplesmente, à aceitação ou rejeição das propostas do Governo);

– ao facto de o Governo passar a responder politicamente apenas perante a AR; a sua responsabilidade perante o PR, essa, passa a ser apenas institucional, ou seja, muito limitada, só lhe devendo explicações ou podendo ser por ele dissolvido, no caso de a própria acção governamental fazer perigar a democracia (art.º 198º, 2).

Aliás, o PR só vai poder demitir o Governo quando tal for necessário «para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, e isso depois de ouvido o Conselho de Estado».

2ª revisão ordinária (1989)

O projecto desta nova regeneração constitucional, uma vez mais encabeçada pelo PSD/PS, visa, no final dos anos oitenta, temas e objectivos de contra-reforma muito mais vastos: a aliança PSD/PS, objectiva e consequentemente uma ali-

rias do Estado», qualquer referência à reforma agrária» (constava da alínea h); como mais adiante desaparecia um título (o IV) a ela relativo, o que fez que nunca mais fosse mencionada. Desaparecem as nacionalizações, como «conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» (art. 83º, 1º); como são varridas quaisquer alusões ao «desenvolvimento das relações de produção socialistas», «mediante a apropriação colectiva dos primeiros meios de

produção e solos» (art. 80º). O capitalismo, sob a forma monopolista, fica ainda mais rei e senhor... Portugal perde a perspectiva de se transformar num país produtivo e livre.

– No que toca à «Organização do Poder político», saliente-se a redução do número de deputados (anteriormente, máximo de 250; actualmente, segundo o art. 151º é de 235); a diminuição dos poderes de fiscalização da AR; o bloqueio da regionalização, que a CRP estabeleceu há mais de 20 anos, que o PSD sabotou na maior parte desse período; o PS colaborou, e agora vai também deixando adiar; a governamentalização do direito à informação e à liberdade de imprensa, agravada com a criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social (art. 30º), cuja supressão o PSD, agora que é oposição, passou a reivindicar...

– Finalmente, no que diz respeito aos «direitos e deveres sociais», destaque-se o apagamento do ainda mal criado Serviço Nacional de Saúde (SNS), «universal, geral e gratuito» (art. 54º 2), substituído por um SNS apenas «tendencialmente gratuito»...

3ª revisão (extraordinária) – 1992.XI

É a lei da refutação da soberania nacional, de modo a favorecer a integração na União Europeia, nos termos do Tratado de Maastricht...

O art. 7º, 6. chega ao ponto de estabelecer que «Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social, convencionar o exercício em comum dos poderes necessários à construção da União Europeia». Tal como no art. 15º.4 se passa a dizer que «a lei pode atribuir a estrangeiros, residentes no território nacional, capacidade eleitoral activa e passiva», para já para as eleições autárquicas.

Já surgem nela os «cidadãos europeus» com direitos diferentes e superiores aos «estrangeiros e apátridas». Os próprios naturais dos PALOP – que durante a ditadura salazarista e colonialista eram genérica e demagogicamente apresentados como nacionais perfeitamente idênticos aos minhotos e beirões, e que agora são cantados, pelo liberalismo integracionista, como parceiros dilectos e iguais da CPPL (Comunidade de Povos de Língua Portuguesa) – são, entretanto, tratados na União Europeia – de que somos membros subalternos e subordinados – como emigrantes que a qualquer momento podem ver restringida a sua entrada em Portugal ou tornada obrigatória a sua re-expedição...

Uma retroversão alemã, inglesa, americana da CRP, que simplesmente pretende encobrir que deixámos de ser um Estado soberano; que quer ainda ocultar que, às mãos do rotativismo integracionista bipolar do PS e do PSD, apenas somos, neste Continente, a mais atrasada, improdutivo, dispersa, marginalizada, especulativa e emigrada parcela nacional, colonizada pelo imperialismo europeu e americano...



ança de direita, ou seja, uma aliança para preservar a política de direita, uma aliança no seu conteúdo e nos seus efeitos de exploração económica e social, passadista e conservadora – ataca agora a Constituição do derrube do salazarismo, da descolonização e da construção da democracia; acintosamente, nos campos ideológico, económico, político, social e cultural, a aliança PSD/PS procura esvaziar do seu conteúdo expressamente democrático, anti-imperialista e progressista, a lei fundamental da Revolução de Abril.

– Em primeiro lugar, é posto em causa, na sua razão de ser e no seu conteúdo, o art.º 290º da CRP (actual 288º) que fixa os limites materiais da revisão. Isto é: o artigo que indica os princípios constitucionais que não podem ser alterados, sem que a Constituição no seu conjunto inverta o seu sentido básico, lançando-se na direcção oposta à do avanço social...

Exemplo de uma inversão de sentido que viola os limites materiais da revisão, o atropelo da alínea f) do art.º 290º que fixava como inalterável «o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos (...) a eliminação de monopólios e latifúndios», etc.

– No que se refere aos «Princípios Fundamentais», que antecedem a 1ª parte, a 2ª revisão prescreve a abolição das regras predominantes que nela defendiam a «transformação» de Portugal «numa sociedade sem classes» (art. 1º) a «transição para o socialismo» como «objectivo» do «Estado democrático» (art. 2º) «abolir a exploração e opressão do homem pelo homem» e «socializar os meios de produção e a riqueza», como parte das «tarefas fundamentais do Estado» (art. 9º, al. c)), etc. Tudo porque o projecto social e político de síntese da Constituição afirmava claramente, no art. 2º, a conexão entre a democracia e o socialismo.

– Quanto à «Organização Económica» (2ª parte) desaparece imediatamente do art. 81º, que define «as incumbências prioritá-

Portugal e Espanha – um relacionamento ambíguo

El País, de Madrid, informou recentemente que Portugal foi no ano passado o destino de 52% dos investimentos espanhóis, quase o dobro do total que se dirigiu à América Latina.

Essa preferência anômala e ostensiva do capital espanhol pelo mercado português é um fenómeno que está a suscitar apreensões e justifica reflexão.

O afluxo territorial de investimento espanhol desde a adesão de ambos os países à Comunidade Europeia, hoje União Europeia, tem sido saudado pelos governos do PSD e do PS como acontecimento muito positivo.

Não tenho, porém, conhecimento de qualquer trabalho sério realizado a nível oficial sobre as motivações desse fascínio dos empresários do país vizinho por Portugal e das suas eventuais consequências a médio e longo prazo nos terrenos social, económico e político.

Por que motivo, pergunta-se, Portugal se tornou mais atractivo para o capital espanhol do que outros parceiros da UE e do que a Argentina, a Venezuela e o Brasil, países onde existem grandes comunidades ibéricas? Seria simplista atribuir preferência por Portugal ao menor risco do mercado, porque os investimentos norte-americanos, japoneses e alemães – apenas três exemplos – nesses países são presentemente enormes. Na América Latina, os lucros são, aliás, muito maiores.

Entretanto, o apetite espanhol pelo mercado português prossegue, insaciável e diversificado. É na construção, na cerâmica, na banca, nos seguros, na compra de grossas fatias de empresas privatizadas, em múltiplas áreas do comércio. Algumas operações ficaram ligadas a escândalos maiúsculos.

Os últimos negócios de que se fala têm por cenário o sector das comunicações. As notícias chegam de Madrid. O jornal *Cinco Dias* – *diário de Economía y Empresas* – publicou na sua edição de 27 de Agosto p.p. uma estranha manchete: «Portugal, trampolim da Telefónica para a entrada no Brasil».

A reportagem, assinada por Rosalia Lloret, ocupa mais de meia página e dá pormenores não sobre um mas sobre dois negócios em andamento.

Ficamos a saber que a Telefónica de Espanha está muito interessada em participar na terceira fase da privatização da Portugal Telecom (o Estado já vendeu 49% das acções). O procedimento a adoptar pela empresa espanhola será, depreende-se da leitura do artigo, pouco limpo. Segundo *Cinco Dias*, a penetração, inicialmente, seria concretizada através de «algum sócio local que suavize a entrada da Telefónica num país tradicionalmente avesso a invasões espanholas». Essa é a linguagem.

O diário espanhol revela mais adiante o objectivo principal da operação. Para além da Portugal Telecom, o gigante espanhol tem os olhos postos no mercado brasileiro.

«PT – informa o diário espanhol – está aliada com o grupo público Telebrás e prepara um acordo com a brasileira Embratel para as comunicações internacionais entre ambos os países.»

Para iluminar bem os bastidores da estratégia elaborada, que envolve as telecomunicações de três países, *Cinco Dias* recorda que a Telefónica de Espanha acaba de adquirir 35% do capital da companhia telefónica do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil.

O presidente da Telefónica de Espanha atribui tamanha importância ao papel de Portugal como trampolim para a expansão no Brasil da empresa que nomeou dois conselheiros especiais para as relações com ambos os países: para Portugal é o sr. Cândido Velasquez, ex-presidente da

CINCO DIAS

Madrid 27 de agosto de 1996. Año XVII. Número 5.135

DIARIO DE ECONOMÍA Y EMPRESAS

44 Precios: 150 pesetas

AL DÍA

El grupo Cristalería ganó un 19% menos

El grupo controlado por Saint Gobain, que bató récords de beneficios y facturación en 1995, ha experimentado un descenso del 19% en su beneficio neto en el primer semestre de 1996. Pág. 5
• Unipapel rebaja en un 33% sus beneficios por la caída de precios. Pág. 5
• Aguas de Valencia redujo en un 2,7% el beneficio neto. Pág. 5
• Acería y Forjas de Azkoitia (Afora) ganó un 15% menos. Pág. 4
• Iacusa obtuvo un beneficio de 59 millones, un 28,3% más. Pág. 5

El Chase, depositario del 10,3% de Sol Meliá

A precios de mercado, supone una inversión de más de 10.063 millones de pesetas y convierte al Chase Manhattan Bank en uno de los principales accionistas del grupo español. Pág. 4

Hay en Cinco Dias

Cola Cao, un

Portugal, trampolín de Telefónica para la entrada en Brasil

27/08/96/ "Cinco Dias"

- Se aliará a socios locales para pujar por el 20% de Portugal Telecom
- La operadora lusa está asociada a la pública brasileña Telebrás

Brasil es la pieza que le falta a Telefónica en su imparable expansión por el mercado latinoamericano, y la operadora española está decidida a no dejar pasar la oportunidad. Tras anunciar su oferta por el 35% de la Companhia Riograndense

Proximos objetivos internacionales de Telefónica

Brasil Participará en la oferta del 30% de CRT

Nicaragua Acudirá a la venta de la Empresa Nicaragüense de Telecomunicaciones

ra esta operación, que serviría como trampolín al gigantesco mercado brasileño, el presidente de Telefónica, Juan Villalonga, no escatima medios. Hasta el punto de que ha pedido ayuda a su predecesor en el cargo, Cândido Velasquez, un buen

Telefónica: para o Brasil, o sr. Adolfo Suarez, ex-presidente do Governo de Espanha.

As citações e informações são tão expressivas que dispensam comentários

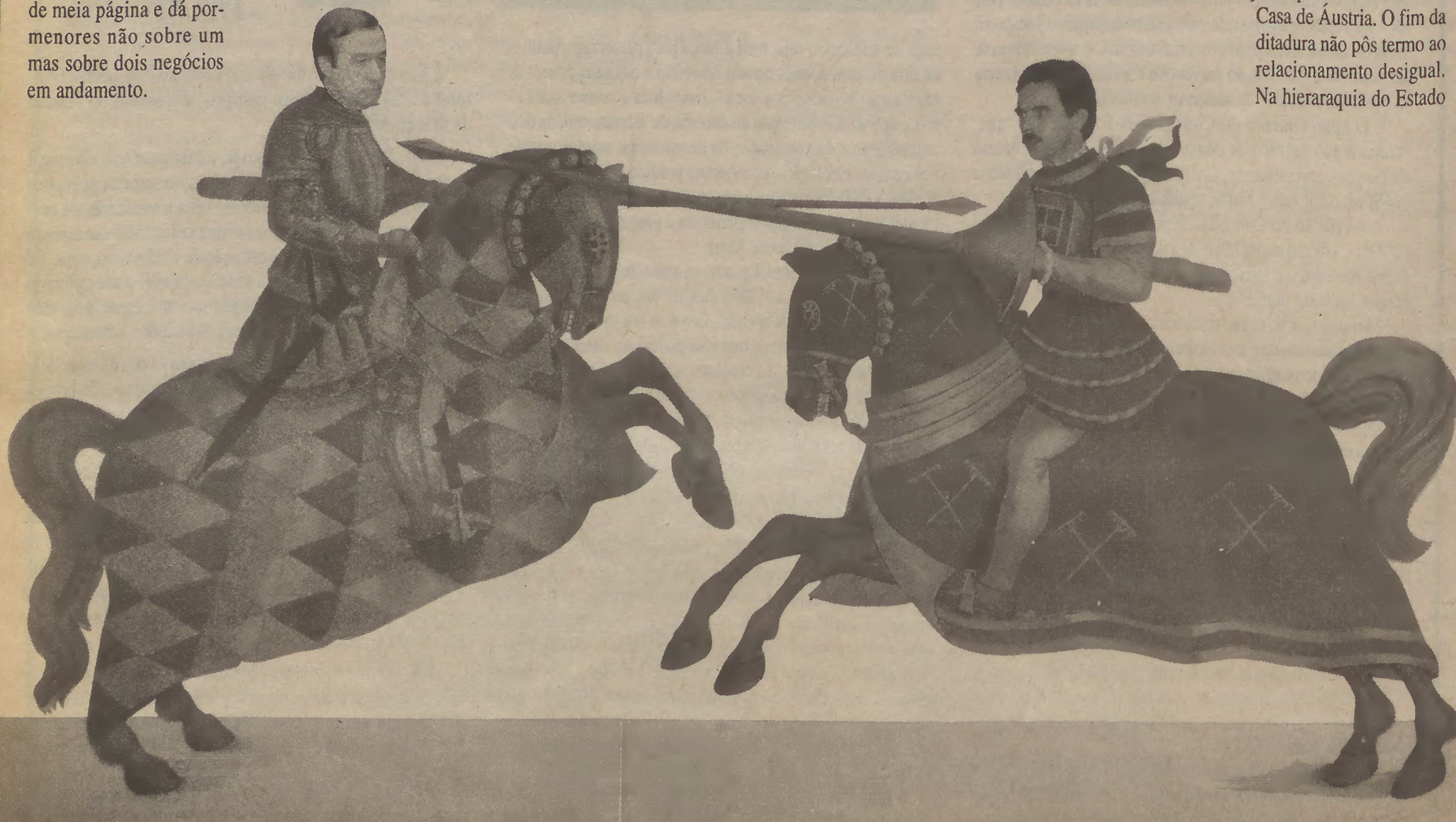
*
* *

Manuel Vasquez Montalban publicou há poucas semanas em *El País* um artigo no qual, a propósito da fragilidade do governo de José Maria Aznar, analisava aspectos da atitude do Poder Central espanhol nas suas flutuações oportunistas perante a Catalunha.

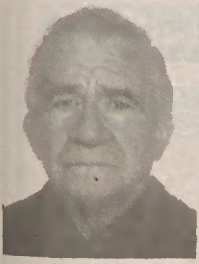
Recordou, então, verdades que, por incómodas, são agora esquecidas pela direita que, sem os votos catalães, não teria maioria nas Cortes.

Nã foi apenas durante o consulado de Franco que a Catalunha, as Províncias Bascas e a Galiza receberam do Poder um tratamento discriminatório na tradição imperial iniciada com a

Casa de Áustria. O fim da ditadura não pôs termo ao relacionamento desigual. Na hierarquia do Estado



EM FOCO



■ Miguel Urbano Rodrigues

espanhol o espírito da integração, ou mais exactamente anexionista, permanece vivo em amplos sectores. Na viragem para o século XXI, são ainda numerosos na Alta Administração os funcionários que consideram uma *traição à pátria* os estatutos que asseguram a autonomia (marcada por grandes restrições) à Catalunha, à Galiza e a Euskadi.

Diferente é a posição adoptada pelos homens de negócios em Madrid. Conscientes do papel desempenhado pela Catalunha como alavanca do desenvolvimento económico do país, evitam a polémica em torno da questão das nacionalidades. A unidade da Espanha, compatível com a diversidade, salientam, nasce do funcionamento da economia moderna. Preferem fazer a apologia da globalização. Se esta avança a nível mundial seria uma irracionalidade, dizem, a Espanha contrariar a tendência. O discurso do capitalismo é muito mais inteligente que a arenga do saudosismo castelhano.

É na perspectiva dos defensores intransigentes do neoliberalismo ortodoxo que adquire clareza e significado a estratégia que atribui uma importância especialíssima ao investimento espanhol em Portugal. A *invasão espanhola* merece ser tratada como um capítulo muito especial da globalização.

Está por fazer, creio, um inventário minimamente credível das posições conquistadas pelo capital espanhol em Portugal. Será, aliás, um inventário difícil. O jogo dos testas de ferro é subtil como ficou demonstrado ao rebentarem alguns escândalos no processo de privatização da banca. Mas a ofensiva assume transparência em muitas áreas. Na construção e no comércio o assalto espanhol é alarmante. A Norte do Douro começa a assustar as populações.

A relação entre os dois países é cada dia mais desigual. Essa evidência está omnipresente na imprensa espanhola. A sobrançeria com que falam de Portugal e dos portugueses deixou de ser excepção; é rotineira, mesmo quando disfarçada pelas regras da cortesia e boa vizinhança. A imagem-padrão projectada de Portugal é a de um país atrasado, cuja modernização dependeria da atrelagem à locomotiva espanhola (o exército de desempregados da Espanha é esquecido). Alguns publicistas identificam no vizinho pobre e ignorante uma terra que faz pensar na Galiza antiga.

* * *

As relações entre os povos não devem ser confundidas com as relações entre os estados (nem com os jogos do capital). São infinitivamente mais complexas; resultam de processos moleculares, de afinidades e contradições geradas ao longo de séculos.

O relacionamento com a Espanha é, na tradição portuguesa, encarado como uma

das primeiras, senão a primeira, prioridades da política externa nacional. Mas a tradição tende a esgotar-se em discursos e fórmulas diplomáticas pouco inteligentes, num blá, blá, blá insuportável.

António Guterres orgulhou-se há tempos de tratar por tu Felipe Gonzalez. Ignoro se tem a mesma familiaridade com Jose Maria Aznar. Mas, com tu ou sem tu, o tratamento entre chefes do Governo é irrelevante na textura das relações entre os povos. Temo que António Guterres, sempre muito atento à história factual, seja incapaz, tal como Cavaco, de entender os mecanismos da história profunda.

O diálogo entre Portugal e Castela foi sempre difícil em consequência da quase permanente incapacidade de os governantes do país irmão e parcela ponderável de quadros com responsabilidade na Administração compreenderem que, apesar do absurdo aparente de uma fronteira artificial, o povo português forjara uma nacionalidade própria e quis seguir um caminho solitário, desligado do resto da Península.

Obviamente, em Madrid nem os políticos mais saudosistas de velhas glórias imperiais sonham hoje com a integração política de Portugal, ou, mais exactamente, com o seu desaparecimento como Estado diferenciado.

No mundo contemporâneo são, contudo, muitas, na era da globalização, as fórmulas encontradas para que um número cada vez maior de países possa conservar uma independência formal sem independência real.

A posição hegemónica que a Espanha passou a ocupar como nosso parceiro comercial e a penetração avassaladora dos seus capitais não devem ser interpretadas como mero efeito conjuntural do funcionamento dos mecanismos da União Europeia.

Não. A dependência — é a palavra — cada vez mais acentuada da economia portuguesa de decisões tomadas em Madrid não é uma consequência natural do processo de integração europeia. Resulta de uma estratégia que, sob pena de gravíssimos desenvolvimentos, não pode ser ignorada pelo Estado português.

Aquilo que não foi alcançado pela força das armas em oito séculos de um caminhar histórico separado aparece aos grandes grupos económicos e a alguns sectores políticos, em Espanha, como atingível pelo poder e pelo jogo do dinheiro.

Noutro contexto e mediante mecanismos diferentes, assistimos, afinal a uma retomada, suave, difícil de definir, da utopia do iberismo, que no último quartel do século XIX confundiu e cativou intelectuais com a dimensão de Antero (que depois a abandonou).

Não é apenas delicado abordar o tema. Para mim é também doloroso. Alentejano da fronteira, educado no amor da Espanha e da sua cultura (o Quixote continua a ser o meu livro de cabeceira), bisneto de uma andaluzia, aprendi ainda adolescente a admirar o povo do país irmão e a sua grande contribuição para o progresso da humanidade.

Não é, entretanto, o povo de Espanha que está em causa e sim uma política insidiosa cujo desenvolvimento terá, com urgência, de ser travado. Porque a questão espanhola volta, por meios e caminhos diferentes, a exigir do povo português respostas inseparáveis da opção que nos fez na Península seguir um rumo próprio, diferenciado.



Automóveis, poluição e humanidade

Na área metropolitana de São Paulo, quatro milhões de automóveis envenenam mais a atmosfera do que, juntos, os dez milhões de carros de Londres e Paris.

No México, a Comissão de Controlo Ambiental recomenda aos habitantes da capital que nos dias de mais elevado índice de poluição permaneçam o mínimo tempo possível expostos ao ar livre, não abram portas nem janelas e não façam exercícios físicos entre o meio-dia e as quatro horas. Esses dias, aliás, são presentemente, quase de rotina na gigantesca metrópole de 16 milhões.

Em Santiago do Chile as crianças aspiram diariamente em gases poluentes o equivalente ao fumo de sete cigarros. Em Bogotá, em Caracas, no Rio, em Lima, o flagelo da poluição automóvel não difere muito.

Em nome do respeito pela livre iniciativa, da liberdade de circulação e da liberdade de comércio, o ar, imprescindível à vida, torna-se gradualmente irrespirável nas megalópolis da América Latina. É menor aqui do que no Norte desenvolvido o número de carros, mas matam mais gente, porque as leis foram concebidas para serem desrespeitadas.

O mal, ou seja, a religião do automóvel, nasceu, entretanto, em casa do grande vizinho imperial do Norte.

Ideado para libertar o homem de antigas e pesadas servidões, o automóvel escravizava-o cada vez mais.

No Brasil são já pouquíssimas as pessoas que viajam de comboio. O sistema ferroviário, a cair aos pedaços, parece coisa de museu. Colidia com interesses poderosos. A única empresa cujas linhas funcionaram, em tempos, razoavelmente, acaba de ser adquirida em leilão por um grupo norte-americano. Não se enxerga futuro para ela.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano recordou recentemente em interessante crónica sobre a *Automovelcracia*⁽¹⁾ as circunstâncias em que Henry Ford (o criador da cadeia de montagem) e Harvey Firestone (o homem dos pneus) se entenderam com Rockefeller para estruturar uma aliança cujo objectivo era desmantelar os caminhos-de-ferro em benefício do automóvel.

Em Washington, ouvi de jornalistas amigos que durante anos o Metro de Los Angeles foi o orgulho daquela cidade. O

seu serviço era um modelo para transporte de massas. Porque era incómodo, a General Motors adquiriu-o. Transcorrido menos de um ano, esse Metro exemplar ficou tão mau e sujo como o de Nova Iorque.

As transnacionais que controlam a produção de petróleo e automóveis movem em todo o planeta — sobretudo nos países subdesenvolvidos — uma guerra não declarada mas tenaz contra os transportes públicos colectivos. Identificam neles, pela concorrência que fazem ao automóvel, um estorvo aos seus negócios.

Sessenta das maiores empresas do mundo, com um poder económico (e político) gigantesco integram a aliança tácita que está ao serviço da ditadura das quatro rodas.

A humanidade não se encontra, todos o sabemos, em condições de prescindir, por ora, do automóvel. Não se trata disso. Mas é cada vez mais intolerável, como sublinha Eduardo Galeano, que os direitos humanos terminem onde começam os direitos das máquinas.

Os *media*, significativamente, escondem o mais possível os malefícios da religião do automóvel. Pouquíssimos cidadãos em qualquer país sabem, por exemplo, que os acidentes de trânsito (já não falo das doenças respiratórias) matam anualmente só nos EUA mais gente do que o total de vítimas americanas no Vietnam ao longo de toda a guerra.

Na Europa, o bom senso permitiu que o acesso de carros aos centros históricos de cidades que são Património Cultural da Humanidade seja cada vez mais restrito ou mesmo proibido. Na América Latina é o mau exemplo que marca o rumo. O modelo de Chicago tem mais imitadores do que o de Florença.

No horizonte temporal próximo não são, infelizmente, perceptíveis sinais de mudança de mentalidade. A teologia do mercado e a apologia da globalização contribuem para valorizar a máquina e o jogo do dinheiro subalternizando o homem, reduzindo-o a objecto.

(1) In Revista «Atenção», nº 5, São Paulo, Abril de 1996.

■ Miguel Urbano Rodrigues

EM FOCO

«Leader» modernizador, Tony Blair, exige

■ Manoel
de Lencastre

Fim da ligação trabalhismo-sindicatos

Este, foi mais um Verão do descontentamento, na Grã-Bretanha. Menos cidadãos e cidadãs das nações britânicas saíram em férias para o estrangeiro. As cidades abafam sofrendo terríveis constrangimentos sociais. Por um momento, um só momento, a Inglaterra viveu uma sedução de glória quando se achou à beira da conquista do Campeonato da Europa de futebol, mas tudo morreu inesperadamente face ao rápido restabelecer da realidade.

As greves sucedem-se. A privatização dos comboios, uma medida apenas ideológica e fundamentalista dos conservadores, exacerbou os ânimos. Ninguém compreende a lógica desta privatização maldosa e selvagem. Os trabalhadores, que pertenciam todos a uma só grande empresa nacional, a British Rail, acham-se divididos, agora, por mais de 50 diferentes companhias. Mas isso, estranhamente, está a produzir entre eles um grande movimento de unidade.

O Sindicato RMT (Rail, Maritime & Transport) avisou, na semana passada, de que todo o sistema ferroviário britânico fechará, dentro de dias, após o voto favorável à greve por parte dos maquinistas de seis das principais companhias. Nesta conjuntura, algumas delas já se aprestam a realizar acordos com o Sindicato. Mas os dirigentes deste declaram que as grandes linhas do Sul com terminus na estação de Waterloo, o Inter-City West (para Bristol, Newport, Cardiff, Swansea, etc.) o extremamente lucrativo Gatwick Express (que opera

paria múltiplos dias na organização da respectiva votação, significaria a desmobilização dos trabalhadores, esse, o verdadeiro objectivo dos «New Labour» blairistas. O Sindicato dos Correios fez saber aos dirigentes direitistas e pró-capitalistas do «New Labour» que se considerava perfeitamente mandatada pelo voto inicial de todos os seus filiados. E as greves de um dia, contra as práticas desregulamentadoras e as tentativas de imposição de técnicas de flexibilidade por parte dos patrões, prosseguirão.

Trabalhismo sem unidade

«New Labour» e o seu chefe máximo, Tony Blair, em pânico, aproveitaram a realização do Congresso dos Sindicatos, em Blackpool, para fazerem circular a informação de que se encontram dispostos a cortar, definitivamente, os laços que unem o movimento dos sindicatos britânicos ao Partido Trabalhista. Este divórcio, que indicaria o fim de uma relação formada em 1900, «libertaria» o «Labour Party» da sua tradicional etiqueta de partido dos trabalhadores e lança-lo-ia na rota do eleitoralismo a 100%, na desclassificação na vida própria dos partidos políticos oportunistas sem real base. É isso que os modernizadores desejam. É isso que os conservadores exigem. É com isso que os interesses da City sonham.

Por outro lado, a verificar-se a separação em causa, deixaria de existir nos congressos trabalhistas, o voto em bloco que os grande sindicatos exercem, seriam abolidos os lugares reservados aos mesmos no Comité Executivo do Labour Party; os direitos dos sindicalistas ao voto para a eleição dos dirigentes trabalhistas, deixariam de existir. O Par-

As relações entre o movimento sindical (Trades Unions Congress) e os trabalhistas, apesar dos laços que unem ambas as organizações, nem sempre foram completamente harmoniosas. Em muitos períodos históricos, as diferenças de prioridades e de opiniões levaram-as à beira do conflito. Mas todos os «leaders» trabalhistas, até agora (Ramsay Macdonald, Clement Atlee, Harold Wilson, James Callaghan, Neil Kinnock), acabaram por compreender que o Partido Trabalhista nada seria sem os sindicatos. É Tony Blair, o modernizador dos modernizadores, quem começa a erguer, de maneira perigosa, a bandeira do separatismo. Mas Tony Blair, não é trabalhista. Não é socialista. É um «Tory» de origem de classe média que se encontra infiltrado no trabalhismo com três objectivos: a conquista do poder, a destruição dos últimos vestígios das ideias socialistas na Grã-Bretanha, a defesa do capitalismo.

Keir Hardie, o fundador do trabalhismo, tornou-se conhecido, em 1892, ao surgir na Câmara dos Comuns como deputado pelo «Independent Labour». Isto, contribuiu, poderosamente, para a unidade entre os movimentos sindicalista e trabalhista quando muitas figuras do TUC suspeitavam da possibilidade dessa união. Mas a pertinácia de Keir Hardie, um escocês, conduziu à formação do Labour Party, o partido actual, numa histórica reunião que teve lugar no «Memorial Hall», na Farringdon Street, em Londres, a 27 de Fevereiro, de 1900. Os primeiros deputados pelo novo Partido foram o mesmo Keir Hardie, por Merthyr, e Richard Bell, por Derby. Em 1913, alguns dos principais obstáculos que ainda existiam quanto ao financiamento do partido pelos sindicatos e ao trabalho daquele a favor destes na Câmara dos Comuns, foram, finalmente, removidos. E o principal partido político do povo britânico começou a percorrer, então, a difícil, acidentada e dramática trajectória que se conhece e que não se pretende traçar aqui, neste momento.

Entretanto, algumas das principais decisões conseguidas no Congresso de Blackpool foram as seguintes: 1/Reformas: voto a favor da ligação entre as médias de aumentos salariais e as que se aplicam aos aumentos das pensões de reforma; proposta de um substancial aumento destas; 2/Violência no trabalho: voto exigindo aos patrões que tomem medidas contra o aumento dos acidentes e da violência em geral; esta exigência foi dirigida, igualmente, a todas as organizações e serviços públicos; 3/Europa: os delegados aprovaram um documento que apoia a evolução para a moeda única europeia; 4/Redução das horas de trabalho semanal: aprovada a directiva da Comunidade Europeia que prevê a limitação do tempo semanal de trabalho para um máximo de 48 horas, apenas; 5/Racismo: o Congresso deplorou a extensão das práticas racistas no trabalho e em todos os sectores da sociedade e pediu aos sindicatos que exercessem pressão sobre o patronato no sentido de que sejam abandonados certos hábitos de controlo relativamente a trabalhadores imigrados; 6/Salário Mínimo: foi aprovada uma série de moções exigindo a aplicação de um salário mínimo de entre £3-58 (Esc: 860) por hora e £4-26 (Esc: 1.022).

Inês de Castro

A estreia da ópera «Inês de Castro» durante o Festival de Edimburgo foi um dos pontos altos e mais controversos que a grande concentração de actividades culturais e artísticas, que se realiza anualmente durante o mês de Agosto na capital da Escócia, apresentou. Trata-se de uma produção musical da autoria do compositor escocês James Mcmillan que, inovadoramente, levou alguns aspectos da História de Portugal a um público pouco conhecedor da mesma. Esse público, podemos dizê-lo, ficou assombrado, horrorizado, de coração quebrado em alguns momentos mais apaixonantes que a realização conseguiu.

Os escoceses, provavelmente, pensavam que era apenas a sua História, ou a de Inglaterra, que se fizera de momentos sanguinários e de intenso fundo dramático. Ao verem a cena principal, a do assassinato de Inês, encontraram-se, inesperadamente, perante um conhecimento mais global da História das nações europeias. E esta «Inês de Castro» foi imediatamente incluída no reportório da «Scottish Opera» para o programa deste Inverno.

James Macmillan não é um autor desconhecido. Homem novo, tem feito diversas tentativas no campo da produção de música lírica. Foi, recentemente, apreciado em termos positivos durante a apresentação de vários trabalhos de sua autoria, em New York. Mas a crítica inglesa, na generalidade, mostrou-se céptica. Fez boas referências, entretanto, à soprano Helen Field (Inês de Castro), cuja voz de estilo «wagneriano» achou apropriada para o desempenho daquele papel.



entre Victoria e o Aeroporto de Gatwick) paralisarão. Outras votações de trabalhadores a favor do alargamento do movimento de greve nos comboios produziram resultados surpreendentes pela sua solidez – Anglia Railways, 66%; Cardiff Railways, 90%; South West Train, 78%. Na Scotrail (Escócia), 80% dos trabalhadores do serviço nocturno decidiram juntar-se aos seus colegas das rotas diurnas. O voto vai alargar-se durante a semana corrente às empresas Central Trains, Network South Central e South Eastern. O serviço ferroviário na Grã-Bretanha, como se infere destes escassos elementos, transformou-se numa selva. E os passageiros, a quem, agora, chamam clientes, declaram-se, constantemente, ao lado dos trabalhadores. Deixaram de acreditar nas privatizações.

Estas greves, que surgem depois das do London Underground (Metropolitano de Londres) e de diversas outras em serviços públicos, como no sector dos bombeiros, alertaram a direcção modernizadora do Partido Trabalhista (New Labour). Como se sabe, estes políticos de «champagne» haviam já manifestado reservas quanto às greves dos Correios e produzido ameaças contra os mais combativos «leaders» sindicais do sector. Na óptica dos modernizadores, as greves de um dia deveriam ser precedidas de um voto favorável dos trabalhadores envolvidos – isto, significaria que um dia de greve ocu-

tido Trabalhista seria «livre» – livre de «opressão» dos sindicatos. Mas ficaria cativo, cativo para sempre, do imperialismo. E tombaria no vazio. Eis o destino do Labour Party, nas mãos dos blairistas, se lhes for consentido continuar a política «thatcherista» que adoptaram, para desgraça do povo das Ilhas Britânicas.

Tony Blair sonha, de facto, com um «New Labour» de estilo americano. Um partido que não depende dos financiamentos que os sindicatos britânicos proporcionam e possa apelar «à sociedade» e ao «big business», livremente, para ter acesso a novos fundos. Não nos parece fácil, entretanto, que Tony Blair e os seus companheiros de aventuras no oceano das modernizações, consigam convencer os sindicatos a deixá-los partir para o desconhecido com um Partido Trabalhista cujas raízes populares estão longe de ter desaparecido. Um referendo interno dividiria o trabalhismo de alto a baixo. Os sindicatos britânicos e as suas organizações filiadas, ainda controlam metade dos votos nos congressos trabalhistas. Na verdade, enquanto o Partido recebe quotas de cerca de 365.000 membros, embolsa, igualmente, donativos (levies) de mais de 4 milhões de sindicalistas. O Labour Party nunca poderia funcionar, efectivamente, sem o apoio das organizações sindicais cujos voluntários são quem faz toda a propaganda e quem chama a si os principais papéis organizativos nas campanhas eleitorais.

Palavras

e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Grito de alerta à Humanidade sobe da selva de Chiapas

Chega-me através do jornal mexicano *La Jornada*, já depois transcrito na íntegra pelo *Monde Diplomatique*, um texto histórico pela importância dos avisos que difunde e impressionante até pela sua beleza literária. São as palavras finais do Exército Zapatista de Libertação Nacional no acto de encerramento do primeiro encontro intercontinental pela Humanidade e contra o neoliberalismo, que se efectuou no dia 3 de Agosto passado algures na floresta de Chiapas, no Sul do México. Escrito pelo comandante Marcos ou por um colectivo de participantes, este documento é simbolicamente datado de *La Realidad, Planeta Tierra*.

Os índios rebeldes de Chiapas, em armas contra o seu nível de vida sub-humano, contra o esquecimento a que foram votados por sucessivos governos mexicanos, analisam e condenam a tentativa de globalização do mundo, e a extinção das culturas nacionais, excepto a norte-americana, denunciando a falsa política humanitária Norte-Sul que efectivamente impede a ascensão económica das sociedades chamadas periféricas, como a deles, ameríndios, e as dos povos do incário, da Ásia e da África. Tão-pouco esquecem as bolsas de miséria e de exclusão atroz que existem já por toda a Europa desenvolvida e aumentam de forma aterradora mesmo nos Estados Unidos.

Este texto em defesa dos pobres da Terra pretende ser um primeiro degrau para um levantamento mundial contra o neoliberalismo, contra a destruição da Terra pelo império do dinheiro.

Levantamento de opinião, antes de mais. O comité clandestino revolucionário indígena que comanda o Exército Zapatista de Libertação Nacional pretende formar uma rede colectiva de todas as lutas e resistências particulares ao neoliberalismo, uma rede intercontinental de defesa da Humanidade. Com extensões em cada país, em cada campo, em cada cidade, em cada casa, escola ou empresa em que vivam seres humanos que queiram um mundo melhor.

Este exemplo, que nos chega de comunidades indígenas da América, é digna de toda a ponderação. E, se for adiante o projecto, ideado pelos índios de Chiapas, de realização do seu segundo encontro internacional na Europa, em 1997, estejamos atentos.

Não é por acaso que eles já constituem uma força moral e aspiram a mundializar «uma rede de vozes que nasce resistindo e reproduz a sua resistência noutras vozes ainda mudas e solitárias».



Portugal não é uma «criação do séc. XIX»... nem um «país em vias de diluição»!

■ Sérgio Ribeiro

Na sua edição de 27 de Agosto, o *Le Soir*, o jornal de maior tiragem e circulação na Bélgica, ou talvez só em Bruxelas, trazia uma entrevista na nobre página 3, com chamada e fotografia na 1.ª página, com um senhor chamado Louis Tobback, que é, nem mais nem menos, «o presidente do SP», o Partido Socialista da Flandres.

Ora, o «presidente dos socialistas flamengos» não mastiga as palavras. Define situações e traça um futuro para o seu país (?) e a «Europa» de forma deveras curiosa e elucidativa. Para ele, a Bélgica há muito tempo que teria deixado de existir se não houvesse Bruxelas e a dívida. Quanto ao futuro, a Bélgica existirá enquanto houver a dita dívida, e Bruxelas continuará a existir, após se «diluir o Estado belga na Europa», mas com estatuto diferente, como «distrito europeu», como «capital europeia».

A entrevista anda à volta destas concepções e previsões e se por aqui se ficasse nem haveria muito a acrescentar. Salvo, talvez, sublinhar que há quem assim pense e quem assim procure «construir a Europa». Como é seu direito. Aliás, cada país tem os cidadãos que pode ter (não disse que merece, porque é mais complicado...), e cada cidadão terá a pátria que traz em si... e a deste senhor, a Bélgica, é, segundo ele, «um país em vias de diluição»!

Mas até se poderia entender. Quando, onde se nasce, atrás de nós há pouco mais de um século de existência como Estado, quando, nesse lugar, país, nação ou Estado, há duas línguas que (não) coexistem e até dão lugar a «guerras de guichet» (e outras), quando um flamengo chamado Jacques Brel escreve a canção mais preñe de amor pela terra em que nasceu que é «Le plat pays» e, ao mesmo tempo, proíbe, noutra canção, que os seus compatriotas obriquem os seus filhos a «uivar em flamengo», nem espantará muito que um político deste país (se país foi, ou é... pelo menos para ele) veja numa Europa das regiões a solução de problemas políticos nacionais, e encontre na fórmula federal e nos exemplos dos Estados Unidos e da Alemanha, as referências mais estimáveis.

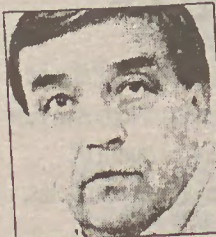
O que já não se pode entender, e muito menos aceitar, é que este mesmo político, para apresentar e defender as suas teses, revele uma concepção cavernícola de democracia e, na melhor das hipóteses, uma ignorância histórica lamentável e inadmissível.

Passo sobre o modo como caracteriza o jogo político, a ser feito por políticos profissionais, com a população eleitora a julgá-los, isto é, dar-lhes emprego e a promovê-los ou a penalizá-los e a remetê-los para

une première décision sera prise concernant le gardien de but. Le successeur de Van Himst a cependant d'ores et déjà annoncé que sa formation serait très offensive. Il faut absolument gagner ce premier match. EN PAGE 23

Tobback: le salut dans l'Europe

Un pays en voie de dilution



Louis Tobback, le président des socialistes flamands, en est convaincu: dans une trentaine d'années, la Belgique, sous sa forme actuelle, aura vécu. Et son avenir pourrait bien être moins polémique qu'aujourd'hui. Les querelles belgo-belges pourraient en effet trouver un terme grâce à l'Europe, qui absorberait nombre de compétences des Etats, si l'union monétaire et politique se réalise. A cette perte de pouvoir s'ajouterait le transfert de nouvelles compétences aux Régions. Autrement dit: La Belgique pourrait se diluer sans mal dans l'Europe. Louis Tobback est d'ailleurs prêt à se battre pour la Belgique... pour autant qu'elle soit utile au bien-être des citoyens. Sinon: on peut laisser aller... Quant à l'avenir de Bruxelles, il passe inévitablement, dit-il, par un statut de district européen. Photo Alain Dewez. EN PAGE 3

...la majorité

Pior ainda é que, logo na resposta seguinte, revelando o seu cego eurocentrismo ou o que poderá ser a sua ignorância instrumentalizadora, acrescenta: «... não esqueçamos que, à excepção da França, todos os Estados continentais europeus são criações do século XIX.» (!!).

Uma Europa em que séculos de convivência nacional (a portuguesa vem do século XII!) sejam respeitados e constituam as peças-base de um mosaico de diferenças culturais, idiossincráticas, em que os povos sejam ouvidos e participem realmente na vida pública, não é utopia irrealizável. É luta a prosseguir. Contra quem, cá dentro e lá fora (como explicitamente faz este político belga), pretende diluir realidades nacionais que se desconhecem, fingem desconhecer ou desvalorizam em favor de projectos de moeda única ao serviço de interesses económicos transnacionais.



As palhaçadas do Bossi...

Foi particularmente hilariante a «declaração da independência da Padânia», a rica Região Norte da Itália, protagonizada por Umberto Bossi, o líder dum partido direitista da região, a Liga Norte. O «acto» previa uma espectacular romagem à nascente do rio Pó, de onde Bossi desceria triunfalmente leito abaixo, sonhando com a adesão maciça das populações. Assim uma espécie de «marcha sobre Roma» ao jeito fascista de Mussolini. Como não podia deixar de

ser, as televisões estavam lá em peso e ainda bem, porque se não o homem ainda se via sozinho a braços com a nascente. E lá o vimos, acompanhado de umas dezenas de maduros, a encher solenemente uma garrafinha com água, provavelmente na crença de um milagre independente. Nem assim: a sonhada descida triunfal transformou-se num regresso de rabo entre as pernas, porque nem em Turim, um suposto «bastião» dos independentistas, o Bossi juntou mais que uns escassos dois ou três milhares para a primeira «comemoração» do «acto fundador» da Padânia.

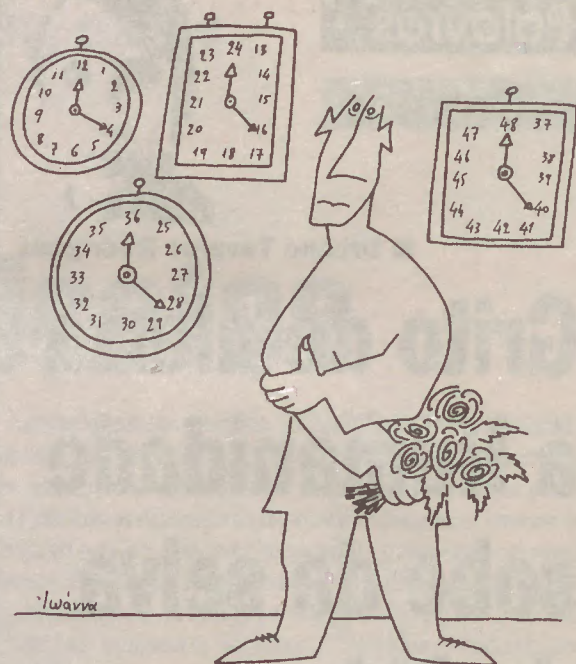
PONTOS CARDEAIS

Entretanto uma sondagem a nível nacional mostrou que mais de 90% dos italianos se opõem a qualquer ideia de secessão, incluindo na Padânia, onde também cerca de 90% da população repudia a «independência». Ó Bossi, mas que grande bossa!

... e as palhaçadas boçais

Mas nem só em Itália há palhaçadas. No nosso país também há quem dê espectáculo e, entre eles,

Alberto João Jardim deixa o Bossi a ver navios. A última de que se lembrou foi de que o Governo português se preparava para entregar as Ilhas Selvagens aos espanhóis, através de um esquema complicadíssimo que passaria pela classificação das ilhas como «rochedos», o que abriria a possibilidade de a Espanha se apropriar do território. E lá teve o Ministério dos Negócios Estrangeiros de esclarecer que, durante os trabalhos para a ratificação por Portugal da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, «nunca esteve em causa a alteração



do estatuto das Ilhas Selvagens como ilhas». É este homem, a quem a República tem aturado os mais inconcebíveis dislates secessionistas, que se arvora de repente em defensor da pátria, ao mesmo tempo que actua à margem das leis do País, nomeadamente as eleitorais. E se o classificassem de «calhau»? O epíteto era capaz de lhe ficar muito melhor a ele que às pobres Ilhas Selvagens...

Então afinal?!...

Afinal Bill Clinton já não quer aplicar um «correctivo desproporcionado» a Saddam Hussein! Foi o próprio que o revelou, garantindo aos jornalistas que «não procuramos o confronto[...] nunca o fizemos e não o faremos agora». Tá-se mesmo a ver. Entretanto a coisa está tornar-se anedótica: Saddam dispara mísseis,

Clinton cerca-o de imediato com armas terríveis ameaçando dar-lhe um «correctivo desproporcionado», Saddam mete a viola no saco e diz que não ataca mais os americanos e Clinton, ainda com os seus magníficos vingadores a cercar o Iraque, diz que não procura o confronto! O que Clinton não disse é que não obteve apoio, por parte dos aliados, tanto no Golfo Pérsico como na Europa, para mais esta arrogância imperial...

Oportunistas

Muito rápidos foram os deputados Sérgio Vieira, pela Juventude Social Democrata (JSD), e Jorge Ferreira, pelo PP, a entregarem no Parlamento os respectivos projectos de lei que visam o mesmo objectivo: abrir a possibilidade à criação de vagas adicionais para os alunos da 2ª fase dos exames nacionais. Lá que este Ministério da Educação continua a meter água em grande como os anteriores, é verdade, tal como o é a urgente necessidade de encarar o Ensino com mais respeito e menos «paixão». Mas vermos estes diligentes senhores a surgirem, na espuma do descontentamento estudantil, com propostas que vão ao arrepio de tudo o que fizeram e defenderam até há pouco mais de um ano, quando agonizava o longo consulado cavaquista, é um bocado de mais. Sentido de oportunidade?! De oportunismo, talvez.

PONTOS NATURAIS

Jogo das cinco pedrinhas

Um irmão, a outra mão.

*

A TV? Ela te vê.

*

Dinheiro tem sempre um preço.

*

As aparências são empréstimos onerosos.

*

Servir o Poder. Servir quem?

*

O pragmatismo revela o servilismo.

*

Ninguém é substituído por ninguém.

*

Homem rico, mil homens pobres.

*

Poesia, o reverso do verso.

*

Somos oficinas uns dos outros.

*

Lua cresceu para dar luar.

*

Quem muito morre, pouco vê.

*

Se lês, de ti lês.

*

Flor é um hábil ardil.

*

Cinco dedos, fazem a mão.

*

Pesadelo é um sonho psicopata.

*

A música diviniza os ouvidos.

*

As mãos fazem a alma.

*

Só morre o que esquecemos.

*

Futuro é salário a haver.

*

Amar o Partido, ofício quotidiano.

*

Todas as horas têm H.

*

Partido, a ciência da consciência.

*

Recordar, mas só para demonstrar.

*

A cavalo bravo, cavaleiro manso.

*

Toda a alegria tem juros.

*

Não sonhes de olhos fechados.

*

Amanhã podemos ter dias difíceis.

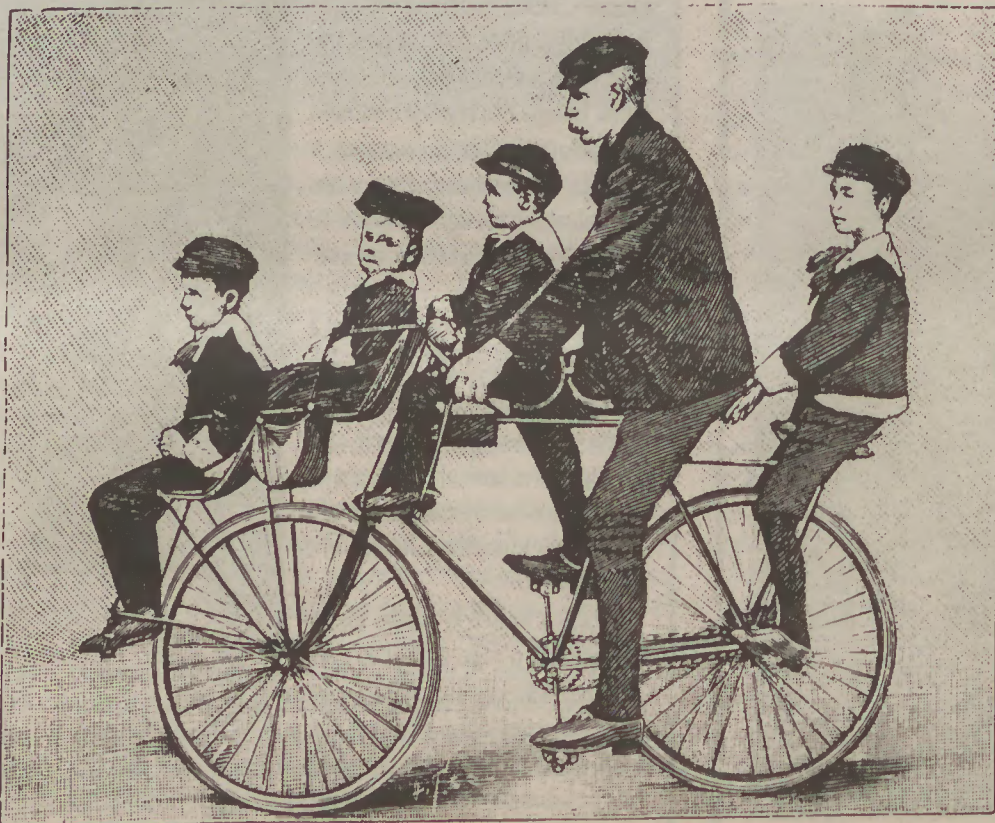
*

Só quem amo me ordena.

*

O principal é perguntar porquê.

Mário Castilho



AGENDA

DISTRITO DE LISBOA

ALGÉS

Plenário de militantes

20 Setembro - 21h00

Centro de Trabalho de Algés

Com a presença de um camarada do Comité Central, realiza-se na próxima sexta-feira, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho de Algés, um Plenário de militantes para balanço da Festa do «Avante!» e discussão das tarefas decorrentes da situação política.

FREGUESIA DO ALTO DO PINA

Plenário de militantes

Domingo - 22 Setembro - 15 horas

(na Alameda D. Afonso Henriques, 72 - 2º Esqº)

Ordem de Trabalhos:

1. Balanço de Trabalho

2. Situação Política e social

O Plenário contará com a presença do camarada Martinho Baptista, responsável da Zona Oriental de Lisboa

SINTRA

Reunião da Comissão Concelhia

23 Setembro - 21h30

no Centro de Trabalho de Rio de Mouro

SANTA JUSTA
(COUÇO)

Festa da Colheita

Dias 21 e 22 de Setembro

Com intervenção política de **Jerónimo de Sousa**, membro da Comissão Política, no sábado, dia 21, às 21h30.



PORTO

REUNIÃO DE MILITANTES

com

CARLOS CARVALHAS

21 de Setembro - 14h45

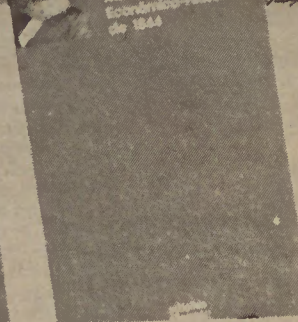
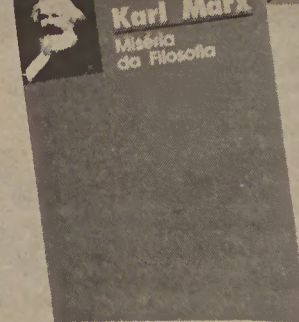
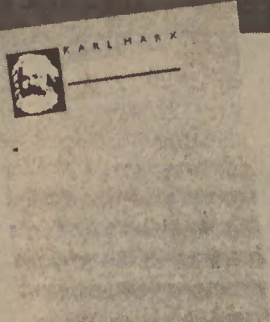
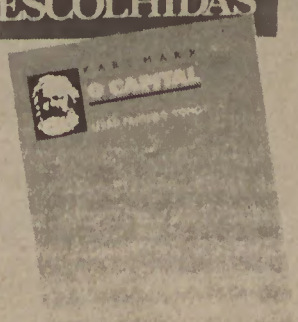
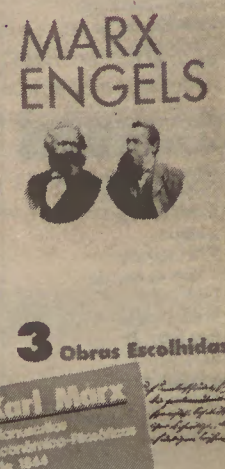
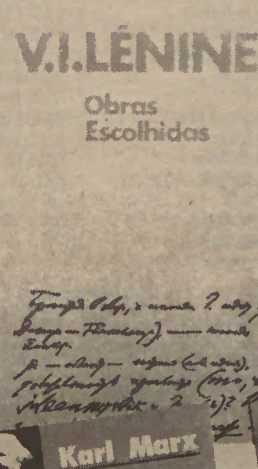
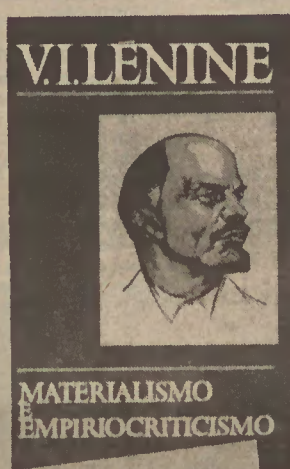
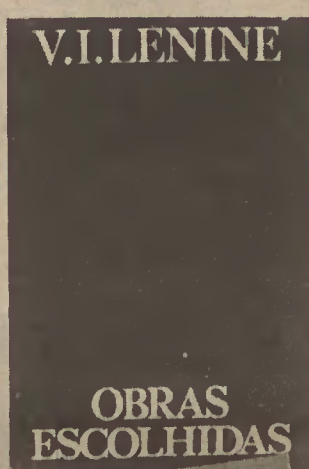
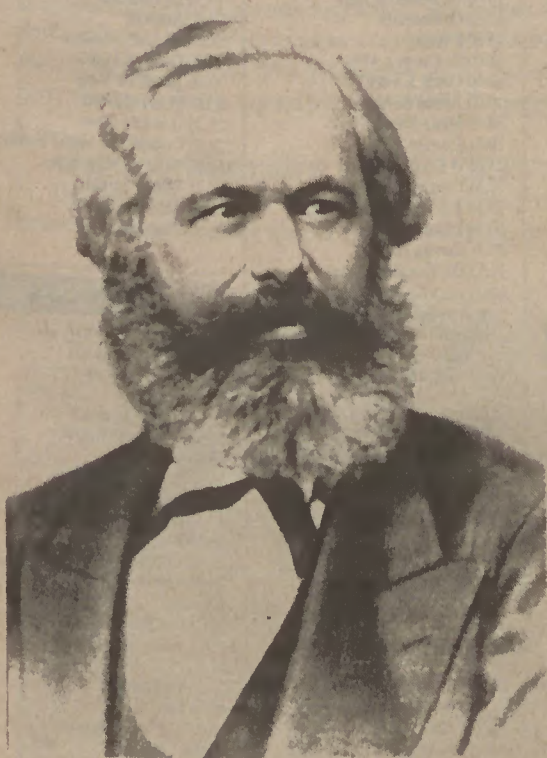
Hotel Tuela

Com intervenção pública
do Secretário-Geral, às 17H00

Com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, realiza-se no próximo sábado, dia 21, às 14h45, no Hotel Tuela, uma reunião de militantes do distrito do Porto, para discussão e análise

da situação política e da próxima intervenção e acção do Partido, com destaque para a preparação do XV Congresso, que terá lugar no Porto, nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro.

Clássicos do Marxismo-Leninismo



TELEVISÃO

Quinta, 19

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Pro Stars
09.35 Ellen II
10.05 Palavras Cruzadas
10.35 O Boco dos Sarilhos
11.05 Trapalhadas da Rádio
11.45 Culinária
12.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 País Real
14.15 Clássicos da RTP
15.15 Infantil / Juvenil
16.20 Herman Total
17.20 A Lei das Ruas
18.15 Malha de Intrigas
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Reformado e Mal Pago
21.35 Primeiro Amor
23.00 Maria Elisa
00.20 O Triciclo
00.50 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
01.15 Volta a Espanha em Bicicleta
01.50 A Ilustre Casa de Black Adder

RTP 2

15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
15.45 Imagens Vivas
16.55 Infantil/Juvenil
19.05 Encontros Imediatos
19.45 Missão Impossível
21.40 Absolutamente Fabuloso
21.15 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 O Último Metro
(de François Truffaut, Fr.-1980, com Gérard Depardieu, Catherine Deneuve, Jean Poiret. Ver Destaque)
00.55 A Morte da Jugoslávia



Alfred Hitchcock

SIC

08.30 Os Conquistadores
09.00 Buéréré
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Ponto de Encontro
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Os Imortais
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
21.50 Moda Roma
23.45 Grande Reportagem
00.50 Último Jornal
01.00 Verdes Anos
03.25 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.00 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Malta Curtida
18.35 Rua Jump, 21
19.30 Novo Jornal
20.30 A Balada de Hill Street
21.30 Martin
22.00 A Aluna e o Professor
(de Martin Ranshoff, EUA-1980, com Shirley McLaine, Anthony Hopkins, Bo Derek. Melodrama)
00.05 TVI Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.05 Picket Fences

Sexta, 20

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Pro Stars
09.35 Ellen II
10.05 Palavras Cruzadas
10.35 O Boco dos Sarilhos
11.10 Noivos Trocados
11.45 Culinária
12.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Fórmula 1 - GP de Portugal (Treinos)
14.10 País Real
14.45 Infantil / Juvenil
15.55 Quem É o Quê?
17.00 A Lei das Ruas
18.00 Malha de Intrigas
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.55 80-60-86
21.35 Primeiro Amor
22.50 Harry, O Detective em Acção
(de Ted Post, EUA-1973, com Clint Eastwood. Acção / Policial)
00.55 24 Horas
01.10 RTP/Financial Times
01.40 Volta a Espanha em Bicicleta
01.55 A Ilustre Casa de Black Adder
02.35 Vidas Nocturnas
(de John Carpenter / Tobe Hooper, EUA-1993, com Stacy Keach, Mark Hamill, Robert Carradine, David Warner. Telefilme / Terror)

RTP 2

15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
15.45 Imagens Vivas
16.50 Notícias
16.55 Infantil / Juvenil
19.05 Máquinas
19.45 Missão Impossível

Sábado, 21

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.00 Fórmula 1 - GP de Portugal
10.55 Jogos de Praia
11.25 Jovens Cowboys
12.35 Jornal da Tarde
12.55 Fórmula 1 - GP de Portugal
14.30 Jornal Jovem
15.30 Top +
16.20 Beverly Hills 90210
17.20 Almas do Outro Mundo
(de Carl Reiner, EUA-1984, com Steve Martin, Lily Tomlin, Victoria Tennant. Ver Destaque)
19.25 Clube dos Totalistas
20.00 Telejornal
20.50 Futebol: Salgueiros-Porto (Campeonato Nacional)
22.50 Primeiro Amor
23.25 Parabéns Júnior
00.55 24 Horas
01.30 Volta a Espanha em Bicicleta
01.45 A Ilustre Casa de Black Adder
02.25 Sem Pecado
(de Fred Olen Ray, EUA-1991, com Tanya Roberts, Margaux Hemingway, Valeria Wildman. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 O Mundo Maravilhoso da Floresta Temperada
12.50 Vida por Vida
13.00 Euronews
13.55 Nas Nossas Mãos
14.25 Um Homem em Casa
15.00 Desporto 2
18.00 Boínas Verdes
19.00 7º W
19.50 Amor à Primeira Vista
(de Rudolf Thome, Alemanha, com Geno Lechner, Julian Benedikt.)
21.15 Semana ao Sábado
22.05 Bailado: «Still Here»
23.05 Festival Internacional de Artes Marciais

SIC

08.30 Buéréré
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Milhões
14.10 Passo a Passo
14.40 Malhação
15.50 Portugal Radical
16.10 Justiça Negra
17.10 Médicos Sem Fronteiras
18.10 Filhos da Escuridão
(de Michael Switzer, EUA-1993, com Peter Horton, Tracy Pollan. Drama)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.05 Último Jornal
01.25 O Herói do Deserto
(de Rugero Deodato, EUA-1989, com Miles O'Keefe. Aventuras)

TVI

09.30 Clube da Manhã
12.00 Novos Ventos
12.30 Notícias
13.00 Contra-Ataque
14.15 Troféu Carina
14.30 Condor (Documentário)
15.30 Ténis
16.00 A Nobreza Corre nas Veias
(de Clarence Brown, EUA-1944, com Mickey Rooney, Donald Crisp, Elizabeth Taylor, Anne Revere, Angela Lansbury. Ver Destaque)
18.10 California Dreams
18.40 Os Novos Intocáveis
19.30 Telejornal
20.30 Babylon 5
21.30 Docas
22.40 Últimas Notícias
23.00 Futebol
00.45 Os Últimos 7 Dias de Laura Palmer
(de David Lynch, EUA-1992, com Sheri Lee, Moira Kelly, David Duchovny. Drama)

Domingo, 22

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Jogos Sem Fronteiras
12.00 Sem Limites
12.25 Jornal da Tarde
12.45 Fórmula 1 - GP de Portugal
16.00 Made in Portugal
17.15 Alta Voltagem
17.45 Emoções Fortes
18.15 Portugal ao Desafio
19.15 Casa Cheia
20.00 Telejornal
21.15 Enviado Especial
21.50 Jet 7
22.30 Primeiro Amor
23.10 Domingo Desportivo
00.30 Fórmula 1 - GP de Portugal
00.45 Volta a Espanha em Bicicleta
01.00 24 Horas
01.35 A Ilustre Casa de Black Adder
02.15 Tatuagem de Sangue
(de Worth Keeter, EUA-1993, com Steven Bauer, Chelsea Field, Pamela Anderson. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 Droga, Máscara e Realidade
12.00 Euronews
12.55 Máquinas
13.25 O Dinheiro Não Dorme
14.00 Para Além do Ano 2000
15.00 Desporto 2
19.05 Bom Bordo
19.35 Raposa Matreira
(de William Wyler, EUA-1941, com Bette Davis, Herbert Marshall, Teresa Wright, Richard Carlson. Ver Destaque)
21.25 Artes e Letras - «Dennis Potter»
22.05 O Filme da Minha Vida: «2001, Odisseia no Espaço»
(de Stanley Kubrick, EUA-1968, com Keir Dullea, Gary Lockwood. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buéréré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.50 Guerra dos Mundos
16.50 Justiça Negra
18.00 O Tarzan do 5º Esquerdo
(de Augusto Fraga, Port.-1958, com Raul Solnado, Carmen Mendes, Leónia Mendes, Artur Agostinho. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.15 O Fim do Mundo
22.15 O Cowboy da Noite
(de James Bridges, EUA-1980, com John Travolta, Debra Winger. Drama)
00.45 Último Jornal
01.00 Viagem ao Centro da Terra
(de Henry Levin, EUA-1959, com James Mason, Pat Boone, Arlene Dahl, Peter Ronson. Ver Destaque)

TVI

09.30 Animação
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 A Culpa Foi do Macaco
(de Franco Amurri, EUA-1995, com Thora Birch, Mimi Rogers. Comédia)
18.00 Desafios
20.00 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.15 O Último Dia
21.45 Modelos
23.00 Aventura É Aventura
(de Claude Lelouch, Fr.-1972, com Lino Ventura, Jacques Brel, Charles Denner. Comédia)
00.25 Últimas Notícias



Contos de arrepiar

Segunda, 23

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Pro Stars
09.35 Ellen II
10.05 Palavras Cruzadas
10.35 O Boco dos Sarilhos
11.05 Noivos Trocados
11.45 Culinária
12.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 País Real
14.15 Clássicos da RTP
15.15 Marco Paulo
16.30 Infantil / Juvenil
17.45 A Lei das Ruas
18.30 Malha de Intrigas
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.50 Queridas e Maduras
21.30 Primeiro Amor
22.40 40 Anos da RTP
00.40 Histórias da Noite
01.05 24 Horas
01.45 Segunda Parte

RTP 2

15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
15.45 Imagens Vivas
16.30 Infantil / Juvenil
18.30 Olho Clínico
19.10 Nas Nossas Mãos
19.40 Missão Impossível
20.40 Spray
21.20 Remate
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 Escândalo de Primeira Página
(de André Téchiné, Fr., com Isabelle Adjani, Gérard Depardieu. Ver Destaque)
00.30 Falatório

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buéréré
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Os Donos da Bola
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata + A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Os Imortais
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Roma
20.55 Sal da Minha Vida
21.25 O Rei do Gado
22.15 Olha Quem Fala Agora
(de Tom Ropelewski, EUA-1993, com John Travolta, Kirstie Alley, George Segal, Olimpia Dukakis. Comédia)
00.15 Último Jornal
00.30 Contos de Arrepiar
01.30 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.00 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 Série a anunciar
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Talk-show
18.35 7 ponto 15 (Magazine Feminino)
19.30 Novo Jornal
20.30 Doido por Ti
21.00 O Inexplicável: Bruxas, Lohisomens e Vampiros
22.00 Delito em Red Rock West
(de John Dahl, EUA-1992, com Nicholas Cage, Dennis Hopper, Lara Flynn Boyle. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 24

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Pro Stars
09.35 Ellen II
10.05 Palavras Cruzadas
10.35 O Boco dos Sarilhos
11.05 Noivos Trocados
11.45 Culinária
12.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 País Real
14.15 Clássicos da RTP
14.45 Todos ao Palco
15.50 Infantil / Juvenil
16.00 Todos ao Palco
17.10 Malha de Intrigas
17.50 Futebol: Boavista-Odense
20.00 Telejornal
21.05 De Par em Par
21.35 Primeiro Amor
22.25 O Espírito do Amor
(de Jerry Zucker, EUA-1990, com Patrick Swayze, Demi Moore, Whoopi Goldberg, Tony Goldwyn. Fantasia / Romance)
23.50 24 Horas
00.35 Volta a Espanha em Bicicleta
00.50 A Ilustre Casa de Black Adder

RTP 2

15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
15.45 Imagens Vivas
16.55 Infantil / Juvenil
19.05 Rotações
19.40 Missão Impossível
20.40 Documentário
21.20 Remate
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 O Profissional
(de Walter Hill, EUA-1978, com Ryan O'Neal, Bruce Dern, Isabelle Adjani. Ver Destaque)

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buéréré
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Táci
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata + A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Os Imortais
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Moda Roma
20.55 Jasmim
21.25 O Rei do Gado
22.35 Cantigas da Rua
23.35 Testemunha Silenciosa
00.40 Último Jornal
00.55 Escrita em Dia
01.55 Dr. Estranho-Amor
(de Stanley Kubrick, EUA-1964, com Peter Sellers, George C. Scott, Sterling Hayden, Keenan Wynn. Ver Destaque)
03.45 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Talk-show
18.35 7 ponto 15
19.30 Novo Jornal
20.30 Competente e Descarada
21.00 Pontos nos li
22.00 Uma Vida
(de Bruce Joel Rubin, EUA-1993, com Michael Keaton, Nicole Kidman, Bradley Whitford. Drama)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
01.00 Hunter

Quarta, 25

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Pro Stars
09.35 Ellen II
10.05 Palavras Cruzadas
10.35 O Boco dos Sarilhos
11.05 Noivos Trocados
11.45 Culinária
12.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.40 País Real
14.15 Clássicos da RTP
14.45 Ligações Perigosas
15.50 Infantil / Juvenil
17.10 A Lei das Ruas
18.00 Malha de Intrigas
18.30 Pedra Sobre Pedra
19.00 Vamos Jogar no Totobola
19.15 Futebol: Porto-Gotemburgo
21.30 Telejornal
22.20 As Lições do Teneas
23.00 Primeiro Amor
24.00 Liga dos Campeões
01.00 24 Horas
01.30 RTP / Financial Times
01.45 Volta a Espanha em Bicicleta
02.00 A Ilustre Casa de Black Adder

RTP 2

15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
15.45 Imagens Vivas
16.55 Infantil / Juvenil
19.05 Rumo à Lua
19.40 Missão Impossível
20.40 Os Simpsons
21.20 Remate
21.45 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 A Vida É uma Festa
(de Jean Paul Rappenaud, Fr.-1982, com Yves Montand, Isabelle Adjani. Comédia)

SIC

08.30 A Brincar, a Brincar
09.00 Buéréré
10.00 Olimpíadas Radicais
10.30 Escrita em Dia
11.30 As Receitas do Dia
11.55 Vira Lata + A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Os Imortais
15.30 Buéréré
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Pensão Estrela
21.20 O Rei do Gado
22.30 Comédia da Vida Privada
23.30 Noite da Má Língua
00.35 Último Jornal
00.50 Toda a Verdade
01.50 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Jornal da Uma
13.55 Ambição
15.00 Série a anunciar
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Talk-show
18.35 7 ponto 15
19.30 Novo Jornal
20.30 Frasier
21.00 VR5, Realidade Virtual
22.00 Acima de Qualquer Suspeita
(de Steven Schachter, EUA-1995, com Christopher Reeve, Joe Mategna. Comédia)
23.50 TVI Jornal
00.20 Fora de Jogo
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...



Ai estão de novo
... os Simpsons

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Último Metro (Quinta, 22.45, RTP2)

Em plena ocupação nazi, uma atriz assume a direcção do Teatro Montmartre que o seu marido, um juiz alemão, abandonara. Para o seu primeiro espectáculo, ela encarrega-se da produção de uma peça norueguesa que aquele pretendia produzir e encarrega da encenação um outro amigo, o qual tinha relações com os colaboracionistas. Esta é, em esboço, a história de um filme falhado de François Truffaut, no qual uma multiplicação de personagens convencionais, estereotipadas, provocam a edificação de um filme convencional de que apenas se salvam algumas agudas e dispersas observações sobre os tempos da ocupação.

Massacre em Roma (Sexta, 22.00, TVI)

Especialista em filmes de acção, género em que dá largas provas da sua aptidão como director rotineiro, o cineasta George Pan Cosmatos nasceu em Itália, estudou em Londres e radicou-se nos EUA onde se tornou, sobretudo, conhecido pela sua participação, como realizador, na série de filmes *Rambo*. Este filme, que a TVI hoje transmite, apresenta a curiosidade de desvendar o que poderia ter sido este realizador se o cinema comercial não se lhe apresentasse como caminho mais rentável para a sua carreira. A acção decorre em Roma, durante a II Guerra Mundial, e revela-nos os conflitos entre um sacerdote italiano (Marcello Mastroianni) e um general alemão (Richard Burton) a propósito da execução de três centenas de prisioneiros de guerra italianos, como retaliação face ao assassinato de 33 soldados do exército nazi.

Finalmente Domingo (Sexta, 22.45, RTP2)

Um rico negociante é acusado de um crime mas, inocente, esconde-se da polícia enquanto encarrega a sua secretária de tentar investigar quem é o verdadeiro criminoso. Com uma espantosa fotografia a preto-e-branco de Nestor Almendros, termina com este filme a brilhante carreira de François Truffaut, que aqui encenou uma obra policial e de suspense ao mais puro estilo influenciado por Hitchcock mas apimentada pelo fino espírito de humor do grande realizador francês.

A Nobreza Corre nas Veias

(Sábado, 16.30, TVI)

Um jovem vagabundo, recolhido pela família Brown, vai ajudar *Velvet*, uma jovem filha da família, a alcançar a vitória numa importante prova de equitação, desmentindo que a equitação seja um desporto apenas para o sexo masculino. Um filme infantil (que sempre é bem-vindo à falta de outros nas programações) com um excelente elenco, onde brilham Elizabeth Taylor e Mickey Rooney.

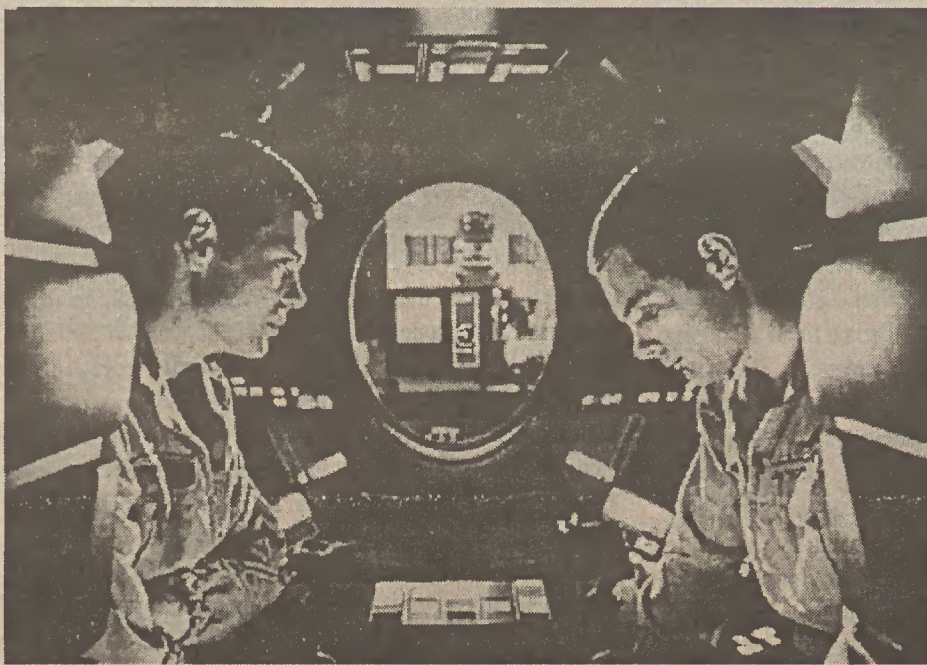
Almas do Outro Mundo

(Sábado, 17.20, RTP1)

De de êxito fácil, estas comédias «sobrenaturais» sempre constituíram um filão no cinema americano. Aqui, Steve Martin (para quem gosta do género) é um intérprete à altura do disparate, o realizador Carl Reiner (que foi um excelente actor) está à vontade no trabalhar dos mecanismos necessários à construção da «intriga», mas é inegável que as gargalhadas acabam por vir para ficar. É experimentar.

Raposa Matreira (Domingo, 14.00, RTP2)

Dois irmãos em busca de substancial financiamento para estabelecerem um negócio pedem ajuda a uma irmã, casada com um ban-



Uma cena capital de «2001, Odisseia no Espaço»: os astronautas Frank Poole e David Bowman estudam a necessidade de desactivar o computador Hal 9.000, mas este sabe ler os seus lábios...

queiro. Esta não tem qualquer êxito nas suas diligências e uma atmosfera de tensão vai aumentando até que ela acaba por assassinar o marido. Com um sábio doseamento dos mecanismos dramáticos, William Wyler constrói aqui um dos grandes clássicos do cinema americano, com um papel absolutamente excepcional protagonizado por Bette Davis.

2001, Odisseia no Espaço

(Domingo, 22.30, RTP2)

Que mais poderá dizer-se sobre este filme, amplamente conhecido dos espectadores, senão que se trata de uma verdadeira obra-prima



Lilly Tomlin e Steve Martin, intérpretes principais de «Almas do Outro Mundo», uma comédia de Carl Reiner



Herbert Marshall e Bette Davis, numa cena de «Raposa Matreira», um clássico realizado por William Wyler

de Stanley Kubrick? Para quem ainda não viu esta obra fundamental da ficção científica cinematográfica, aconselha-se vivamente a que não se perca a oportunidade.

Viagem ao Centro da Terra

(Domingo, 01.00, SIC)

É o famoso romance de Jules Verne habilmente transposto para o cinema por Henry Levin, narrando as fantásticas aventuras submarinas do Professor Lidenbrock e seus companheiros contra os mons-

tros marinhos pré-históricos, antes de descobrirem a Atlântida e serem devolvidos à superfície pela lava de um vulcão. Uma excelente interpretação de James Mason, num imaginativo filme de ficção científica apimentado pela espantosa banda sonora de Bernard Hermann.

Delito em Red Rock West

(Segunda, 22.00, TVI)

Nada neste filme nos surge como credível, nem sequer provável de acontecer, mas o realizador John Dahl tem artes de nos prender ao contar-nos a história de um pacato cidadão, desempregado, que tem o azar de ser confundido com um criminoso contratado para uma tarefa implacável. Boas interpretações de Nicolas Cage e Dennis Hopper.

Escândalo de Primeira Página

(Segunda, 22.45, RTP2)

Um pugilista presta-se a fazer revelações sobre o passado de um político e é pago pelos que procuram calá-lo e pelos que procuram fazê-lo falar. Não aguentando a pressão, foge com a namorada mas é morto por alguém que é extremamente parecido consigo... De peripécia em peripécia, André Téchiné encena aqui um excelente filme que é, ao mesmo tempo, uma história de amor, de corrupção, de fuga e de desespero, com boas interpretações de Isabelle Adjani e Gérard Depardieu.

O Profissional (Terça, 22.45, RTP2)

Se há «perseguições de carros» que ficam na retina, não há dúvida que as vamos encontrar em «doses industriais» neste filme inspirado no clássico cinema negro de Hollywood. Walter Hill iniciava aqui uma carreira brilhante no cinema americano de acção, com um filme em que vem a primeiro plano a rivalidade entre um chefe de polícia apostado em fazer vingar a lei (mesmo que à custa de algumas «irregularidades») e o motorista de um bando de gangsters perseguido em rocambolescas fugas após os assaltos.

Doutor Estranho-amor

(Terça, 01.55, SIC)

Convencido que uma maquinação comunista está a ser tramada, um general americano decide «carregar no botão» e lançar um ataque de bombardeiros B52 sobre a União Soviética, cortando todas as comunicações com a base. O presidente dos EUA ordena um ataque à base, enquanto um outro oficial superior recupera o código secreto do lançamento e ordena o regresso dos bombardeiros. Só que um dos seus comandantes, de chapéu à cowboy, não acata a ordem e encaminha-se perigosamente para o alvo. Os soviéticos ameaçam retaliar, o telefone vermelho não pára. O presidente consulta um antigo especialista nazi em balística que discorre (não sem algum gozo pessoal) sobre as terríveis consequências da catástrofe. Mas o B52 chega ao destino e a primeira bomba atómica começa a cair levando em cima, a cavalo, o comandante cowboy e provocando numerosos cogumelos ao som da voz de Vera Lynn.... Poderosa alegoria pacifista, este filme é uma fabulosa obra-prima (mais uma!) de Stanley Kubrick, absolutamente delirante, com cenas e sequências de antologia e espantosas interpretações de Peter Sellers (três papéis diferentes!) e George C. Scott, entre outros.



Whoopi Goldberg e Demi Moore, em «O Espírito do Amor», de Jerry Zucker



George C. Scott e Peter Sellers, numa cena da obra-prima de Stanley Kubrick «Doutor Estranho-amor»

TELEVISÃO

■ Correia
da Fonseca

O testemunho inesperado

Na rubrica «Cinco noites, cinco filmes», a TV2 consagrou a passada semana ao jornalismo como tema. Suponho que criei expectativas excessivas acerca dos filmes que iria ver ou rever: talvez alguns deles se me tenham mitificado um pouco na memória, talvez o mito tivesse antes a ver com um certo período do Cinema de Hollywood mais ou menos coincidentes no tempo com o «New Deal». De súbito, ia o pequeno ciclo já no fim, na quinta noite, no quinto filme, estoiro o que me pareceu uma grande surpresa: um filme que trazia o título português «A greve dos ardinas», sem dúvida prometedora, «Newsies» no original, realizado por um tal Kenny Ortega, de quem eu nunca tinha ouvido falar. A questão, porém, não estava no realizador mas sim na conjugação, que me parecia inimaginável, do facto de se tratar de uma produção da Disney e de ser um filme percorrido de uma ponta a outra por um claro espírito de esquerda. Acrescente-se que era uma produção de 1992, a décadas do tempo rooseveltiano, e compreender-se-á, creio, o espanto que com razão ou sem ela me tomou. Vim depois a saber que «Newsies» foi o primeiro filme de Kenny Ortega, homem cujo apelido decerto não inspiraria muita confiança aos herdeiros políticos do senador Mac-Charthy. Como é natural, fiquei a admitir que tenha sido também o seu último filme, pelo menos em Hollywood.

Um sistema
em estado «puro»

Tudo começava por uma advertência de importância fundamental: os acontecimentos em que se baseava a película eram históricos, ainda que fossem de ficção algumas personagens nela incluídas. Ora, os tais factos históricos não eram coisa de somenos e não podiam ser integrados no tom habitual com que o Cinema norte-americano nos conta a História dos Estados Unidos. Aconteceu em 1899, em Nova Iorque: uma greve de ardinas, de crianças, fez recuar o poderoso Joseph Pulitzer, o não menos poderoso Hearst e outros grandes patrões da imprensa. Não era, pois, um episódio da conquista do Oeste nem do império dos gangsters de Chicago na década de 20: a conquista era a do pão quo-

todiano, os «bons» não eram cowboys de tiro rápido, os «maus» eram sujeitos que a lenda oficial norte-americana entronizou como heróis do «american dream», o bando dos malvados era a própria polícia nova-iorquina.

Porém, dizer isto talvez não seja ainda contar o mais importante. Em «A greve dos ardinas», embora os heróis fossem crianças, a acção narrada não era de modo nenhum um conto infantil e, bem pelo contrário, tratava-se de uma luta adulta sempre situada em clima verdadeiramente épico, amenizado embora pela opção por uma película do género musical, decorada por momentos de canções e cenas de dança. Recorde-se, porém, que a tradição anglo-saxónica não incompatibiliza o género com a abordagem suficientemente séria de temas graves: lembremo-nos de «Hair» e de «Jesus Cristo Superstar». Quanto ao filme de Kenny Ortega, não se limitava a mostrar-nos a desunamidade ávida dos Pulitzer, a violência de uma «vida democrática» em que a polícia espanca garotos que se organizam para escaparem ao esbulho e à fome. Em segundo plano narrativo, lá estava o operário acidentado que é despedido porque assim deixou de produzir mais-valia para o patrão; lá estava a milícia de marginais recrutados e pagos para provocarem e agredirem os grevistas; lá estavam as instituições de «beneficência» e «solidariedade» suficientemente controladas para poderem servir de complemento do aparelho repressivo e confiadas a lacaios corruptos e por isso mesmo «de confiança». De facto, «Newsies» dava-nos uma panorâmica, claro que não exautiva, da sociedade capitalista em estado puro, com perdão da palavra.

Ontem e hoje

Mas «Newsies» não nos mostrava apenas factos e figuras, ia um pouco para lá disso e ensinava-nos alguma coisa sobre o interior das engrenagens, digamos que sobre a sua «alma». E não apenas acerca das de 1899, o que é ainda mais útil e interessante. Em dado passo, num momento de assumido orgulho pelo âmbito do poder que detém, Joseph Pulitzer recorda a Jack, o líder dos ardinas em luta, que é ele, Pulitzer, senhor da imprensa, que decide o que os americanos hão-de pensar, o modo como hão-de votar. É inevi-

tável que transportemos esta sua lição para a actualidade e identifiquemos quem hoje decide, ou tenta decidir, como pensam e votam os povos das áreas territoriais submetidas ao massacre quotidiano do que dantes era a imprensa escrita, limitada pela alfabetização das populações mas alimentando já o poder de que se gabava Pulitzer, e é hoje a chamada Comunicação Social, com a TV como reconhecida rainha absoluta desse império. Foi assim que o já significativo interesse de «A greve dos ardinas», produto cinematográfico destinado aos circuitos comerciais do Cinema (realizado em Panavision e tudo, como me ensinaram depois), se revelou como testemunho útil aos que se interessam especialmente pela TV, como é o caso desta página.

E, note-se, não foi decerto por acaso que falei em testemunho: é que para lá dos méritos específicos de «Newsies» como filme, que são muitos e a que, naturalmente, não fiquei indiferente, o trabalho de Kenny Ortega pareceu-me precioso como informação a uma larga massa de público (apesar, é certo, da sua transmissão na TV2, canal de menor audiência) e como testemunho insuspeito. Confesso que não sei quem é Kenny Ortega, nem encontrei ninguém capaz de me dissipar esta ignorância no escasso tempo disponível antes de escrever esta crónica, mas calculo que não seja precisamente parente próximo do Daniel do mesmo apelido. Sei, porém, o que é Hollywood, o que é a Disney, o que são os Estados Unidos da década de 90 entre Reagan e Clinton. Que nesse canteiro pouco recomendável para o cultivo da verdade tenha florescido um filme com esta história, esta força documental, estas revelações, que tenha sido possível, decerto que se tenha imposto a prováveis obstáculos surgidos pelo caminho, parece-me notável e, compreenda-se, fazendo eu o que faço, assistindo ao que assisto dia após dia, trouxe-me um certo sabor de pequenina vitória.

Foi esta vitória, minúscula embora, ilusória até, que achei poder registar aqui. Não pelo prazerzinho pessoal que «A greve dos ardinas» me proporcionou, mas porque o filme me veio segredar que, contra muitas aparências, a verdade acaba por sobreviver à sufocação, abre caminho entre conspirações que parecem inexpugnáveis e, um dia, entra inesperadamente pelas casas dentro. A apontar, afinal, para alguma coisa que estará depois e que, sendo sua consequência, é ainda maior que ela.



ESCAPARATE

OUTRAS MÚSICAS

Diálogo
de Baterias

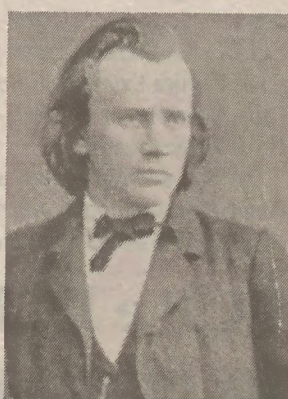
No Centro Cultural Malaposta realizar-se-ão amanhã e sábado, pelas 21.30, dois concertos com um peculiar repertório. Neles actuará o grupo **Tim Tim por Tim Tum** (recentemente coroados com positiva repercussão após a sua actuação no Auditório 1º de Maio na última Festa do «Avante!»)

constituído por quatro dos mais talentosos bateristas e percussionistas portugueses: **José Salgueiro, Alexandre Frazão, Acácio Salero, Cardoso e Marco Franco**, todos eles especializados em áreas da música improvisada e do Jazz, com incursões também pela música popular portuguesa. Trata-se de um projecto que teve origem na sequência do *workshop* realizado pelo baterista e compositor norte-americano **Max Roach** no Jazz em Agosto (ACAR-TE) do ano passado.



JOSÉ SALGUEIRO, ALEXANDRE FRAZÃO, ACÁCIO SALERO, MARCO FRANCO

RÁDIO



Johann Brahms (1833/1897)

«Eurorádio»

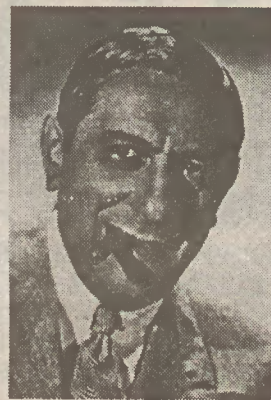
Programa de intercâmbio entre estações de rádio públicas europeias, o **Eurorádio** é um espaço da programação da RDP/Antena 2 em que o ouvinte português tem acesso às melhores gravações por artistas de todos os países do velho continente. Também esta semana isso acontece e o nosso destaque vai para a emissão do dia 22 em que será transmitido o *Concerto nº 1* para Piano e Orquestra de **Johannes Brahms**, e «A Sagração da Primavera» de **Igor Stravinsky**. Numa gravação da Rádio França, será solista o pianista **Emanuel Ax** com a Orquestra Nacional de França sob a direcção do maestro **Charles Dutoit**. Como é habitual, o programa será transmitido às 20.00 horas.

«King» Oliver,
cornetista
e compositor

Também na RDP, mas agora na Antena 1, o destaque vai esta semana para outras músicas: a rubrica *Cinco Minutos de Jazz*, realizada por **José Duarte**, que esta semana apresenta gravações realizadas entre 1929 e 1930 por **Joe «King» Oliver**, um dos mais importantes pioneiros do Jazz clássico. Com presença ininterrupta na rádio portuguesa desde 1966, *Cinco Minutos de Jazz* comemora este ano o seu 30º aniversário e é agora transmitido, de 2ª a 6ª, às 20.50 e logo depois do *Jornal da Meia-Noite*.



King Oliver (1884/1937)



Ernst Lubitsch



Greta Garbo e William Powell, em «Ninotchka»

II Encontros Internacionais
de Cinema Europeu

Começarão amanhã e prolongar-se-ão até 29 de Setembro os **II Encontros Internacionais de Cinema Europeu**, uma iniciativa do INATEL com a colaboração da AMASCULTURA. A primeira parte destes Encontros, cujas sessões decorrerão no Centro Cultural Malaposta, será dedicada ao cineasta alemão **Ernst Lubitsch**, com um ciclo (*O Toque Lubitsch*) em que serão apresentados cinco filmes: amanhã, dia 20 (21.30) *Os Olhos da Múmia Ma* / *Die Augen der Mumie Ma* (inédito em Portugal); dia 21 (15.30 e 21.30) *A Princesa das Ostras* / *Die Austerprinzessin*; dia 22 (15.30 e 21.30) *A Boneca do Amor* / *Die Puppe* (inédito comercialmente em Portugal); dia 23 (21.30) *Ninotchka*; e dia 24 (21.30) *O Pecado de Cluny Brown* / *Cluny Brown*. A segunda parte destes Encontros - um novo ciclo, desta vez subordinado ao tema *Mostra de Cinema Experimental Alemão dos anos 60-70* - terá sessões nos dias 28 e 29 de Setembro (15.30 e 21.30) com a projecção das curtas-metragens *Machorka-Muff*, de **Jean-Marie Straub**; *Jum Jum*, de **Werner Nekes**; *Same Player Shoots Again*, de **Wim Wenders**; *Polly*, de **Rolf Wiest**; *Hotel*, de **Heinz Emigholtz**; *Die Geburt Der Nation*, de **Klaus Wyborny**; *Nachtwache*, de **Bastien Clevé**; e *Materialfilm*, de **Birgit / Wilhelm Hein**. Todos os filmes serão legendados em português.

TEATRO

8º. Festival
da Guarda

Decorre ainda até 23 do corrente o **Festival de Teatro da Guarda** que este ano já vai na sua oitava edição. Entre os grupos que participam no festival, contam-se o **Teatro Regional da Serra de Montemuro** e o **Teatro ao Largo**, bem como o **Teatro Art'Imagem** e o **Grupo de Teatro Aquilo**. Mas também algumas companhias estrangeiras colaboram no Festival deste ano cujas principais representações terão lugar no **Auditório Municipal da Guarda**: referimo-nos ao **Living Theatre**, ao **Antagon Theater Aktion** e o grupo **Tanxarina**. Hoje à noite, por exemplo, apresentará a sua última produção (*IP 5*) o excelente **Teatro de Marionetas do Porto**.



O «Living Theatre», na Guarda

O Grande Teatro
do Mundo

Ainda no campo do teatro, mas agora no Porto, atenção esta semana à produção de uma peça célebre de **Calderón** de *la Barca* - **El Gran Teatro del Mundo** - que hoje se estreia no **Teatro Nacional S. João**. Com tradução de **José Bento**, figurinos de **Vin Burnham**,

iluminação de **Paulo Graça** e sonoplastia de **Francisco Leal**, a encenação é de **Nuno Carinhas** e na distribuição contam-se **Alberto Magassela**, **Carlos Sousa**, **Emília Silvestre**, **João Reis**, **Jorge Vasques**, **Lúcia Roque**, **Marcantonio Del-Carlo**, **Mário Costa**, **Micaela Cardoso**, **Paulo Castro** e **Paulo Oliveira**.

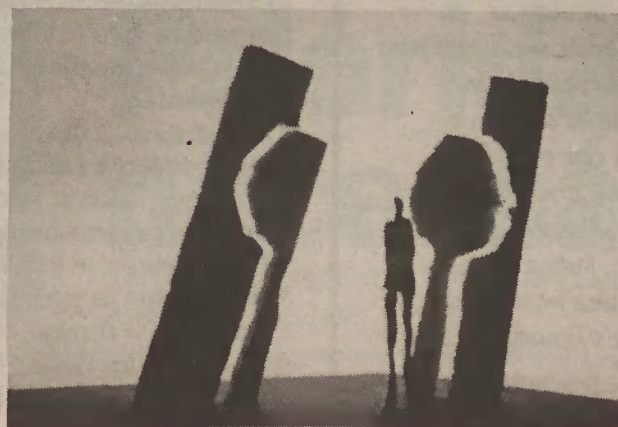
EXPOSIÇÕES

Escultura em ferro

Tendo como objectivo enriquecer e melhorar o património da Freguesia de Vialonga

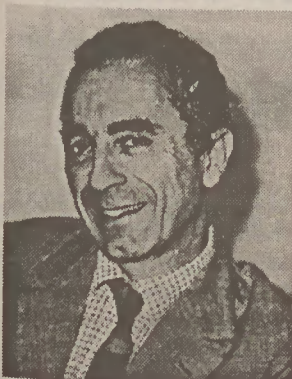
e em simultâneo permitir aos seus habitantes apreciar a arte de moldar e trabalhar o ferro, a **Junta de Freguesia de Vialonga**, com o apoio da Câmara

Municipal de Vila Franca de Xira, vai levar a cabo entre 23 de Setembro e 18 de Outubro o 1º Encontro de Escultura em Ferro Vialonga'96, uma exposição que terá lugar nos Terrenos das Festas Populares (junto ao Pavilhão dos Bombeiros de Vialonga). Neste certame serão expostos trabalhos dos escultores **Álvaro Raposo de França**, **João Duarte**, **José Coelho** e **José Simão**, os quais, após o encerramento da exposição, serão destinados a colocação permanente em diversos locais da Freguesia.



Escultura de José Simão

FESTIVAL



Michelangelo Antonioni



Monica Vitti

«Sete Sóis, Sete Luas»

Sob este inspirado título, prossegue esta semana a parte realizada em território nacional deste 4º Festival Luso-Italiano de Teatro e Cultura, uma organização conjunta dos municípios de Pontedera (Itália) e Montemor-o-Novo (Portugal). O cinema ocupa nestes dias parte importante das realizações culturais, com a projecção de dois magníficos filmes do cineasta italiano **Michelangelo Antonioni** no Cine Teatro Samedo: no dia 22, *O Mistério de Oberwald* (1980) com **Monica Vitti** e **Sebastian**, e no dia 24, *Identificação de Uma Mulher* (1982) com **Thomas Milian**, **Daniela Silverio** e **Christine Boisson**.

DISCOS

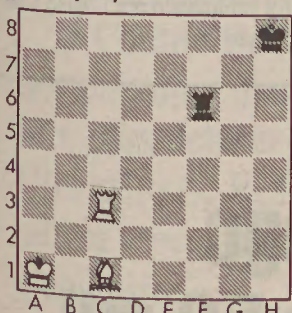
Pet Shop Boys
em português

Televisões de 14 países estão a passar um anúncio, em português, do último single dos **Pet Shop Boys**, *Se a Vida É (That's the Life Is)*. A locução do anúncio, produzido para as campanhas de TV e de cinema, é totalmente feita em língua portuguesa, havendo legendas para cada um dos países. Segundo a editora portuguesa, **EMI/VC**, o spot passa em televisões da Austrália, Israel, Chile, Hong-Kong, Reino Unido, Bélgica, República Checa, Finlândia, Espanha, Grécia, França, Holanda, Hungria e Polónia. *Se a Vida É*, com influências brasileiras, é o segundo single do álbum *Bilingual*, que os **Pet Shop Boys** editaram em Portugal no passado dia 2 de Setembro.

XADREZ

DLXXVII - 12 DE SETEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X038
Por: RINALDO BIANCHETTI
L' Italia Scacchistica, 1925

Pr.: [2]: Tf6 - Th8
Br.: [3]: Bc1 - Tc3 - Ra1



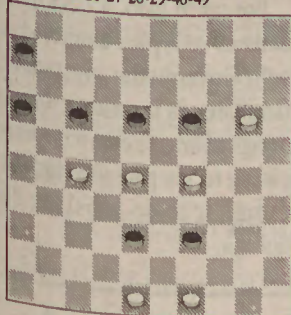
Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXVII
Nº 1996X038 [R.B.]: 1. Bb2!, Tf8; 2. Tc7+, Rg8; 3. Tg7+, Rh8; 4. Ra2! e g. [Se 4. Rb1?, Tf1!+].
1.... Th6; 2. Tg3+, Rh7; 3. Tg7+, Rh8; 4. Rb1! e g.

A. de M. M.

DAMAS

DLXXVII - 12 DE SETEMBRO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D038
Por: LOUIS DALMAN
Combat Dans L'Arène, [198/19c], Nîmes, 1976
Pr.: [7]: 6-16-17-18-19-38-39
Br.: [7]: 20-26-27-28-29-48-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXXVII
Nº 1996D038 [L.D.]: 1. 28-22!, (17x28); 2. 48-42, (38x47-D); 3. 49-44, (47x15); 4. 44x24, (15x21); 5. 26x17+

A. de M. M.

ATALHE DE FOICE

Frases batidas

«Alguma coisa tem que mudar para que tudo fique na mesma.» A frase, suscitada pela revisão televisiva de «O Leopardo», no passado domingo, tornou-se quase omnipresente durante a semana a propósito e a despropósito das mil e uma pequenas coisas que nos preenchem o quotidiano.

Com a autonomia despudorada com que se arvoram as ideias fixas, mais saltitantes do que pulgas da areia, a frase instalou-se algures no labirinto que suponho ser a memória e ficou de atalaia, pronta a invadir os circuitos do pensamento a seu belo prazer. Agora que penso nisso, quase posso imaginá-la com uma panóplia de recursos de efeitos especiais, a abrir espaços desconhecidos, despertar bites e bytes, percorrer espectros de cores, saltitar de escala em escala pelos sons possíveis de uma orquestra, com o único objectivo de se fazer presente.

Folheio as páginas de uma revista e ela lá está, bem no meio de um artigo sobre o xerife Arpaio que se vangloria do tratamento desumano que dá aos presos na «sua» prisão de Maricopa; vejo um documentário impressionante sobre os medos das mulheres de Hollywood, prisioneiras nas próprias casas dos sistemas de segurança com que se defendem do exterior ou confinadas a campos de tiro onde aprendem a utilizar armas de fogo, e a frase martela-me na cabeça qual mensagem subliminar; ouço as notícias da crescente tensão com a comunidade cigana e ei-la de volta com um anúncio luminoso na noite escura; leio as declarações oficiais sobre as negociações na concertação social, os resultados das eleições na Bósnia, a entrega do «botão» nuclear russo a Tchernomirdine durante a operação de Ieltsin, a concentração de forças norte-americanas no Golfo, a cavalcada eleitoral de Bill Clinton a caminho do segundo mandato presidencial nos EUA, e ela lá está, sempre presente, garantindo que «é preciso que alguma coisa mude para que...»

De mudança se fala todos os dias. É preciso mudar para não perder o comboio da moeda única. É preciso mudar para acabar com a insegurança. É preciso mudar para pôr termo ao terrorismo. É preciso mudar para combater o desemprego. E, no entanto, como referia recentemente o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a situação a nível mundial é cada vez mais desumana, de tal forma se agrava o fosso entre ricos e pobres.

Abismal é também a diferença que se regista entre o que se diz e o que se faz. A nível nacional, Guterres pregou a mudança contra Cavaco para prosseguir a política de Cavaco. A nível externo, e tomando os EUA como exemplo, nem com uma lupa se vislumbram as diferenças entre republicanos e democratas, e no entanto é de mudança que se fala. O mesmo se pode dizer da Espanha com Aznar depois de Gonzalez, ou da França onde Le Pen prega o racismo e o governo, dizendo-se preocupado, não encontra mecanismos legais para o punir, porventura demasiado ocupado em expulsar imigrantes, ou ainda da seráfica e neutralíssima Suíça a braços com o espólio lucrativo de fabulosas fortunas arrecadadas à custa do sangue e morte de milhões de pessoas. Se a lógica não é uma batata, forçoso se torna concluir, lançando mão de outra frase batida, que algo está podre neste 'reino da Dinamarca' em que vivemos. E já tresanda.

■ AF

Julio Anguita visita Portugal

A delegação da Esquerda Unida, dirigida por Julio Anguita, Coordenador Geral da UE e Secretário-Geral do PCE, teve na terça-feira passada conversações com uma delegação do PCP dirigida por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, e encontrou-se com Álvaro Cunhal.

Durante os encontros realizados foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade das respectivas forças políticas, sobre o processo de «construção europeia» e a situação internacional. Foram também examinadas iniciativas visando o fortalecimento da cooperação entre o Partido Comunista Português e a Esquerda Unida, em particular

no que respeita à luta contra as graves consequências das políticas neoliberais do Tratado de Maastricht.

De delegação do PCP faziam também parte Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, e Domingos Lopes, membro da Secção Internacional.

A delegação da Esquerda Unida integrava ainda Pedro Granados, Secretário de Organização, Carlos Carnero, Secretário de Política Exterior, e José Cabo, Coordenador da Comissão de Política Exterior.

Da visita de Julio Anguita a Portugal constaram ainda outras iniciativas. Na manhã de ontem



Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu Secretário-Geral, recebe no CT da Soeiro Pereira Gomes a delegação do PCE presidida por Julio Anguita

o Secretário-Geral do PCE encontrou-se com o Partido Ecologista «Os Verdes», de onde saíu para um encontro com

o Presidente da República, em Belém, tendo tido ainda oportunidade, na parte da tarde, de se encontrar com a CGTP.

PCP e PCE Cooperação contra Maastricht

Contra Maastricht e as políticas de convergência - geradoras da degradação socioeconómica, "caldo de cultura da insegurança", como sublinhou Carlos Carvalhas - PCP e PCE unem-se em diferentes formas de cooperação, cujas linhas gerais foram anunciadas em conferência de imprensa integrada na visita de Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, ao nosso país.

De entre as medidas referidas, destaca-se, como proposta do PCP - e de par da realização anual de cimeiras entre os dois partidos e do apoio a referendos sobre Maastricht - um comício internacional que viria na sequência do comício já realizado em Paris e do encontro de Madrid, em Junho passado.

No quadro específico da colaboração bilateral entre os comunistas portugueses e espanhóis, pretende-se avançar com o estudo de medidas de combate ao tráfico de droga e toxicod dependência e aposta-se na criação de um grupo de trabalho sobre recursos hídricos, questão sensível e fundamental na relação entre os dois países.



A clara coincidência das políticas desenvolvidas pelos governos, quer de direita quer socialistas, tanto em Portugal como em Espanha - em ambos os casos ligadas às orientações de Maastricht - foi amplamente referida pelos secretários gerais de ambos os partidos comunistas.

Uma realidade que se manifesta em todos os domínios. Nas privatizações ("uns dizem que vão privatizar tudo, outros que tudo vão privatizar", nas palavras de Carlos Carvalhas), como nos cortes na Segurança Social e na política salarial, com inevitáveis reflexos em termos de consumos e consequente estagnação dos mercados internos.

Factos que se repetem igualmente em Espanha. Julio Anguita considerou mesmo estar-se a assistir a um fenómeno preocupante - a existência de duas Constituições. A que está escrita e a que é praticada (a dos factos consumados, condicionados aos princípios

de Maastricht). Fenómeno que contribuiu para a decisão da direcção do PCE de levantar outra vez a questão da República para o seu país, na medida em que "a outra parte" não cumpre o que está estabelecido na Constituição, aprovada há 18 anos, garantindo um Estado social e de direito para todos os espanhóis. Pelo contrário. Em Espanha como em Portugal assiste-se ao agravamento brutal do desemprego, da precariedade de trabalho, da pobreza.

Um panorama que por si impõe a urgência de uma nova política, uma política de emprego, uma política de defesa da produção nacional, como foi sublinhado por Carlos Carvalhas.

Setúbal Desemprego acima dos 50 mil

Apesar da redução pontual do ritmo de crescimento do desemprego, normal no Verão, o número de pessoas atingidas pelo flagelo no distrito de Setúbal mantém-se acima dos 50 mil, segundo alerta a União dos Sindicatos (USS).

Entre os concelhos que registaram uma redução mais significativa contam-se Alcácer do Sal, Grândola e Montijo. Em contrapartida, noutros concelhos, precisamente onde o número de desempregados é maior, verificou-se um forte crescimento anual, com referência ao mês de Junho.

Em Almada, o desemprego cresceu 26 por cento, no Seixal 26,9 por cento e em Setúbal 17,1 por cento.

Depois dos despedimentos já verificados e em curso na IOLA, JEM 10, Sadocel, Pani-

ficação Palmense, Gel Ibérica e Júdice Fialho, num total de quase 200 trabalhadores, mantém-se a situação de crise no sector do frio, com a ameaça de extinção de 500 postos de trabalho nas empresas Agaerre e Valfrio, caso não sejam tomadas medidas para a sua viabilização.

Por outro lado, a USS condena as reduções anunciadas pelo Governo das prestações familiares da segurança social, designadamente com a imposição de tectos para as reformas e limitação do subsídio de doença.

